



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Nicolle Rafaella Costa Bezerra

**AGRICULTORES FAMILIARES E OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS:
A RELAÇÃO FAMÍLIA E TRABALHO EM QUESTÃO**

Belém

2010

NICOLLE RAFAELLA COSTA BEZERRA

**AGRICULTORES FAMILIARES E OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS:
A RELAÇÃO FAMÍLIA E TRABALHO EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador Prof. Dra. Dalva Maria da Mota

Belém

2010

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Elisangela Silva da Costa, CRB-2/983**

Bezerra, Nicolle Rafaella Costa.

Agricultores familiares e sistemas agroflorestais: a relação família e trabalho em questão / Nicolle Rafaella Costa Bezerra, orientadora Prof^a. Dra. Dalva Maria Mota. – 2010.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

1. Agricultura familiar. 2. Trabalho e família. I. Mota, Dalva Maria, orient. II. Título.

CDD - 22. ed. 306.364

NICOLLE RAFAELLA COSTA BEZERRA

**AGRICULTORES FAMILIARES E SISTEMAS AGROFLORESTAIS:
A RELAÇÃO FAMÍLIA E TRABALHO EM QUESTÃO**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Dalva Maria da Mota (orientadora)
Embrapa Amazônia Oriental - MAFDS

Prof.^a Dra. Laura Angélica Ferreira
Universidade Federal do Pará – MAFDS (examinador interno)

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Carneiro da Conceição.
Universidade Federal do Pará (examinador externo)

Prof.^a Maria das Graças Pires Sablayrolles
Universidade Federal do Pará - MAFDS (suplente)

Aos meus fiéis torcedores amados: minha mãe que me ensinou o poder inacreditável do amor, da superação, da justiça e da fé em DEUS; ao meu pai pelo exemplo de otimismo, perseverança, motivação e por banhar minha vida inteira de arte, criatividade e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS que iluminou os meus caminhos e me trouxe até aqui.

Aos os meus pais amados que torceram sempre pela minha vitória incondicionalmente e me deram o melhor título da minha vida: ser a filha amada.

Ao companheirismo, cumplicidade, amor e carinho de Adilson cuja presença na minha vida é singular e especial.

Aos amigos que torceram por mim.

Aos agricultores familiares da comunidade São João pela acolhida.

Ao MAFDS pela oportunidade de aprendizado e ao CNPq pela concessão da bolsa.

À Prof.^a Dalva Mota pela orientação para elaboração desta dissertação.

Sou grata eternamente à prof.^a. Socorro Kato (*in memoriam*) por ter me dado a primeira oportunidade de conhecer o universo da agricultura familiar.

À Prof.^a Noemi Porro pela simpatia, atenção e contribuição durante a elaboração do projeto de qualificação.

À prof.^a Graça pelo material disponibilizado sobre sistemas agroflorestais.

À Elen, Ketiane e Dulcenéia pela ajudar na formatação da dissertação.

Laís Zumero pela correção gramatical.

Elisangela Costa pela normalização científica.

E todos que direta e indiretamente torceram, acreditaram e contribuíram durante esta etapa da minha vida. **Muito obrigada!**

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar a configuração do trabalho da família durante o processo de implantação de sistemas agroflorestais em estabelecimentos agrícolas, por meio do estudo com agricultores familiares que atuavam no projeto Raízes da Terra. A hipótese norteadora foi a de que ocorre um acréscimo de atividades dos membros das famílias, em curto prazo, para a implantação dos sistemas agroflorestais nos seus estabelecimentos. A pesquisa de campo foi realizada na comunidade São João, município de Marapanim (PA) em três etapas no ano de 2009. A metodologia utilizada mesclou abordagens quantitativas e qualitativas com a realização de entrevistas, questionários, observações e revisão de literatura. Tendo em conta o debate atual sobre família, trabalho e sistemas agroflorestais, os dados e informações foram sistematizados e analisados. As principais conclusões mostram que: a) há migração das famílias ou parte dos seus membros principalmente para as sedes municipais próximas, ratificando estratégias de reprodução social baseadas numa complementaridade do trabalho rural e urbano; b) o trabalho nos sistemas agroflorestais e nos outros sistemas de produção dos estabelecimentos é organizado baseado na composição da família, local de residência dos seus membros e nas relações de gênero; c) as principais dificuldades para a implantação e manejo dos sistemas agroflorestais foram: seguir os espaçamentos dos desenhos dos arranjos agroflorestais, a maneira do movimento de se abaixar para plantar a muda, principal queixa dos idosos, e, conseqüentemente, a necessidade de contratar mão de obra e o custo disso; a capina manual das ervas daninhas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Trabalho. Família. Sistema Agroflorestal e Raízes da Terra.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the configuration of the family's work during the deployment process of agroforestry systems on farms, through the study of family farmers who worked on the project Roots of the Earth. The main assumption was that there is an increase in activities of household members in the short term, for the implementation of agroforestry systems on their premises. Field research was conducted at St. John community, municipality of Marapanim (PA) in three stages in 2009. The methodology blended quantitative and qualitative approaches to conducting interviews, questionnaires, observations and literature review. Having regard to the current debate about family, work and agroforestry systems, data and information were systematized and analyzed. The main conclusions show that: a) there is migration of the household or its members especially for the forthcoming municipal seats ratifying strategies of social reproduction based on a complementarity of urban and rural work, b) agroforestry's work and other systems of production establishments are organized based on family composition, place of residence of its members and in gender relations, c) the main difficulties for the deployment and management of agroforestry systems were below the spacing of the designs of agroforestry arrangements, the way the motion of bending over to plant the seedling, the main complaint of the elderly, and therefore the need to hire labor and the cost it; manual weeding of weeds and.

Keywords: Family agriculture, Work, Family, Agroforestry systems and Roots of the Earth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Mapa do Estado do Pará com a localização do município de Marapanim no nordeste paraense	28
Mapa 2:	Mapa de localização da comunidade São João	31
Gráfico 1	Tipo de material usado para construção das casas	51
Gráfico 2	Tipo de material usado para cobertura das casas	51
Gráfico 3	Tipo de material usado no piso das casas	51
Foto 1	Fachada de uma casa de barro de uma família da comunidade São João	52
Foto 2	Vista lateral de uma casa de barro de uma família da comunidade São João	52
Foto 3	Exemplo de uma casa de barro e telhado de palha de uma família da comunidade São João	52
Gráfico 4:	Alternativas energéticas usadas pelos agricultores	53
Foto 4	Meninos tomando banho no igarapé	53
Foto 5	Banheiro.....	54
Foto 6	Fossa negra	54
Quadro 1:	Destino dos resíduos inorgânicos produzidos pelas famílias	55
Gráfico 5	Naturalidades dos casais das famílias estudadas	61
Gráfico 6	Percentual de formas de acesso às terras das famílias	62
Gráfico 7	tamanho das áreas dos estabelecimento familiares	63
Quadro 2:	Sistemas de produção da mandioca nos estabelecimentos e as atividades realização pelos membros das famílias	66
Gráfico 8	Preparo de área manual realizado pelos membros das famílias	67
Gráfico 9	Atividade da colheita realizada pelos membros das famílias	69
Gráfico 10	Preparo da farinha pelos membros das famílias	70
Foto 8	Casa de farinha	71
Foto 8	Vizinhos fazendo farinha em casa alugada	72
Foto 10	Vizinhos fazendo farinha em casa alugada	73
Quadro 3:	Trabalho dos membros das famílias nos quintais dos estabelecimentos	74
Foto 10:	Meninos capinando o quintal do estabelecimento da família	77

Quadro 4:	Atividades agrícolas realizadas pelos membros das famílias nos cultivos de abacaxi, pimenta do reino e Maracujá	105
Gráfico 11:	Espécies cultivadas nos sistemas agroflorestais implantados nos estabelecimentos	105
Foto11:	Pimenta do Reino + Paricá + mogno	105
Foto12:	Cupuaçu+ açaí+ teca + mogno	105
Foto13:	Cacau plantado na capoeira	106
Foto14:	Açaí + Banana+Cupuaçu+Urucum	106
Quadro 5:	Distribuição dos viveiros de produção de mudas na comunidade São João	108
Foto 16:	Viveiro 1 de produção de mudas	108
Foto 17:	Viveiro 2 de produção de mudas	108
Gráfico 12:	Os cultivos agroflorestais entre os anos de 2005 e 2009	110
Gráfico 14:	Meses que ocorrem os cultivos agroflorestais nos estabelecimento das famílias	111
Gráfico 15:	Os membros das famílias que participaram do plantio e adubação das mudas dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos	112
Quadro 6:	Os tipos de arranjos agroflorestais em que houve contratação de mão de obra pelas famílias	113
Quadro 7:	Quantidade de dias trabalhados para o cultivo dos arranjos agroflorestais	116
Gráfico 16:	Relações de trabalho durante a implantação e o manejo dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos	118
Gráfico 17:	As espécies cultivadas nos arranjos agroflorestais e a contratação de mão de obra pelas famílias	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados gerais sobre a estrutura fundiária do município de Marapanim: condição do produtor	29
Tabela 2:	Número de membros das famílias estudadas na comunidade São João no ano de 2009	56
Tabela 3:	Faixa etária dos pais segundo local da residência	57
Tabela 4:	Faixa etária dos filhos segundo local de residência	57
Tabela 5:	A distribuição populacional de homens e mulheres das famílias por escolaridade, local de residência e ocupação dos membros. Ano 2009	59
Tabela 6:	As principais espécies cultivadas nos quintais das famílias no ano 2009 .	75
Tabela 7:	Os arranjos agroflorestais dos estabelecimentos das famílias estudadas ..	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE ANÁLISE RELEVANTE: UMA BREVE REFLEXÃO	17
2.2	FAMÍLIA, TRABALHO E TERRA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. PROBLEMATIZANDO O TEMA DA PESQUISA	25
3	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	27
3.1	OS OBJETIVOS E A HIPÓTESE DA PESQUISA	27
3.2	O MUNICÍPIO DE MARAPANIM	28
3.3.	SITUANDO A COMUNIDADE SÃO JOÃO	30
3.4	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	32
3.5	O ESTUDO DE CASO	34
3.5.1	Os dados secundários	35
3.5.2	Os dados primários	36
3.5.3	O trabalho de campo	41
4	A COMUNIDADE E AS FAMÍLIAS	44
4.1	DA CIDADE AO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA COMUNIDADE SÃO JOÃO	44
4.1.1	A história de formação da comunidade São João	45
4.2	CONDIÇÕES DE VIDA NA COMUNIDADE SÃO JOÃO E A MORADIAS DAS FAMÍLIAS	49
4.2.1	Transporte, saúde e educação na comunidade	49
4.2.2	A infraestrutura física das casas e o saneamento básico local	51
4.3	ENTRE O CAMPO E A CIDADE: AS ESTRATÉGIAS FAMILIARES DE REPRODUÇÃO SOCIAL	55
4.3.1	Sobre os aspectos demográficos das famílias	56
4.3.2	A trajetória das famílias	61
4.4	OS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS FAMILIARES: TRABALHO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA	63
4.4.1	A mandioca	64
4.4.2	Os quintais: espaços de produção e consumo	73
4.4.3	Os outros cultivos	76

4.4.4	O Trabalho doméstico: tarefa de homem e de mulher	78
4.4.5	Relações de trabalho entre as famílias	79
4.5	OS PROJETOS DAS FAMÍLIAS: A COMPLEMENTARIDADE RURAL-URBANO	80
5	AS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE SÃO JOÃO E OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS	84
5.1	A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE O REFLEXO NO SISTEMA TRADICIONAL DE USO DA TERRA	84
5.2	OS PROGRAMAS AGROFLORESTAIS INSTITUCIONAIS: OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. A NOVA REVOLUÇÃO VERDE?	90
5.2.1	Os Sistemas Agroflorestais: um olhar sobre as principais características relacionadas à história ao uso na Amazônia e às definições	92
5.2.1.1	Classificação dos sistemas agroflorestais	93
5.2.1.2	Viabilidades dos sistemas de cultivo agroflorestais: algumas traduções	95
5.3	A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO RAÍZES DA TERRA NA COMUNIDADE SÃO JOÃO	97
5.3.1	A dinâmica da comunidade São João e implantação dos sistemas agroflorestais pelo projeto Raízes da Terra	98
6	O TRABALHO DA FAMÍLIA NA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS	102
6.1	OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS: AS ESPÉCIES E ARRANJOS IDENTIFICADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS	102
6.2	IMPLANTAÇÃO E MANEJO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS: O TRABALHO DA FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS	106
6.2.1.	Preparo de área	106
6.2.2	Preparo das mudas	108
6.2.3	Plantio	110
6.2.4	Os tratos culturais	117
6.2.5	As relações de trabalho	118
7	CONCLUSÕES	121
	REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

Apresento nesta dissertação reflexões sobre a organização do trabalho num processo de intervenção para implantação de sistemas agroflorestais (SAF's) em estabelecimentos familiares via projeto de desenvolvimento rural sustentável. O processo de intervenção com agricultores se deu através do projeto Raízes da Terra na comunidade São João, localizada no município de Marapanim, estado do Pará. Estes, embora já tenham participado de projetos para preparo de áreas alternativo e diversificação de cultivos, nos últimos 10 anos, se dedicam à agricultura de corte queima e principalmente ao cultivo da mandioca. Considerando este quadro o objetivo da dissertação é analisar o trabalho da família na implantação de SAF's e as análises aqui efetuadas estão pautadas no atual de debate sobre a relação família e trabalho nos sistemas agroflorestais, tendo como referência Woortmann e Woortmann (1997); Hurtiene (1999); Altieri (2002); Albalagejo e Veiga (2002); Scott (2005); Neves(1981, 2005, 2006) e Dubois (2006).

O que me levou à escolha do tema e da comunidade São João, como lugar da pesquisa, foi a inquietude, enquanto estudante de agronomia na Universidade Federal Rural da Amazônia em 2004 em busca de resposta à seguinte pergunta: “E se as intervenções tecnológicas agroflorestais via projeto de desenvolvimento sustentável fossem analisadas a partir do olhar dos agricultores familiares?”.

No decorrer do meu curso universitário, o debate, em disciplinas e seminários, apontava as virtudes dos SAF's como um sistema de cultivo ideal para a Amazônia. Mas não havia uma conexão do tema com a agricultura familiar, tampouco com possíveis dificuldades para a sua implantação. Assim, decidi buscar a essência desse debate.

Em 2005 encontrei uma oportunidade de estágio de iniciação científica com um grupo de pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental que trabalhava com os agricultores da comunidade São João. No estágio, eu acompanhava e auxiliava o grupo com a aplicação de questionários nos momentos iniciais do Projeto Raízes da Terra.

Durante o contato com os agricultores nas visitas aos estabelecimentos, encontros, reuniões e viagem interestadual, a inquietude da graduação foi reforçada e delineada e se concretizou em 2008, quando elaborei uma versão preliminar de um projeto de pesquisa para participar do processo de seleção do Mestrado em Agriculturas familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará, com o auxílio da equipe técnica do projeto

Raízes da Terra visando a analisar a adoção dos SAF's por agricultores familiares da comunidade São João em Marapanim, Pará.

Já como aluna do mestrado, obtive aprendizados que, ao longo do curso, foram consolidando minhas ideias para o projeto de pesquisa da dissertação diferente, daquele que foi submetido à seleção do mestrado. Disciplinas com fundamentos sociológicos, antropológicos e agroecológicos despertaram meu interesse nas categorias família e trabalho nos SAF's, a partir da fala dos sujeitos, dos significados que atribuem ao que vivem.

Vale ressaltar que já existem outros estudos referentes à comunidade São João. Oliveira, C. (2002) e Santos, L. (2006) em suas dissertações de mestrado fizeram análises sobre a apropriação da tecnologia de corte e trituração pelos agricultores. Assim, vislumbrei a oportunidade de estudar a organização familiar do trabalho no decorrer da intervenção tecnológica agroflorestal no Projeto Raízes da Terra. Parti, então, do pressuposto de que os agricultores familiares organizam suas atividades agrícolas e não agrícolas no estabelecimento, segundo princípios de hierarquia e relações de gênero de acordo com a composição do grupo familiar e o seu ciclo de desenvolvimento (HEREDIA, 1979; NEVES, 1981; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

A relação família e trabalho vem sendo analisada no Brasil sob vários enfoques. Nos estudos sobre a Agricultura familiar, as duas categorias se mesclam pela inter-relação entre quem trabalha (unidade de produção) e quem consome (unidade de consumo) no mesmo espaço, também chamado de “espaço de vida”(WANDERLEY, 1996).

Estudar o trabalho no contexto da agricultura familiar é relevante porque ele é composto pela combinação de processos e instrumentos de trabalho como as ferramentas e máquinas, a força humana de trabalho vinculados a relações sociais que estruturam a família, sua relação com a natureza e os saberes marcados por predefinição simbólica construídos e constantemente transformados. Os agricultores têm formas dinâmicas de se relacionar com o trabalho, criadas e recriadas durante o próprio fazer, de acordo com aspectos internos e externos à família. “São com esses recursos e com a unidade de produção familiar que o produtor e sua família produzem e reproduzem suas condições de existência” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; SILVA; ROCHA, 2010, p.8).

As análises que serão feitas nessa dissertação podem ser relevante ao debate acadêmico sobre família, trabalho e sistemas agroflorestais e se somar a outros estudos, feitos sobre o município de Marapanim, a região nordeste do Pará e o Brasil, dentre eles estão: Costa e Kato (2007), sobre as relações de trabalho de homens e mulheres em cinco comunidades de Igarapé Açu e Marapanim; Vieira et al.(2007) sobre a adoção de sistemas

agroflorestais na agricultura familiar no município de Igarapé Açu, Pará; Osmari e Miorin (2006) sobre a organização da produção da agricultura familiar no alto Uruguai, RS; Vieira et al. (2007), Sanguino et al. (2007) respectivamente no nordeste paraense e região metropolitana de Belém, com agricultores familiares cujas análises teórico-metodológicas buscavam a compreensão da viabilidade socioeconômica e a adotabilidade da tecnologia agroflorestal; Rosa et al. (2007); Silva et al. (2009); Ferreira et al.(2009); Pissinati et al. (2009); entre outros.

Convido, pois, o leitor para nas próximas páginas conhecer as reflexões sobre o tema desta dissertação que está constituída além desta introdução por cinco capítulos, conclusões e referências bibliográficas..

No capítulo 1º, considerado a Introdução, apresentei o tema da dissertação e o meu percurso no processo de definição do tema, considerando as reflexões já existentes.

No capítulo 2º, denominado de Referencial teórico, analiso a família como unidade de estudo relevante e trato da problematização do tema da pesquisa.

No capítulo 3º, intitulado Pressupostos metodológicos, trato da metodologia da pesquisa, na qual serão mostrados os objetivos, hipótese, os instrumentos para a coleta de dados e informações, o contexto do estudo e como se deram as interações com as famílias envolvidas na pesquisa.

No capítulo 4º, cujo título é A Comunidade e as Famílias, abordarei as principais dinâmicas populacionais ocorridas ao longo de formação da comunidade São João, bem como os aspectos relacionados ao modo de vida das 15 famílias estudadas. Busco, assim, caracterizar a demografia e as condições de vida das famílias atuantes no Projeto Raízes da Terra.

No capítulo 5º, denominado As Famílias da Comunidade São João e os Sistemas Agroflorestais, mostro o contexto de implantações dos agroflorestais via Projeto Raízes da Terra.

No capítulo 6º, nominado O Trabalho da Família na Implantação dos Sistemas Agroflorestais nos Estabelecimentos Agrícolas, analiso como as famílias organizaram o trabalho, segundo as atividades agrícolas realizadas e os instrumentos de trabalho usados durante o processo de implantação e manejo dos SAF's nos estabelecimentos agrícolas.

Por fim, apresento as conclusões do tema estudado entre os resultados contidos nos capítulos e as referências bibliográficas.

Com esta dissertação espero contribuir para a reflexão acadêmica sobre as intervenções tecnológicas nos projetos de desenvolvimento rural sustentável que promovem a

implantação dos SAF's no contexto da agricultura e apresento abordagens relacionadas às categorias família e trabalho. Assim como, ratificar a importância do ponto de vista dos agricultores familiares na elaboração de pesquisas e políticas públicas específicas para eles.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE ANÁLISE RELEVANTE: UMA BREVE REFLEXÃO

Segundo Scott (2005, p. 219), famílias são “arranjos domésticos com variadas valorizações sociais, através dos quais, uma população nacional qualquer pode ser construída biologicamente e socialmente, como resultado da procriação de homens e mulheres”.

A família enquanto universo em constante transformação e instituição socializadora e reprodutora integra e influencia o sistema político e econômico em curso, assim como, pode ser também constantemente influenciada pelo mesmo (SCOTT, 2005).

Scott (2005) estudou a família considerando a nação brasileira no cenário global e ressaltou que, ao longo do século XX, o conteúdo enfatizado nos estudos da população brasileira e da sua formação familiar se transformou. Segundo o autor, no início do século XX, o que predominou, especialmente, nos estudos sobre a cultura brasileira de autores nacionais e estrangeiros, em diferentes contextos históricos de relações de poder internacional, foi a diferenciação racial e a miscigenação como fatores impeditivos da participação plena nesta comunidade mais ampla e pouco foi exposto sobre a família em si.

O autor faz referência à construção da nação através da família e ressalta que ambas são manifestadas em esferas simbólicas e normativas em referências que são transitivas e contextualizadas. As nações elaboram padrões de interação entre si conforme as “suas próprias crenças sob a importância de exogamia e endogamia, domesticidade, privacidade e a esfera pública por vias de classe, de etnia e da própria nacionalidade” e com o tempo aquilo que é visado e valorizado nas famílias sofre modificações conforme a constituição geral da rede internacional e o local específico que a nação ocupa nela (SCOTT, 2005, p. 220).

Segundo Scott (2005 p.233), no período do Brasil colonial, as relações familiares que se estabeleceram foram aquelas protagonizadas por homens portugueses que tomaram índias e negras (livres e escravas) como esposas, concubinas e parceiras sexuais. Por isso, posteriormente, no período pós-colonial e pós-imperial, o cenário brasileiro apresentava uma população de raça mista fruto da união de jovens europeus com mulheres não europeias (índias e negras). Nesse período estava sendo construído, mundialmente, o debate sobre populações enfatizando a raça e as teorias evolucionistas. Assim, o Brasil foi enxergado

internacionalmente (principalmente na Europa) como uma raça inferior devido à miscigenação cujos principais problemas enfatizados se relacionavam às diferenças sociais, ofuscando as ideias de família que congrega e unifica. “As descrições da cultura brasileira enfatizam a composição étnica problemática e a diversificação geográfica e climática, enxergadas como estreitamente relacionadas à criação dos ‘tipos brasileiros’ inferiorizados”.

A visão de um Brasil miscigenado, evidenciado pelos traços indígenas e negros do seu povo, afastava-o constantemente da identidade europeia e deixava o país desfavorecido na comunidade internacional das nações impedindo qualquer uso do discurso familiar e integrador pelo colonizador. Posteriormente prevalece “arrependimento exógamo” em que começam a surgir esforços dos dirigentes e pensadores nacionais em busca de mudar esta imagem negativa do passado (SCOTT, 2005, p 226).

Para Scott (2005) é durante o período do Estado Novo que o estabelecimento de um estado forte e centralizado tem seu valor reconhecido. Pois, neste contexto, os pensadores se voltam para criar novas imagens sobre a sexualidade, a formação da família e da domesticidade. A partir de então surge a figura do patriarca como símbolo da integração nacional, e a família passa a ser analisada através da bandeira do patriarcalismo na busca de construir uma identidade nacional positiva. De acordo com o autor:

O patriarca centralizador assume o papel simbólico de fundador de um grupo doméstico extenso e poderoso cujas semelhanças estruturais com o novo Estado centralizador no Brasil valorizam a capacidade dos homens de mandar e de integrar os outros sob a sua liderança – um Brasil com uma população mista morena, mulata, mestiça, miscigenada, e uma autoridade central forte que sabe valorizar as contribuições desta mistura, é uma imagem mais otimista do país que uma imagem de ter que suportar um sobrepeso racial como argumentavam os pensadores sociais anteriores (SCOTT, 2005, p. 226).

Nessa mesma perspectiva de família mencionada por Scott (2005) está o estudo de Itaboraí (2005) sobre a importância da família na construção de nossa identidade nacional, a qual analisa as ideias de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte sobre o lugar da família colonial brasileira em nossa organização política e social. A autora caracteriza a família do período colonial brasileiro baseada na imagem descrita na obra “*Casa Grande & Senzala*” de Gilberto Freyre como: “família patriarcal colonial, chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa e também sobre parentes, agregados e escravos, constituindo uma família extensa”.

Segundo a autora esta família além de ser “esfera de vivência da autoridade e afetividade entre seus membros é também unidade política, econômica e social que terá um papel fundamental na definição de nossa história” (ITABORAÍ, 2005, p. 173).

Na obra “*Casa Grande & Senzala*” Gilberto Freire (apud ITABORAÍ, 2005, p. 179) buscou analisar principalmente o social (ou sociológico), exemplificado pela cultura brasileira, e secundariamente o econômico e o político. Do mesmo modo Scott (2005, p. 225) ressaltou que a síntese apresentada pelo escritor nordestino Gilberto Freyre é muito “conscientemente anti-racista na sua elaboração, calcando-se na antropologia boasiana americana que enfatiza o cultural como uma base mais firme que o racial para a compreensão de formações sociais”.

Por outro lado, Itaboraí (2005) apontou que a análise política passou a ser o interesse primário de Sérgio Buarque de Holanda cuja construção pressupõe negação da família e da ordem privada. E segundo Itaboraí, é na obra “*Raízes do Brasil*” que autor Sergio Buarque de Holanda construiu a oposição entre o Estado e a família, cuja formação do primeiro evidencia a incompatibilidade entre os elementos: geral, intelectual e abstrato inerentes ao estado e daqueles presentes nas relações familiares – particular material e corpóreo. Conforme Itaboraí descreve a seguir:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. [...] A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 1995 apud ITABORAÍ, 2005, p. 179-180).

Comparando as análises sobre a família brasileira feito por Freyre e Holanda destacadas por Itaboraí (2005), fica evidente que ambos têm interpretações distintas no que se refere às relações entre a família e o Estado e suas influências na formação da identidade nacional brasileira. Enquanto Freyre considera a organização política amparada e formada através da família marcada pela domesticidade e sentimentalidade, para Holanda esses mesmos valores são empecilhos ao desenvolvimento de uma organização política moderna.

Essa tradução de oposição Família-Estado no cenário do Brasil colônia, na qual o desenvolvimento político é empatado pelos valores derivados das relações familiares, é ratificada também por Duarte (1966 apud ITABORAÍ, 2005). Na interpretação do autor, a ordem privada é antagônica à ordem política, haja vista que o Estado é soberano em todos os outros grupos sociais.

Itaboraí (2005) ainda descreve os traços da organização familiar colonial apresentada por Nestor Duarte:

[...] seria o tipo de organização próprio a uma sociedade descontínua, configuraria grupos fechados e exclusivistas que dificultariam quaisquer processos de unidade maior, tendo também uma notável unidade fundada na pressão sentimental que exerce sobre os indivíduos. Estes, mesmo quando ultrapassam o mundo doméstico, se revelariam de uma postura anárquica, avessa a qualquer hierarquia que não apresente um colorido sentimental.

Por tudo isto a família seria a base da organização feudal, justamente por ser o que há de mais resistente na organização portuguesa. Duarte nos diz que a família colonial exerceria uma tríplice função: procriadora, econômica e política, distinguindo-se da família nuclear moderna que se restringirá a primeira através do processo em que o Estado penetra cada vez mais na unidade doméstica, absorvendo suas antigas funções.

Esta família que não é a base, mas sim toda a organização social, materializa seu poder na forma da casa-grande e do “gosto de mando” desta, persistindo seu poder ao longo do Império [...] (DUARTE, 1966 apud ITABORAÍ, 2005, p.188).

Segundo Scott (2005, p. 227), posteriormente, com o desenvolvimento do capitalismo, o declínio da ordem patriarcal tornou evidente que a família patriarcal passou a ser símbolo de atraso no quadro da ordem mundial capitalista. Embora o fim do patriarcado tenha sido constatado nos escritos de Freyre e Holanda (obras já citadas anteriormente também por Itaboraí) “a procura de Sérgio Buarque de Holanda para as *Raízes do Brasil* (1988) é muito mais explícita no seu questionamento sobre como o Brasil vai se enquadrar nos esquemas reinantes de desenvolvimento capitalista”.

Scott (2005, p. 227) ressalta que para Holanda a cordialidade é o elemento fundamental do caráter brasileiro e embora essa interpretação seja uma das mais conhecidas da brasilidade, sua postura é muito crítica com relação à cordialidade, pois “ele acredita que é uma característica que dificulta a passagem de um estado patrimonial para um estado mais impessoal e organizado em princípios burocráticos racionais”.

Assim, os caminhos do desenvolvimento seguem em direção as relações familiares mais democráticas e modernas com valores diferentes aos das famílias patriarcais, ou seja, agora o domínio patriarcal é sinônimo de atraso. Essa interpretação foi consolidada no

período pós-guerra durante os anos 40 e 50 sob o comando norte-americano no auge da internacionalização do seu poder visando a adequar os países aos modelos capitalistas através do reforço ao espírito do empreendedorismo e consumismo, por isso esse ambiente não permitiu espaço, pelo menos oficial, para uma ideologia patriarcal, uma vez que a urbanização começa a influenciar a organização familiar brasileira. Conforme ressaltado por Scott (2005, p. 229):

Os estudos de famílias no mundo desenvolvido repetidamente frisam a influência da urbanização sobre a organização das famílias – identificando uma tendência para a diminuição do tamanho da família, a nuclearização dos grupos domésticos e o fim anunciado das famílias grandes tradicionais. Desta perspectiva, a família nuclear é um ponto de chegada, e a mudança faz parte de uma tendência inevitável que acompanha a urbanização, o que ocorre no mundo desenvolvido e que ocorrerá também nos países em desenvolvimento, entre eles, o Brasil. Ao prosseguirem no caminho do desenvolvimento, as famílias não serão mais extensas e patriarcais, tornando-se unidades pequenas e mais democráticas melhor adaptadas às condições urbanas!.

O autor ressaltou que este foi o momento das teorias de modernização, cujos estudos de comunidade se intensificaram no Brasil, sobretudo, os contidos nas publicações em Inglês de Souza (1977), Willems (1953, 1954), Pierson (1954), Ribeiro (1945), Wagley (1964), Azevedo (1961 e 1964) as citadas por Scott (2005 p. 230). Segundo este autor, nessas obras os autores interpretaram as famílias brasileiras voltados:

Justamente para esta nova conformação da nação brasileira com uma imagem da família ‘para consumo externo’ [...] Sem que se perca de vista algumas das suas especificidades históricas e culturais, sugere-se que o país está no caminho de desenvolvimento neste período de otimismo do alto modernismo. A família nuclear, espelhada na tríade mãe-pai-filho, toma a frente no caminho de uma urbanização modernizadora (SCOTT, 2005, p.230).

O desenvolvimento do capitalismo no mundo, junto com a urbanização modernizadora, influenciou a formação de famílias nucleares no Brasil. Os estudiosos sobre família nessa época, citados por Scott (2005) no parágrafo anterior, se debruçaram na interpretação dessas novas formas de relações familiares estabelecidas.

Esse processo histórico, apesar de estabelecer as famílias nucleares, não conseguiu atingir plenamente seus objetivos. E, ao longo do tempo, o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno evidenciava cada vez mais o antagonismo entre os países, pois

aqueles que não conseguiram se adequar ao modelo capitalista proposto, no período Pós-Guerra, pelos Estados Unidos, foram se distanciando cada vez mais do tão propagado “sonho modernista” (SCOTT, 2005 p.231).

E, em seguida, nos anos 60, segundo Scott (2005), o cenário americano já mostrava evidência de uma hegemonia ameaçada pelo advento comunista, por causa da divisão do mundo em blocos socialista e capitalista. E a reação dos Estados Unidos a esse processo foi incentivar alianças com governos ditatoriais, a exemplo do Brasil. A crise refletiu as desigualdades sociais, a pobreza e subdesenvolvimento no mundo.

E assim, os estudos sobre família espelharam os reflexos dessa problemática e enfatizaram, sobretudo, críticas a esse modelo de desenvolvimento excludente. Logo, o discurso sobre família muda substancialmente, Scott (2005) as denomina de famílias empobrecidas e ressalta que:

Os estudiosos de família neste período, por mais complexas e variadas que sejam as suas temáticas, se posicionam como críticos ao modelo imposto e oferecem interpretações que desnudam os efeitos corrosivos de políticas que sujeitam a população a um intenso empobrecimento com marcadas desigualdades. São muitas as maneiras que as imagens de família contribuem para a construção deste quadro, mas tendem a conjugar-se em torno de dois eixos: produção e reprodução. [...] estes estudos desmentem a imagem de uma família em processo de ‘nuclearização modernizadora’ ressaltando como a modernização desestrutura e desorganiza estes domicílios (SCOTT, 2005, p.231-232).

As interpretações das relações familiares baseadas no eixo produção fazem referência principalmente às relações de classe. E os estudiosos de campesinato enfatizam o problema da exploração da mão de obra familiar (autoexploração e exploração por terceiros) por meio do binômio casa-trabalho para mostrar que os diferentes modos de produção familiar camponês estão enraizados em valores morais próprios diferentes da lógica capitalista. Apesar disso, as famílias não conseguem escapar da subordinação ao modelo predominante, que é o capitalista. Pois “quando estas famílias estão inseridas em empresas e empreendimentos geridos por uma lógica de produção capitalista sofrem consequências nefastas e se defendem da maneira que se podem” (SCOTT, 2005, p.232).

No estudo de Neves (1981) sobre as formas de subordinação ao capital dos lavradores e pequenos produtores de cana no Estado do Rio de Janeiro, a autora mostrou que a subordinação das famílias foi a consequência da inserção delas na dinâmica do mercado canavieiro, por conta disso reagiram, defendendo-se, e incorporaram as mudanças provocadas pelo modo de produção dominante. Por exemplo, “a dedicação ao cultivo da cana e a redução

do cultivo dos demais produtos, que atendiam ao consumo doméstico, acentuaram a dependência ao mercado para acesso aos produtos de subsistência, diminuindo as possibilidades de reprodução de uma família mais numerosa” (NEVES, 1981, p.140).

Woortmann (2001, p. 6) afirma que a “lógica da atividade econômica camponesa é distinta e mesmo oposta àquela da economia capitalista, o que se deve ao caráter familiar da unidade de produção”. Ele analisou o modo de produção doméstico dentro perspectiva de Chayanov e ressaltou que a área cultivada pela família (o trabalho familiar) varia junto com a composição, tamanho e o momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Uma vez que esta natureza do trabalho da família permite uma variação da produção em níveis, que, mesmo baixos, garanta a reprodução. Aquilo que é produzido e destinado à venda excede ao consumo familiar, transformando-se em outros bens de consumo não produzidos na unidade familiar. Essa particularidade é insustentável para o empreendimento capitalista, pois o levaria a falência.

Os estudiosos de campesinato nesse período ressaltaram que a “família do trabalhador reage, defendendo-se [...] e se relaciona com o mercado de trabalho de acordo com as suas composições, ciclos e disposições morais” (SCOTT, 2005 p.232). O autor cita as seguintes literaturas como referências desse discurso brasileiro, e também latino-americano, sobre família: Bilac (1978); Woortmann (1984, 1987); Pastore e Zylberstajn (1983); Motta e Scott (1983); Aguiar (1984); Bruschini e Madeira (1983); Bruschini (1990); Leite Lopes e Machado (1979). Embora a obra de Neves (1981) não esteja contida nesta listagem, o estudo dela enfatiza claramente a exploração da mão de obra familiar, no caso a exploração por terceiros, e por isso coaduna com o novo discurso sobre família identificado por Scott (2005).

Somados a esses estudos sobre família estão aqueles dentro da perspectiva reprodutiva, pois no cenário internacional o movimento feminista vinha-se intensificando, por isso o problema da exploração e invisibilização da mulher foi evidenciado. E logo se torna alvo das políticas públicas, haja vista que o crescimento populacional desordenado deveria ser contido, pois aumentava a pobreza e desfavorecia a adesão das camadas pobres ao modelo capitalista proposto. E assim cresceu o acesso aos métodos para planejamento familiar favorecendo o controle das mulheres sob a composição das suas famílias (SCOTT, 2005).

Neste período aparece também outra literatura que, segundo Scott (2005 p. 233), “resgata aspectos psicológicos e individualistas dentro das lógicas familiares, embasando-se em etnografias feitas nas camadas médias, sobretudo do Rio de Janeiro”. As principais referências citados por Scott são as obras de Salem (1985) e Velho (1981, 1986).

Atualmente, segundo Scott, as relações familiares são interpretadas a partir do discurso dos direitos das famílias, girando principalmente em torno dos eixos gênero, geração e sexualidade. As quais ele designa de famílias alternativas, que são adaptadas a novos “padrões demográficos de maior longevidade, nupcialidade tardia, separações crescentes, fecundidade reduzida e migração cada vez mais transnacional que alteram de vez as velhas imagens de caminhos na direção de qualquer tipo único de família” (SCOTT, 2005, p. 235).

Contudo, dentro da análise de Scott (2005, p.238) feita ao longo do texto, foi possível identificar quatro principais expressões históricas de famílias na Brasil, dentre as quais estão: “as famílias patriarcais, famílias nucleares, famílias empobrecidas e famílias alternativas”. Contudo o autor ressalta que essa construção não é linear e não ousa apontar direções futuras. Uma vez que as diversas formas da relação família – estado ao longo da história do Brasil, aconteceram de forma simultânea, simbólica, normativa, transitória e contextual de acordo com o momento histórico.

Além de contribuir para compreensão de que as formas de organização da família brasileira têm características ao mesmo tempo singulares e plurais (pois não se distanciaram da realidade de outros países). Esta análise ajuda a entender como as transformações históricas e políticas influenciam ou são influenciadas pelas relações familiares vigentes. Podem também ser observadas no meio rural onde residem e trabalham famílias de agricultores. São nesses espaços que estão sendo ratificados os resultados da intensificação da globalização e nas alterações nas relações de trabalho e estratégias dos atores locais para superar os desafios. Como no nordeste brasileiro onde “a introdução de novas culturas (uva, manga, melão) e a transformação de produtos tradicionais (algodão, coco) têm contribuído para a reelaboração e re-significação de símbolos da agricultura nordestina”. (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2006, p. 83)

Neste aspecto, Brun (1989 apud MATTEI, 2007, p. 1060) enfatizou que as transformações do setor agropecuário “alteram fortemente as relações entre as famílias rurais e unidades de produção” cuja duas razões fundamentais são:

as famílias têm outros comportamentos em relação as unidades de produção, sobretudo em termos de alocação da força de trabalho de seus membros, principalmente os jovens e as pessoas do sexo feminino, a buscar ocupações fora das unidades agrícolas de produção.

Além disso, é preciso considerar também “as mudanças que vêm se processando no âmbito das próprias famílias, as quais alteram o seu relacionamento com a unidade de

exploração (BRUN, 1989 apud MATTEI, 2007 p. 1060). Por isso, analisar a família, tornou-se relevante, pois:

é justamente essa mudança que coloca a família como unidade de análise relevante, uma vez que, ela não se articula apenas no interior do setor agrícola, mas tende a ser uma unidade plurisetorial, cuja lógica de funcionamento não é mais definida exclusivamente pela produção agrícola. (BRUN, 1989 apud MATTEI, 2007 p. 1060).

2.2 FAMÍLIA, TRABALHO E TERRA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. PROBLEMATIZANDO O TEMA DA PESQUISA

Considerando que a “tríade” trabalho-família-terra é a base que sustenta a agricultura familiar e que é através do trabalho, patrimônio material e imaterial, na terra que a família se realiza, o trabalho da família na terra é o elemento fundamental para manutenção da autonomia e liberdade. Esse esforço físico e mental visível empregado tecnicamente para produção e reprodução social é acima de tudo um saber-fazer moralmente construído pela cultura de valores, baseado para além do cálculo econômico e envolvido nas relações de reciprocidade e solidariedade. Pois segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 38):

É trabalhando na terra que a família camponesa cria as condições de sua realização. Só o ganho obtido pelo trabalho sobre a terra- a terra de trabalho- é moralmente legítimo. Em oposição a este trabalho na terra encontra-se o negócio, que é percebido como a negação da moralidade, pois significa ganhar a custa do trabalho alheio.

Estudar a agricultura familiar exige do pesquisador considerar as categorias família e trabalho, pois o estabelecimento agrícola de uma família rural é o espaço tanto da produção agrícola ou não agrícola, do consumo familiar e da reprodução física e social, uma vez que também se configura como lugar de residência dos membros do grupo familiar. Por isso, a relevância em estudar a relação da família com o trabalho se ratifica pelo importante papel daquela para a socialização deste (CANTERELLI, 2006).

Vale ressaltar que o termo agricultura familiar passou a ser utilizado a partir dos anos 90 como uma nova denominação para o campesinato, conforme ressaltou Neves (2006, p.1):

A categoria *agricultura familiar* emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, diversos agentes sociais. Por um lado, os representantes políticos dos agricultores e trabalhadores rurais; por outro, os funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores da objetivação de políticas públicas. E ainda boa parte de produções intelectuais de várias disciplinas que passaram a se dedicar ao tema. Entre estes, destaco os que estão engajados na formação de profissionais em consonância com os ideários referenciais para o novo quadro institucional, estrutura organizacional que se faz necessária ao projeto político de construção da categoria socioeconômica *agricultor familiar*.

A partir da década de 90 as análises sobre agricultura familiar tendem ao reconhecimento da racionalidade e eficiência das estratégias dos agricultores familiares trazendo relevância ao tema, haja vista que esse segmento social tem uma “multiplicidade de formas de organização da produção e de modos de vida no espaço rural, assim como das diferentes classificações postas em prática” (SCHULTZ, 1995; ABRAMOVAY, 1992 apud MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007, p. 130).

Segundo Silvestre (2001 apud SILVA; ROCHA, 2010, p. 5), “não existe atividade econômica na qual as relações familiares tenham tanta importância quanto na agricultura”. Pois, “no espaço de sua propriedade, o produtor rural e sua família, inseridos no mesmo ambiente social, desenvolvem um estado de ser, uma forma de agir no cotidiano, que se revela no modo quando este sujeito age” (SILVA; ROCHA, 2010, p. 6).

Logo, a centralidade da análise da relação família e trabalho torna-se fundamental para as discussões acerca da agricultura familiar enquanto processo produtivo.

Nessa dissertação será estudada a configuração do trabalho da família durante o processo de implantação e manejo de sistemas agroflorestais em estabelecimentos agrícolas, por meio de estudos com agricultores familiares que atuam no projeto “Raízes da Terra” no município de Marapanim, Pará. Será dado enfoque às estratégias traçadas pelas famílias para distribuição das atividades agrícolas no decorrer da intervenção tecnológica do projeto, considerando que os agricultores familiares organizam o trabalho segundo princípios de hierarquia e relações de gêneros de acordo com a composição do grupo doméstico e seu ciclo de desenvolvimento (HEREDIA, 1979; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; NEVES, 1981).

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Antes de adentrar nos caminhos metodológicos para realização da pesquisa serão apresentados os objetivos, a hipótese e a contextualização histórica e social do município de Marapanim. Nele está situada a comunidade São João, lugar do estudo de caso desta pesquisa.

3.1 OS OBJETIVOS E A HIPÓTESE DA PESQUISA

Para analisar o tema da pesquisa, segui a orientação de uma hipótese que, segundo Mann (1973, p. 46), é uma suposição provisória sem a qual “não sabemos o que observar, o que procurar, ou que experiência realizar a fim de descobrir ordem na rotina”. Para isso, admito nesta pesquisa a hipótese de que ocorre um acréscimo de atividades dos membros das famílias em curto prazo para a implantação dos sistemas agroflorestais nos seus estabelecimentos agrícolas, a qual será analisada a partir dos seguintes objetivos.

Objetivo Geral: analisar a configuração do trabalho da família durante o processo de implantação de sistemas agroflorestais em estabelecimentos de agricultores familiares que atuam no Projeto Raízes da Terra na comunidade São João no município de Marapanim, Pará.

Objetivos específicos:

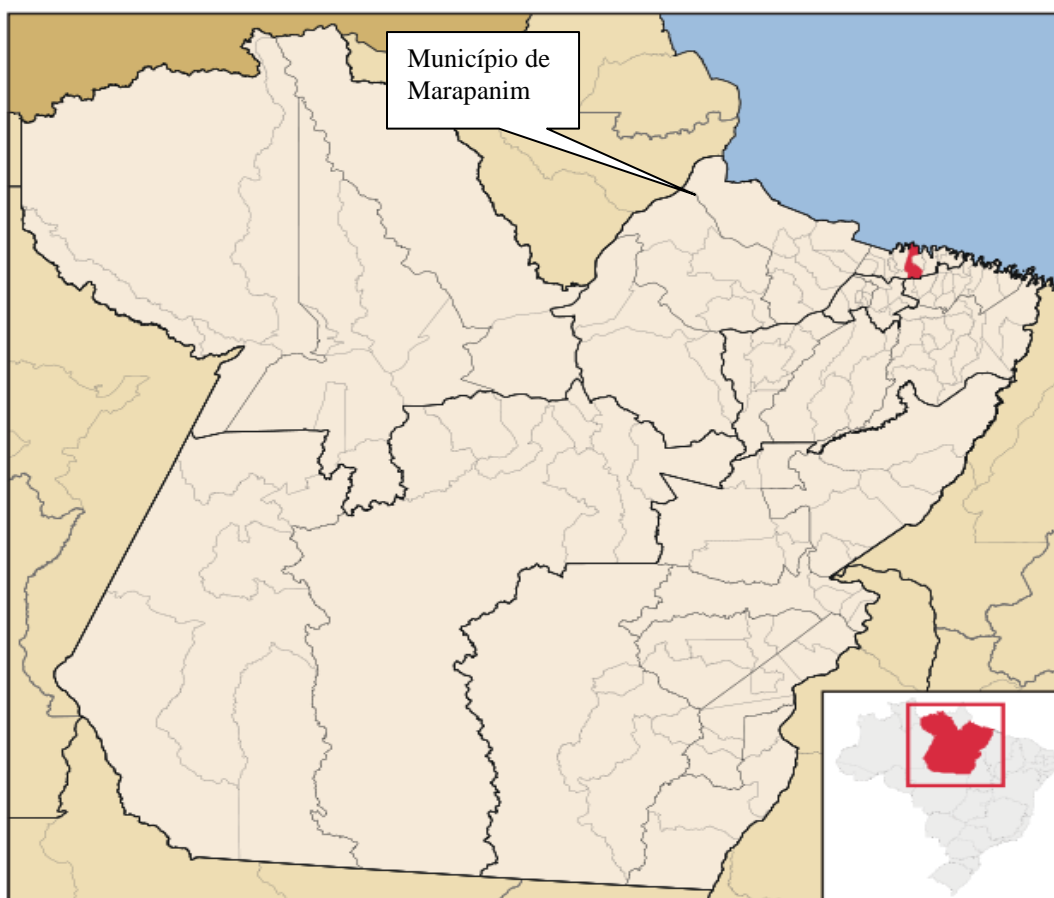
1: Caracterizar as famílias envolvidas no projeto quanto à demografia (idade, sexo, e número de membros), suas trajetórias de vida e ciclo de desenvolvimento dos estabelecimentos agrícolas familiares.

2: Analisar a divisão social do trabalho (sexo e idade) segundo as atividades, os procedimentos agrícolas e os instrumentos de trabalho usados durante o processo de implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas.

3: Identificar o contexto de implantação dos sistemas agroflorestais via Projeto Raízes da Terra.

3.2 O MUNICÍPIO DE MARAPANIM

O município de Marapanim fica localizado no Estado do Pará na zona fisiográfica do Salgado (Mapa 1), aproximadamente a 110 km de distância da capital Belém. O nome da cidade tem origem tupi (*Mara ou mbara e panin ou panã + i*) e significa borboletinhas d'água ou do mar (IBGE, 2009).



Mapa 1: Mapa do Estado do Pará com a localização do município de Marapanim no nordeste paraense.

Fonte: WIKIPEDIA ([2010]) <http://pt.wikipedia.org/wiki/marapanim>

A primeira formação administrativa do município de Marapanim ocorreu através da lei provincial de nº 610 de 21-10-1869, momento em que foi criado como distrito subordinado ao município de Curuçá. Em 1874 foi desmembrado deste município pela lei provincial nº 802, elevado à categoria de vila e instalado em 1878. Através da lei estadual nº 324 de 1895 foi elevado à categoria de cidade e sede municipal com a denominação de Marapanim, que possui quatro distritos: Marudá, Matapiquara, Monte Alegre do Mau e Marapanim, que representa a sede municipal. Essa divisão territorial data de 1988 (IBGE, 2008).

O município de Marapanim tem uma área de 79.190 km² e uma população total de 28.011 pessoas, das quais um pouco mais da metade é do sexo masculino. Do total da população marapaniense cerca de 60 % reside na zona rural (IBGE, 2009).

Dessa área, parte é apropriada por estabelecimentos produtivos cujos titulares diferenciam as condições de incorporação pelas posições de proprietário, ocupantes, arrendatários, parceiros e produtor sem área, categorias de classificação atribuídas, segundo critérios do IBGE.

Tabela 1: Dados gerais sobre a estrutura fundiária do município de Marapanim: condição do produtor

Condição do produtor	Estabelecimentos	Área (há)
Proprietário	1472	15752
Assentado	23	184
Arrendatário	10	36
Parceiro	26	23
Ocupante	143	1803
Produtor sem área	89	

Fonte: IBGE. Censo agropecuário 2006.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Marapanim são: agropecuária (fruticultura: banana, coco-da-baía, laranja, maracujá, pimenta do reino; culturas alimentares: arroz, feijão, mandioca e milho; olericultura: melancia; pecuária: bovinocultura de corte e leiteira, bubalinocultura, suinocultura, caprinocultura, ovinocultura, avicultura de corte e postura, criação de asininos e muares), extrativismo (açai, castanha-do-Pará, castanha de caju, palmito, borracha, fibra de buriti, babaçu, copaíba, pequi), pesca e turismo.

Os produtos mercantis mais importantes são a farinha de mandioca, o açai e o pescado. A atividade pesqueira é expressiva, tanto que, no ano de 2004 o município de Marapanim produziu 1.485,84 toneladas de pescado marítimo e estuarino, sob maior relevância as espécies pescada gó e bandeirado, respectivamente.

No ano de 2004, o município de Marapanim obteve 11º lugar dentre os 15 principais municípios¹ responsáveis pela produção de pescado no Estado do Pará, que totalizou neste ano uma produção de 88.979,571 toneladas de várias espécies de peixe e mariscos (CEPNOR, 2009).

O município de Marapanim, reconhecido pelo forte potencial turístico, atrai muitos visitantes todos os anos, pois, além de possuir belas praias, devido à localização privilegiada

¹ Municípios de Augusto Correia, Belém, Bragança, Colares, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Quatipuru, São Caetano de Odivelas, São João de Pirabas, Salinópolis, Salvaterra, Soure, Vigia e Viseu.

no litoral do Estado do Pará, é chamado de “a cidade do carimbó”, nome do ritmo e dança folclórica tipicamente paraense. Anualmente acontece na cidade o festival do carimbó onde vários grupos de música do Estado do Pará se apresentam.

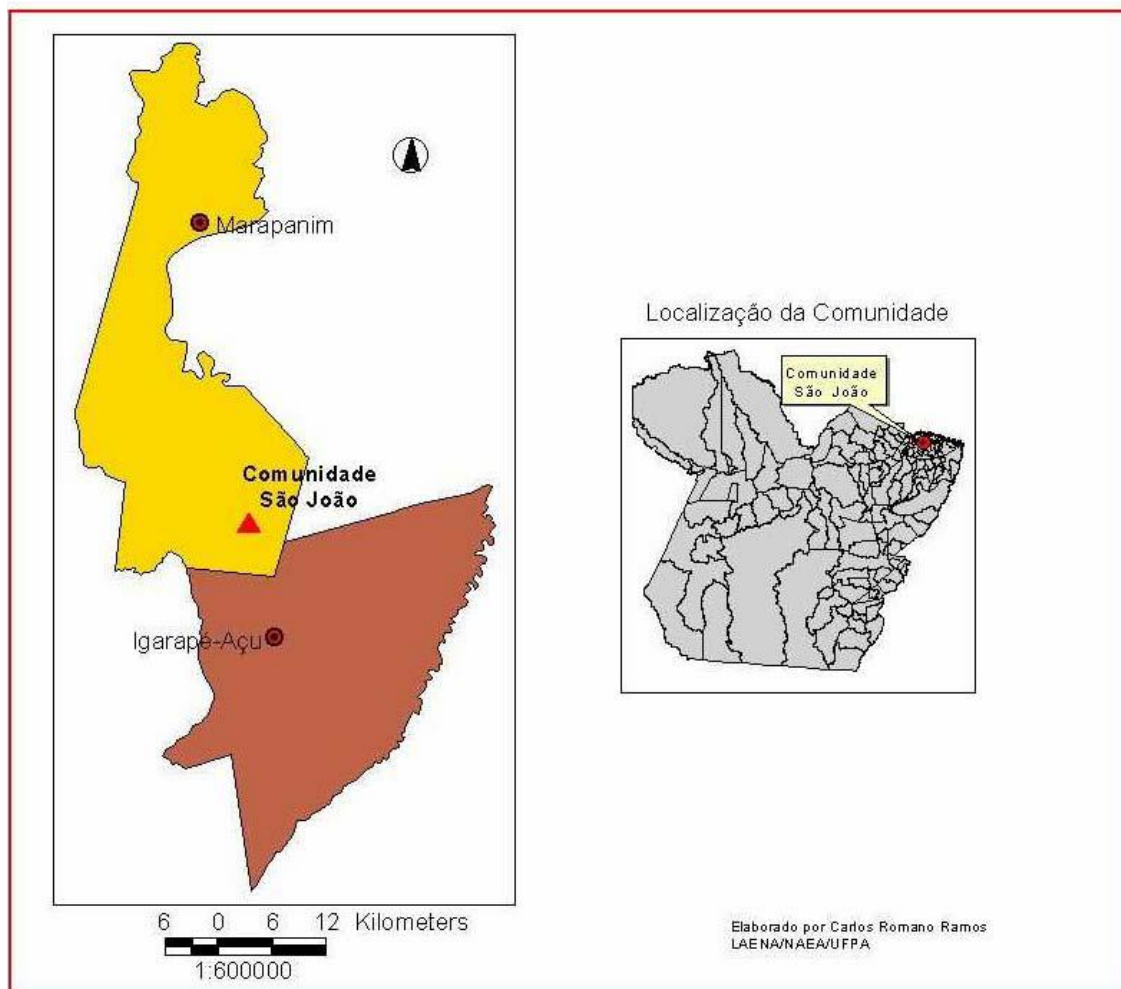
3.3. SITUANDO A COMUNIDADE SÃO JOÃO

Diante da complexidade conceitual do termo comunidade e considerando o “campo minado” de interpretações a seu respeito, a leitura de Neves (2005) é importante para compreender essa problemática. Ela esclarece que:

Os significados atribuídos ao termo comunidade tornam-se impositivos ao entendimento das relações sociais em que estão integrados. Porém, a complexidade aumenta porque o termo adquire múltiplos significados. Ora é amplamente inclusivo e se define pela mínima unidade territorial ou localidade; ora é unidade político-administrativa porque sede de prestação de serviços públicos e comunais (escola, capela, campo de futebol, motor de luz, casa comunitária, sede da associação de produtores). Dessa perspectiva, é base para formulação de demanda e espaço público legitimado para os investimentos dos serviços municipais. Ora corresponde a um grupo de lealdades primordiais, preferentemente com reconhecimento oficial, pelo registro da fundação da associação em cartório. Equivale então à unidade associativa, base de gestão de ações políticas. Ora ressalta o modelo idealizado de pertencimentos, pela adesão participativa nas práticas e objetivos da vida construída em comum. Dessa perspectiva, é altamente excludente, colocando na liminaridade os que vacilam e, na exterioridade, os que se contrapõem às regras assumidas pelo grupo” (NEVES, 2005, p.103-104).

Assim, o termo comunidade usado neste texto está em consonância com a qualificação feita por Neves (2005, p.109) no que se refere à “unidade político-administrativa onde se agregam principalmente grupos de parentesco por consangüinidade e afinidade”.

A comunidade São João fica localizada ao sul do município de Marapanim, próximo à fronteira com o município de Igarapé Açu, conforme mostra o Mapa 2.



Mapa 2: Mapa de localização da comunidade São João.
Fonte: Oliveira, C., (2002)

A cidade de Marapanim é banhada pelo rio do mesmo nome, que demarca o limite entre os dois municípios citados. A comunidade São João está situada na margem oposta do rio, que o separa da zona urbana do município de Marapanim.

Embora exista no município de Marapanim uma população grande de pescadores e o transporte pelo rio ser comum e frequente, não faz parte do cotidiano dos moradores da comunidade São João atravessar de barco até a sede municipal de Marapanim, apesar de ser mais rápido do que o transporte terrestre. A distância da comunidade São João até a sede municipal de Marapanim é de 150 km, via transporte terrestre, e de 18 km até a sede municipal de Igarapé Açu.

São vizinhos da comunidade São João a comunidade do Ubussu, Açucena, Bracinho e Aparecida e os municípios de Cafezal, Mocooca, Marudazinho e Maracanã.

Na parte anterior do texto, foram privilegiadas as informações sobre o local onde foi realizada a pesquisa (município e comunidade), os objetivos e a hipótese da pesquisa. No

capítulo quarto será mostrado o contexto histórico e social da comunidade São João com mais detalhes. A seguir, partiremos “do onde” para “o como” a pesquisa foi realizada.

3.4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

No estudo que envolve as relações entre o trabalho e a família, é fundamental buscar uma metodologia adequada que possibilite, preferencialmente, a geração de informações objetivas e subjetivas, conforme mencionam Minayo e Sanches (1993)². Em decorrência o pesquisador tem a árdua tarefa de perambular entre os vários campos do conhecimento acadêmico, tais como, agronomia, sociologia, antropologia, economia, etc. E para escolher o procedimento metodológico certo para investigação do problema, caminha no “fio da navalha”, em passos curtos e demorados.

É o uso do método científico que respalda a pesquisa ou os trabalhos produzidos por ela (dissertações, artigos, teses e etc.) enquanto ciência. Ele norteia o caminho do pensamento. O “conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 240).

Para investigar o tema sobre a relação entre trabalho, família e os sistemas agroflorestais, a construção metodológica desta pesquisa abrangeu uma diversidade de procedimentos com o propósito de apreender como acontece tal relação, no contexto local de uma comunidade onde os agricultores familiares implantaram sistemas agroflorestais nos seus estabelecimentos agrícolas. Para isso, a perspectiva metodológica qualitativa e a quantidade são apropriadas.

Conforme Minayo e Sanches (1993, p. 245), é “o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana — o objeto da abordagem qualitativa”. Os autores consideram que não existe contradição nem descontinuidade entre a investigação qualitativa e quantitativa, uma vez que são de naturezas diferentes.

Na concepção de Gergen (1993 apud MELO, 2003, p. 35-36), “a abordagem qualitativa facilita através do contato mais próximo e do relacionamento pessoal entre

² Referente à objetividade da abordagem quantitativa e a subjetividade da abordagem qualitativa (MINAYO; SANCHES, 1993).

pesquisador e pesquisado, as “descobertas” do problema investigado, ao contrário da perspectiva objetiva que por diversas razões torna-se limitada e muitas vezes androcêntrica”.

Assim, considerando o tema, os objetivos (geral e específicos) e a hipótese deste estudo, é possível utilizar tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa, de modo complementar. Através do estudo quantitativo será possível caracterizar as famílias, quantificar o trabalho agrícola da família e a divisão do trabalho. Além disso, é possível gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, tais como, a lógica de organização do trabalho e identificar o contexto de implantação dos sistemas agroflorestais via Projeto Raízes da Terra.

Usar de forma flexível a abordagem qualitativa e quantitativa facilita testar a hipótese de que durante o processo de implantação dos sistemas agroflorestais por agricultores familiares ocorre um acréscimo de trabalho da família, numa escala temporal de curto prazo.

As estratégias de organização do trabalho das famílias para a implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos foram experimentadas pelos agricultores através de uma intervenção de desenvolvimento via projeto institucional. A intervenção está sendo considerada, aqui, como relações econômicas e sociais mantidas entre as famílias de agricultores, organizações, empresas e outros instituições, cuja tendência daquelas que tem uma ótica de desenvolvimento sustentável é de intervir em nível dos atores de base, ou seja, na atividade técnica e econômica (ALBALADEJO; VEIGA, 2000 p. 2-3).

Albaladejo e Veiga (2000, p. 3) apontam que existe uma série de níveis nos quais se concretizam e podem ser entendidas estas intervenções e que a intervenção não existe em si, “mas sempre é, desde o início, uma articulação íntima entre as dinâmicas e as práticas da sociedade civil onde ela se realiza.”

Castellanet, Hebette e Henchem (2000, p. 83) analisaram vários níveis possíveis em que as intervenções acontecem e apontaram que:

o grau de pertinência de qualquer intervenção depende de diversos critérios, tais como horizonte temporal considerando (curto, médio ou longo prazo), os recursos disponíveis para esta intervenção, as condições sócio ambientais de participação e de co-responsabilidade, e o poder de mobilização e agregação das entidades envolvidas.

Os autores citam que, no nível dos estabelecimentos agrícolas, as intervenções podem ser do tipo tecnológico ou socioeconômico. A primeira, visa a facilitar a transferência ou circulação de conhecimento e a mudança dos sistemas de produção agrícola. A segunda,

favorece os tipos de sistemas de produção mais sustentáveis por meio do crédito e da política fundiária, principalmente.

Considerando as observações dos autores, o estudo de caso é adequado para o nível de análise nessa pesquisa.

3.5 O ESTUDO DE CASO

Segundo Becker (1994, p.117), o estudo de caso “é adaptado da tradição médica e tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais”. Por este método é possível adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da “exploração intensa tanto de um único caso como de uma organização ou comunidade”. Em consonância com André (2000 apud MOTA, 2003, p. 25) o estudo de caso é :

o estudo em profundidade de uma unidade de análise que pode ser um sujeito particular, uma instituição ou uma situação específica. Os seus resultados não pretendem ser generalizantes, mas explicáveis em profundidade de situações particulares.

Os autores indicam que no campo da investigação social o nível da análise deve ser aquele referente a uma dada particularidade de modo que os resultados não sejam generalizantes sob a realidade estudada, mas significativos.

Com o estudo de caso, não tenho a intenção totalizante de tomar dimensões representativas do município de Marapanim-PA ou da região nordeste paraense, e sim que as informações coletadas e analisadas nesta pesquisa sejam relevantes em relação ao tema que contemplam o estudo específico na comunidade São João.

Para isso, o estudo de caso está constituído pelas 15 famílias de agricultores da comunidade São João, única comunidade localizada no município de Marapanim-PA que integra o Projeto Raízes da Terra através da implantação de sistemas agroflorestais nos seus estabelecimentos agrícolas.

Além da comunidade São João, outras comunidades também fizeram parte do Projeto Raízes da Terra. Cada uma delas estava representada formalmente por associações, todas no município de Igarapé Açu.

Considere adequado escolher apenas a comunidade São João em virtude de que nela estava contido o maior número de famílias participantes por comunidade envolvida no Projeto Raízes da Terra. Assim a amostragem para as análises das variáveis seria maior e todos eram sócios de uma mesma associação, portanto no mesmo contexto político e organizacional.

Além disso, os aspectos operacionais disponíveis e o tempo para a realização da pesquisa de campo foram determinantes na decisão, uma vez que o produto deste trabalho é a dissertação de mestrado, que exige prazos e escolhas exequíveis.

O Projeto Raízes da Terra é um dos componentes dos Projetos Alternativos Demonstrativos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), da Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e tem como objetivo apoiar iniciativas inovadoras da sociedade civil organizada e dos governos federais e estaduais em termos de manejo dos recursos naturais na busca do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O Projeto Raízes da Terra conta com a participação de 42 famílias de agricultores de cinco comunidades nos municípios de Marapanim e Igarapé Açu. Esse quantitativo foi baseado no levantamento de dados primários feitos durante a pesquisa de campo no primeiro semestre de 2009.

Maiores informações sobre o Projeto Raízes da Terra serão apresentadas, posteriormente, no capítulo quinto.

Os dados necessários ao estudo de caso foram obtidos através de fontes primárias e secundárias cujos procedimentos de coletas serão apresentados seguir.

A sequência de apresentação dos procedimentos nas próximas linhas não significa que ela foi seguida rigidamente durante a pesquisa. É apenas sistemática, aconteceu de forma flexível e complementar ao longo de todo o curso da pesquisa e de elaboração da dissertação.

3.5.1 Os dados secundários

Com a finalidade de descrever as características gerais do município e suas principais atividades econômicas para analisar o contexto socioeconômico local foram levantados os dados secundários por meio de consultas aos documentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre demografia, história e agropecuária e do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR) sobre a atividade

pesqueira do município de Marapanim. As informações foram coletadas virtualmente no endereço eletrônico desses órgãos.

Pela leitura da dissertação de Oliveira, C. (2002), foram adquiridas informações sobre a cartografia e a história do processo de formação da comunidade São João, onde noutras situações ele desenvolveu sua pesquisa em torno dos agricultores.

Informações gerais sobre o contexto da implantação dos sistemas agroflorestais no Projeto Raízes da Terra foram obtidas através de diálogos com o pessoal técnico da coordenação por meio de conversas informais anotadas no meu diário de campo.

3.5.2 Os dados primários

O levantamento das informações primárias aconteceu durante a realização do trabalho de campo, principalmente, por meio de observação e entrevistas. Sobre esses procedimentos, Vergara (2009, p. 3, 39, 73) fez a seguinte conceituação:

1. Observação implica notar e metodicamente registrar eventos, comportamentos não verbais e linguísticos;
2. Entrevista é uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo.

Coadunando com conceituação do autor, será mostrado a seguir quais os tipos de observação e de entrevistas usados para a coleta de dados no campo.

Para caracterizar as famílias e seus modos de vida na comunidade São João, foram abordadas questões sobre demografia, saneamento básico, organização social e o funcionamento dos estabelecimentos agrícolas por meio de entrevistas semiabertas.

Essa técnica de apreensão de dados foi escolhida porque as questões abertas geravam uma base de dados qualitativos e quantitativos que permitiram flexibilidade nas perguntas e respostas. O que não seria possível com o uso de questionários fechados em que “as perguntas e respostas são padronizadas e demandam, do respondente, escolha entre duas ou mais respostas fixas que lhe são apresentadas, ou a pontuação de respostas que representam escalas” (VERGARA, 2009).

Além do que, quando se trata de informações extensas e variadas, torna o trabalho de manuseá-las inviável e sua aplicação desgastante tanto para quem pergunta, como para quem responde.

Foram realizadas 15 entrevistas semiabertas com homens e mulheres (pais e mães), das 15 famílias envolvidas no Projeto Raízes da Terra, conforme a situação encontrada nas residências e a dinâmica do momento em que as perguntas foram feitas, considerando a disponibilidade de cada pessoa e o padrão hierárquico estabelecido por família no momento da entrevista. Nas perguntas sobre a demografia (idade, sexo, escolaridade e atividades dos filhos), as esposas eram acionadas a colaborarem com os maridos nas respostas, com exceção daquelas famílias onde somente os homens residiam no estabelecimento.

Neste caso, em que os maridos recorrem à memória das esposas para responder às questões internas referentes à família, existe a constituição de uma relação de gênero. Nas relações sociais de gênero vigoram o “antagonismo e a dessimetria” e são permeadas pelo poder, nas quais a teoria da divisão do trabalho, por sexo é a base (HIRATA, 2000 apud MELLO, 2003).

Para entender o ciclo de desenvolvimento dos estabelecimentos agrícolas, parte integrante do primeiro objetivo da pesquisa, ou seja, como as famílias dividem suas áreas, os principais sistemas de produção, os recursos naturais disponíveis e os sistemas agroflorestais implantados, utilizei questionários abertos e observação estruturada (sistemática, planejada, ou controlada) e a técnica do desenho, que consiste em estimulá-los a retratar em forma de desenho suas áreas, com o propósito de, através dos desenhos feitos por eles, identificar as variáveis importantes e ao mesmo tempo observar como os próprios agricultores visualizam suas áreas (VERGARA, 2009).

Para isso, os principais materiais usados foram papel, caneta, lápis e, na ausência desses materiais, era usado o chão como a base para desenhar e pedra e gravetos para escrever. Essa segunda situação foi mais frequente.

Pelo caráter lúdico, essa atividade envolveu muitas crianças e adolescentes que mostravam grande interesse em participar e ajudar na elaboração do desenho e com isso era possível me aproximar mais deles, estreitar a relação entre investigador e investigado para compreender subjetivamente os fenômenos sociais, tais como valores, hábitos, atitudes e opiniões (MINAYO; SANCHES, 1993).

Embora as crianças e adolescentes não fossem o principal objeto da investigação, suas participações foram fundamentais para a realização dessa técnica, principalmente no que se

refere ao auxílio dado a seus pais durante a atividade e pela alegria proporcionada por eles naqueles momentos e nos outros em que estiveram presentes.

Com relação aos pais, essa atividade envolveu a maior participação dos homens, pois conforme foi possível observar, nos momentos em que as mães estavam presentes, o comportamento delas expressava certa “passividade”, mantendo uma postura de observadoras.

Não foi possível analisar a eficácia do método porque nem todos os agricultores realizaram os desenhos na minha presença em virtude de que, segundo eles, era melhor realizá-lo “*com mais calma e tempo em outro momento*” e entregá-lo no outro dia. Assim, optei por não fazer o registro fotográfico desta atividade para não ameaçar a espontaneidade do momento.

Além das entrevistas semiabertas foram realizadas entrevistas abertas. Segundo Mann (1973, p. 99-103) entrevistar “é essencialmente uma forma de interação humana e pode variar desde o mais descontraído papo até o mais cuidadosamente pré-codificado e sistematizado conjunto de perguntas e respostas dispostas em um programa ou roteiro de entrevistas”.

As entrevistas abertas realizadas nessa pesquisa seguiram um roteiro cuja estrutura permite inclusões, exclusões, mudanças em geral nas perguntas, explicações ao entrevistado quanto a alguma pergunta ou palavra, o que lhe dá um caráter de abertura (VERGARA, 2009, p. 9).

Através das entrevistas abertas, obtive relatos orais do cotidiano do trabalho dos agricultores familiares nos estabelecimentos agrícolas, visando a entender as estratégias de organização do trabalho das famílias para a implantação de sistemas agroflorestais. Com isso, ao analisar a divisão social do trabalho por sexo, idade dos membros das famílias, segundo as atividades realizadas por eles, ao analisar os procedimentos agrícolas e os instrumentos de trabalho usados durante o processo de implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas, e ao identificar o contexto de implantação Projeto Raízes da Terra, poder-se-á alcançar informações satisfatórias aos dois últimos objetivos da pesquisa citados.

Através das entrevistas foram captadas informações detalhadas sobre a relação entre a família e o trabalho durante o processo de implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas familiares.

A realização de entrevistas abertas permitiu maior interação entre o investigador (pesquisador) e investigado (agricultor) e flexibilidade nas perguntas e nas respostas. Durante sua ocorrência podem ocorrer “*insights* ao entrevistador, que permite o aproveitamento desses

insights para recompor o roteiro, enriquecendo a coleta das informações” (VERGARA, 2009, p. 11).

Assim, realizei 15 entrevistas abertas, das quais 10 foram gravadas com a devida permissão do entrevistado - homens e uma mulher. A presença da esposa e dos filhos, sempre atentos à movimentação na casa, era constante quando estes residiam no estabelecimento. No caso da ausência do pai, os membros do sexo masculino ou o filho mais velho se responsabilizavam pelas respostas durante a entrevista. Apenas uma mulher foi entrevistada na íntegra e sem a presença do marido, que trabalhava como mecânico de avião e não exercia nenhuma atividade agrícola e passava boa parte do tempo viajando. Ela é presidente da Associação São João, tem três filhos, sendo que dois deles, um homem e uma mulher, residem em Belém e um filho mora na comunidade rural vizinha, é casado, comerciante e agricultor.

Vale ressaltar que, durante a pesquisa na comunidade São João desde o contato inicial quando apresentei a proposta da pesquisa, fui recebida predominantemente pelos homens, pais de família, que se mostraram aptos a responder meus questionamentos. Com exceção do caso citado acima em que a mulher é a responsável pelo seu estabelecimento agrícola, não houve manifestação inicial das mulheres, mães e filhas, para assumirem a responsabilidade pelas respostas das perguntas feitas por mim, isso só ocorreu quando o marido pedia a intervenção delas, como foi dito antes no caso das perguntas sobre a demografia da família.

Dentro da teoria sobre as relações de gênero, o espaço doméstico, ou seja, de reprodução do grupo familiar é associado às mulheres, e o público, de produção, é o espaço reservado aos homens. Essa concepção mostra uma relação de poder em que a dominação masculina prevalece nas relações familiares (BOURDIEU, 1999 apud FIGUEIREDO, 2005).

Quando o homem-pai mostra-se apto e toma para si a responsabilidade de responder publicamente as questões sobre seu estabelecimento agrícola, está denotando o seu poder de chefia na família. E no momento em que é indagado sobre a idade e a escolaridade dos filhos, o homem recorre a sua esposa. Demonstra assim reconhecer nela o conhecimento dos aspectos relacionados à reprodução da família e por isso repassa a responsabilidade das informações a ela. O envolvimento da mulher foi fundamental para aprofundar os detalhes das informações sobre a demografia da família.

Além do homem, que se apresenta publicamente como chefe da família, a mulher, sua esposa, também reproduz o sistema de dominação na relação familiar, pois permanece presente nas conversas, disposta a intervir somente com a autorização do marido. Observei entre os agricultores estudados características de um processo de socialização via disposições

internalizadas denominadas de *hábito* por Bourdieu em que os assuntos relacionados ao sistema de produção do estabelecimento agrícola são apresentados ao público, ou no meu caso o pesquisador, pelo homem que dedica maior parte do tempo no trabalho na roça (BOURDIEU, 1999; 1999b apud MELO, 2003).

O lugar onde as entrevistas foram feitas sempre era decidido pelo próprio agricultor, pois considerei importante deixar aquele momento o mais espontâneo possível. E os lugares e horários variaram muito, cada família me recebeu de um jeito. Essa peculiaridade era proporcional ao nível de confiabilidade e simpatia pela pesquisadora. Algumas pessoas foram entrevistadas na casa de farinha, no quintal da casa sob a sombra de uma árvore, no pátio ou na cozinha da casa.

Durante todo o percurso da pesquisa de campo, observei constantemente as situações cotidianas que vivenciei com os agricultores. E quando nos momentos de visitas entre vizinhos, amigos ou parentes e também aqueles momentos formais como reunião na associação e encontros religiosos em que estive presente, o meu olhar estava sempre atento, todo tempo confrontando aquilo que era dito nas entrevistas com as posturas e atitudes nos momentos “descompromissados” dos agricultores. Com este comportamento buscava informações sobre as condições de vida, organização social e funcionamento dos estabelecimentos agrícolas e as questões adjacentes que as outras técnicas de levantamento de dados não alcançavam por conta da formalidade do ato de pesquisar em si. Embora tenha consciência de que minha presença na comunidade descaracterizava qualquer intenção de informalidade, meu esforço na busca da espontaneidade foi intenso. Portanto, a finalidade das observações foi de compreender as situações vivenciadas pelos agricultores, que só afloravam durante o percorrer da vida cotidiana, e sobrepôr as palavras e atitudes deles na comunidade. Tanto que Mann (1973, p. 24) ressalta:

a observação de uma situação total não é exequível nem provavelmente de qualquer utilidade especial para quem quer que seja. O importante é que observamos situações com uma finalidade, pois podemos observar certas coisas, no entanto, nada fazer com as observações.

Na concepção do autor o que qualifica a sociologia como o estudo do comportamento social é lapidar o olhar metodologicamente com ferramentas científicas, ou seja, “observar sistematicamente, classificar sistematicamente e interpretar sistematicamente. Quanto melhor ela fizer essas três coisas, tanto mais poderá alegar ser uma ciência” (MANN, 1973, p. 23).

As colocações do autor indicam a pertinência do uso do método científico nas investigações sociais e contribuem ao estudo de caso dessa dissertação, pois estimula o aperfeiçoamento do olhar, da audição e da visão durante a realização da pesquisa de campo. Oliveira, R. (2000) também ressalta a importância de sensibilizar aqueles três sentidos e ainda saber discipliná-los para obter o conhecimento desejado, pois são atos cognitivos (relativo ao conhecimento), completam-se e são constitutivos da elaboração do conhecimento das disciplinas sociais, pois:

Enquanto que no olhar e no ouvir “disciplinados”- a saber, disciplinados pela disciplina - realiza-se nossa percepção, será no escrever que o nosso pensamento exercita-se da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social (OLIVEIRA, R., 2000, p. 18).

Assim, detalhei a perspectiva teórico-metodológica dessa pesquisa, fundamentada no uso do método científico, conforme ressaltado pelos autores citados acima, para tratar o tema proposto.

A seguir serão mostradas as etapas do trabalho de campo e os acontecimentos relevantes durante esse processo.

3.5.3 O trabalho de campo

A pesquisa de campo iniciou-se no mês de abril de 2009, e como eu já conhecia um pouco a comunidade São João e alguns moradores, por conta do estágio de iniciação científica que realizei na Embrapa Amazônia Oriental, a aproximação com as famílias foi facilitada.

Esse primeiro momento do campo teve a duração de sete dias e foram feitas visitas individuais às famílias da comunidade São João para apresentar a proposta da pesquisa. O objetivo era identificar o interesse deles em colaborar e participar desse processo. Eles mostraram disponibilidade e receptividade, apesar de quase três anos distante dali, desde o primeiro contato, o estranhamento foi pequeno e para minha surpresa muitos se lembraram de mim !...

A partir de então, as entrevistas foram agendadas de acordo com a possibilidade de cada um, para não alterar o cotidiano de suas atividades diárias.

Nesta fase tive o apoio logístico da Embrapa Amazônia Oriental para o transporte e alojamento, pois eu passava o dia na comunidade São João e a noite voltava para a cidade e dormia no alojamento que ficava na zona urbana de Igarapé Açu.

No começo do mês de maio de 2009, iniciei a segunda etapa de campo, retornando à comunidade São João para fortalecer os contatos previamente estabelecidos e tentar um relacionamento mais próximo e aprofundado com as famílias. Esta etapa durou 10 dias e contei com a ajuda direta das famílias da comunidade no meu acolhimento, que foi marcante e determinante para a permanência no campo. Vários e diários foram os convites para o cafezinho da tarde, o almoço, o jantar ou a hospedagem em suas casas. Era um carinho de mãe e pai para uma filha e até mesmo o sentimento de preocupação com minha segurança e meu bem-estar no lugar.

No momento da pesquisa de campo, observei na comunidade São João a existência de famílias em que as mulheres e as crianças fixaram residência na cidade de Igarapé Açu ou Castanhal, principalmente na zona urbana dos municípios. Porém a maioria dos membros do sexo masculino dessas famílias, pais e filhos, permaneciam morando e trabalhando na comunidade São João.

Esta dinâmica de migração interna configura um processo de decomposição entre a unidade de produção e unidade de consumo (NEVES, 2005)³.

E por conta, desse quadro de “masculinização” na comunidade era preciso um critério maior na hora de escolher um lugar para me hospedar, pois além de socialmente condenável por eles, não é seguro uma mulher dormir sozinha numa casa onde só moram homens. Eu precisava proteger minha integridade física, pois fui avisada da existência de pessoas circulando na comunidade, foragidas da polícia, tomando uma postura cuja característica apontava má índole e ímpetos violentos.

Após um período sondando as possibilidades, fui gentilmente acolhida e hospedada na casa de uma mulher, dona Francisca, que naquele momento estava sozinha, pois o marido tinha viajado e não haveria o problema de prejudicar a privacidade da família com minha presença. Nossa convivência foi maravilhosa e fundamental para o desenvolvimento das etapas seguintes do meu trabalho de campo, pois ali me aproximei de verdade das famílias.

Contudo, nesse período, fiquei doente e me afastei para tratamento médico. Após autorização médica retornei ao convívio deles no mês de junho de 2009 durante 15 dias para dar continuidade aos levantamentos dos dados primários e finalizar a pesquisa de campo.

³ é um “processo de decomposição dos seus pressupostos básicos de sua configuração e reprodução sociais” (NEVES, 2005, p. 110).

Esses foram, portanto, os caminhos metodológicos dessas experiências, capítulo do lugar da pesquisa e os procedimentos utilizados para a coleta de dados. No próximo serão mostrados os resultados referentes às características das famílias da comunidade São João.

4 A COMUNIDADE E AS FAMÍLIAS

Neste capítulo constam informações referentes às dinâmicas populacionais mais importantes na comunidade São João e principais aspectos relacionados aos modos de vida das 15 famílias analisadas.

Com as informações alcançarei o primeiro objetivo específico da pesquisa, que é caracterizar as famílias atuantes no projeto Raízes da Terra, através das quais terei os primeiros subsídios para compreender as estratégias de organização do trabalho para implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas das famílias, tema que será abordado, posteriormente, no capítulo 6^a.

4.1 DA CIDADE AO CAMPO: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA COMUNIDADE SÃO JOÃO

No capítulo 3^o foram abordados os procedimentos metodológicos dentre os quais os aspectos gerais sobre a comunidade São João para identificar onde foi realizado o estudo de caso da pesquisa.

Agora trataremos das características da ocupação de terra⁴ para o processo de formação da comunidade São João e os principais aspectos relacionados à organização social local.

⁴ O termo “ocupação de terras” é predominantemente usado pelos integrantes do movimento dos trabalhadores sem terra (MST) nos discursos e publicações, nos quais é preconizado que a expressão correta é ocupação de terras e não invasão de terra, já que o processo se dá em terras improdutivas. Considerando o fato de que o termo invasão não é bem aceito pelo MST e essa abordagem pode até se tornar pejorativa dependendo da situação, foi mais adequado não usá-la. Até porque essa questão não cabe neste estudo e não seria interessante aprofundá-la. Porém ocorreu que o termo invasão era usado constantemente pelas pessoas informantes, quando conversávamos sobre a história de São João, e também na dissertação de Oliveira, C. (2002), que chamou os momentos de “invasão Ferro Costa” e a “invasão Padre João”. Não foi fácil encontrar uma explicação clara sobre o uso predominante do termo invasão. Mas é possível supor que houve uma provável “homenagem velada” e gratidão aos dois proprietários das fazendas, por eles não terem reagido com violência e pela abertura da possibilidade pacífica para que as famílias conquistassem um “pedaço de terra”, conforme expressado por uma pessoa da comunidade.

4.1.1 A história de formação da comunidade São João

As informações sobre o processo de formação da comunidade São João foram obtidas por meio de dados primários durante a realização do trabalho de campo. Para isso, conversei com um homem e uma mulher, que estão presentes lá há 18 e 10 anos, respectivamente que demonstraram disponibilidade em falar e conhecimento sobre a história da comunidade. Durante as conversas com os outros moradores, sempre abordava o tema. Além dos dados primários, complementei as informações através de dados secundários que foram obtidos com a leitura de Oliveira, C. (2002).

O movimento populacional direcionado à ocupação de terras e organização social para formação da comunidade São João aconteceu em dois momentos diferentes e esteve relacionado a duas antigas fazendas, antes de ser constituída e reconhecida como uma comunidade pelos moradores daquela época e os de hoje.

Em 1986 aconteceu, na sede municipal de Igarapé Açu, a primeira mobilização de pessoas para a ocupação de terras de uma fazenda onde havia uma serraria desativada que antes funcionava beneficiando madeira. Uma liderança local mobilizou 42 pessoas que moravam no município de Igarapé Açu e Marapanim para informá-los da existência dessa fazenda “desativada” e da ausência do seu dono no local. Segundo informantes entrevistados, as pessoas foram motivadas a migrar para o campo porque estavam desempregadas na cidade e acreditavam que a ocupação não seria violenta, uma vez que o proprietário morava em Brasília.

Nessa primeira ocupação de terras, cada família se “apossou” de uma área posteriormente demarcada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo Oliveira, C. (2002) e os informantes, o tamanho das áreas demarcadas pelo INCRA, naquela região, é cerca de 25 ha para agricultores familiares, talvez por isso, a divisão das terras ocupadas naquela época tenha sido de aproximadamente 20 a 25 hectares.

A maioria dos migrantes, que participou desse processo inicial de ocupação de terras, depois vendeu seus lotes para outras pessoas que moravam na cidade e desejavam adquirir terras na comunidade São João para trabalhar ou como forma de investimento em imóveis rurais. Das 42 famílias que ocuparam as terras em 1986, somente duas continuavam morando na comunidade no ano de 2009, quando as informações foram coletadas.

Essa constatação está presente no estudo de Oliveira, C. (2002), conforme pode ser observado no relato extraído de seu texto, a seguir:

Foi bom demais, quando nós entremo ali na área o gerente era o Manoel Palheta; ele achava meio ruim, até tentou empatar a gente de ficar lá, mas depois ele num ligou muito. Ele ligou pro patrão dele [em Brasília, conhecido como Doutor Ferro Costa] e o patrão dele disse: não, o pessoal querem trabalhar, então deixa eles trabalhar. Aí a gente ficamo trabalhando lá, mas fomo chamado diversas vezes em Marapanim. A juíza chamava a gente e nós ia; eu devo ter ido lá umas dez vez. Quando nós se reunimo e dividimo a área pra todo mundo; eu deixei um pedaço pro gerente da fazenda, mas ele num quis, mas depois ele se arrependeu aí eu dei um pedaço pra ele, agora hoje ele ta sastifeito porque depois da justiça lá não teve mais pobrema, nós ganhamo do mesmo jeito – as quarenta e duas família viu! Só que das quarenta e duas família, o pessoal quer é pra vender. Umas vinte família venderam logo (Extrato de entrevista com Josias Caetano Barbosa feita por Oliveira, C., 2002, p. 59-60)

Depois de 10 anos aconteceu em 1996 o segundo movimento migratório para ocupação de terras de uma fazenda que pertencia ao VIBRA João 23, órgão representante da igreja católica no local naquela época. Porém os informantes não souberam dizer o número de pessoas que participaram dessa segunda ocupação.

A mobilização foi organizada por um agricultor considerado uma liderança local pelos moradores. Segundo os informantes entrevistados, ele tomou conhecimento da fazenda que era administrada por um padre, missionário evangelizador católico da paróquia do município de Igarapé Açu, que naquele ano tinha viajado para Itália em missão religiosa. Então, essa liderança resolveu articular a ocupação das terras da “fazenda do padre João”, conforme as palavras de um dos informantes, com um grupo de pessoas que moravam nas comunidades vizinhas, e os próprios trabalhadores da fazenda e famílias de agricultores dos municípios de Igarapé Açu, Marapanim e Maracanã.

De acordo com o que foi dito pelos informantes é possível entender que as pessoas foram estimuladas a ocupar as áreas com a esperança de conseguir “*uma terra pra trabalhar e um lugar pra morar*”, uma vez que a maioria estava desempregada na sedes municipais de Igarapé Açu, Marapanim e Maracanã ou vivia em condições precárias nas comunidades vizinhas. Além disso, nenhum dos proprietários manifestou resistência violenta ao movimento para ocupação das suas terras, tanto em 1986 como em 1996.

Os primeiros passos para uma organização social formalizada aconteceu após a segunda ocupação de terra ocorrida em 1996 com a iniciativa de dois agricultores que

iniciaram o processo de mobilização dos moradores e a delimitação espacial da área de abrangência da comunidade São João.

A mobilização aconteceu reunindo moradores das duas áreas ocupadas (da primeira fazenda, no ano de 1986 e da segunda fazenda, 10 anos depois), para constituição de uma comunidade. E a partir da junção das duas áreas das fazendas ocupadas e uma parte da área da comunidade São José, que fica na vizinhança, foi constituído a delimitação geográfica da comunidade São João.

Assim, estabelecida geograficamente como comunidade, foi então fundada a Associação Comunitária Rural de São João, cujo nome é uma analogia ao padroeiro São João da cidade de Marapanim, conforme informado pelos agricultores.

Conforme informações da presidente da associação, a comunidade São João tem aproximadamente 100 famílias. A Associação São João conta com 30 sócios, dos quais é cobrada uma taxa mensal de R\$ 2,00, mas naquela época ela afirmou que a maioria deles estava inadimplente, pois estariam sem recursos financeiros.

Segundo a mesma informante, a Associação Comunitária Rural de São João contou com vários dirigentes ao longo da sua existência. Atualmente o grupo almeja constituir uma cooperativa de agricultores, pela qual acreditam alcançar um fortalecimento institucional que possibilitará articulação de incentivos para as melhorias de infraestrutura local, pois ainda não houve avanço nesse sentido.

Todo o primeiro domingo de cada mês acontece a reunião⁵ da Associação para tratar de assuntos sobre a manutenção da sede, a revitalização da casa de farinha comunitária, a prestação de contas, o andamento do projeto Raízes da Terra e para manter o contato entre os sócios.

As principais articulações estabelecidas pela Associação São João, tomando como referência o ano de 2009, com instituições presentes na comunidade São João, foram com a Embrapa Amazônia Oriental, através de projeto Tipitamba, parceiros e porta-vozes que buscam construir um padrão de adesão pelos agricultores familiares locais para o manejo sustentável dos recursos naturais, principalmente a recuperação da capoeira degradada; a empresa Natura, que compra frutos de Inajá e tucumã pagando R\$ 0,50 por kg, a cada

⁵ Porém, durante uma reunião para comemoração do dia das mães, que tive a oportunidade de participar, observei que poucos compareceram. Considerando o significado especial do evento, aquela constatação foi uma surpresa. Fui investigar o fato e constatei que muitas pessoas, que já participaram de projetos anteriores oriundos da Associação não ficaram satisfeitas com os resultados, perderam a confiança, a motivação e o interesse com relação aos eventos organizados pela Associação São João. Porém essa postura muda, se o assunto das reuniões é sobre crédito ou financiamento ou quando representantes de instituições do governo ou de pesquisas levam propostas que vislumbram o interesse a comunidade.

agricultor que fornece; e o projeto Raízes da Terra cujo funcionamento será explicado no capítulo 5º. Além destes, outras assistências institucionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Banco da Amazônia (BASA), referentes a crédito e financiamento para a lavoura temporária, e a Cooperativa Amafruta, foram prestadas à comunidade via associação São João.

Lima (2005, p. 353) considera que o associativismo comunitário, quando é autônomo, permite que as associações criem suas próprias redes e estabeleçam múltiplas articulações que se constituem em um importante recurso social por meio do qual se instrumentalizam diversos pleitos. Segundo a autora o associativismo influi na “reestruturação do espaço rural, pois a legitimidade das comunidades se refere igualmente ao reconhecimento de seu significado territorial, como prova a generalização do termo para designar as povoações rurais”.

Trazendo as considerações da autora citada para a realidade estudada é possível concordar e pertinente dizer que o associativismo na comunidade São João foi originado para representar a coletividade formada no local com a junção territorial das duas ocupações de terra e como espaço para discussões de problemas e articulação de soluções para a coletividade.

Comparando o processo de ocupação das terras, é possível dizer que a comunidade estudada caracterizou-se pela propriedade individual da terra, pois conforme a sua história mostrou, desde o começo, que não houve terra ocupada visando à propriedade comunal ou coletiva, e sim a decisão a delimitar ou dividir as áreas para uso privado. Ainda que sem o uso de cercas, o processo aconteceu pela “presença de limites consensuais entre áreas individuais ou familiares” (PANTOJA, 2005, p. 177).

Em síntese, o processo de formação da comunidade São João se caracterizou pela migração de famílias da cidade para o campo para ocupação de terras. Depois das primeiras ocupações em 1986, a forma de acesso às terras aconteceu através da compra, doação de um parente ou troca com amigos e compadres. A maioria das pessoas que migrou estava desempregada na cidade de Marapanim e vizinhanças e trabalhava informalmente em grandes fazendas da região, onde era remunerada mensalmente ou periodicamente conforme estabelecido pelo empregador. Os migrantes buscavam, através da atividade agrícola nos lotes adquiridos, fugir do desemprego e da exclusão socioeconômica das cidades onde moravam, segundo contaram os informantes.

Entretanto, segundo relatos, a maioria das famílias migrantes acabava retornando às sedes municipais de origem, principalmente a Igarapé Açu e Marapanim por estar mais

próximas à comunidade. Assim, constituem um fluxo migratório inverso, que é a partida em retorno das pessoas do espaço rural para o urbano.

Os informantes ressaltaram que, desde o começo de formação da comunidade São João, as condições socioambientais, como, os serviços de saúde, educação, e transporte e instituições bancárias e previdenciárias, eram precários ou inexistentes. Segundo eles, isso pode ter influenciado direta ou indireta ao retorno das famílias à cidade.

Atualmente, conforme foi possível ver e ouvir dos informantes durante a pesquisa de campo em 2009, a condição socioambiental do passado na comunidade São João continua no presente das famílias que lá residem. Conforme será mostrado a seguir.

4.2 CONDIÇÕES DE VIDA NA COMUNIDADE SÃO JOÃO E A MORADIAS DAS FAMILIAS

Para saber como vivem as famílias que compõem o estudo de caso, serão analisadas as principais características das condições socioambientais da comunidade São João, tomando como referência o tempo presente.

Conforme foi mencionado anteriormente pelos informantes, as condições socioambientais da comunidade São João para a sobrevivência das famílias não melhorou. Isso é apontado pelos moradores atuais como principal motivo para o fluxo migratório frequente, conforme foi retratado por um agricultor durante uma conversa sobre esse assunto: *“Os que tem hoje aqui é tudo novato, meus vizinhos são tudo novo”*. Ele estava retratando o fato de muito dos seus vizinhos serem recém-chegados na comunidade.

Assim, para ratificar o que foi relatado acima pelo agricultor, serão abordados a seguir os principais aspectos relacionados aos serviços de transporte, saúde, educação e segurança indisponíveis na comunidade São João.

4.2.1 Transporte, saúde e educação na comunidade

As estradas estaduais e os ramais que dão acesso à comunidade São João estão em condições precárias e ficam intrafegáveis durante o período chuvoso, dificultando a entrada de

veículo pequeno. O transporte coletivo é disponível apenas para a sede municipal de Igarapé Açu em um ônibus que passa por um ramal da comunidade duas vezes por semana, nos dias de segunda-feira, com ida e volta uma vez no dia, e no sábado somente uma ida de madrugada. O deslocamento até a sede municipal de Marapanim pode ser feito uma vez ao mês no caminhão de mercadoria do PRONAF. É comum o descolamento de bicicleta dentro da comunidade e caronas de alguns vizinhos que têm moto e de uma pessoa que tem carro, uma vez que as casas são distantes umas das outras.

Existe uma escola de ensino fundamental de 1ª a 4ª série, localizada num perímetro que exige longo percurso a pé ou de bicicleta para as crianças que moram distante. E a partir da 5ª série do ensino fundamental até o ensino médio existe uma escola no distrito de Matapiquara que fica nas proximidades da comunidade São João. A escola de ensino médio funciona no turno da noite e a prefeitura de Marapanim disponibiliza um ônibus para o deslocamento dos alunos.

Não existe serviço de atendimento à saúde dentro da comunidade São João, apenas um agente de saúde municipal presta assistência à saúde. Os informantes relataram que a sua presença no local é esporádica. As famílias são acometidas, principalmente, de diarreia, vômito, picada de cobra e acidente de trabalho, tais como ferimentos nas mãos durante o manuseio de ferramentas agrícolas. Para essas enfermidades e acidentes, o tratamento é realizado em casa com uso de medicamentos químicos, que eles compram ou pedem aos vizinhos, e naturais como as ervas medicinais plantadas nos quintais de suas casas. No caso de complexidade da doença e do não desaparecimento dos sintomas ou quando acontecem acidentes graves, as famílias procuram atendimento no município de Igarapé Açu ou em Castanhal.

Além disso, a comunidade é totalmente desprovida de segurança pública, conforme foi relatado por uma moradora: *“A comunidade São João é abrigo de bandido, furto, violência doméstica, alcoolismo e drogas”*.

Para os moradores, a distância entre o município de Marapanim e a comunidade São João começa no aspecto territorial e avança até o político, pois o afastamento geográfico da sede municipal daquele município deixa-os invisíveis aos focos de investimentos do governo municipal. Tanto que um agricultor destacou que *“o jogo político atrapalha as melhorias pra nós”*, ou seja, mesmo próximos geograficamente da infraestrutura de serviços de saúde, educação, comércio e indústria disponível na cidade de Igarapé Açu, eles permanecem sob a abrangência político-administrativa e geográfica da sede municipal de Marapanim. Por conta dessa particularidade espacial, o interesse político de ambas as partes é comprometido.

Ainda tratando das características socioambientais na comunidade São João, a seguir será mostrado a condições das moradias.

4.2.2 A infraestrutura física das casas e o saneamento básico local

As principais características relacionadas à infraestrutura física das casas das famílias da comunidade São João, como os tipos de materiais usados na construção, estão apresentadas nos gráficos abaixo.

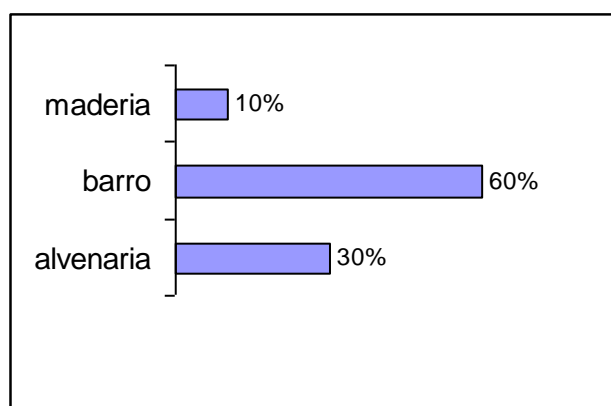


Gráfico 1: Tipo de material usado para construção das casas

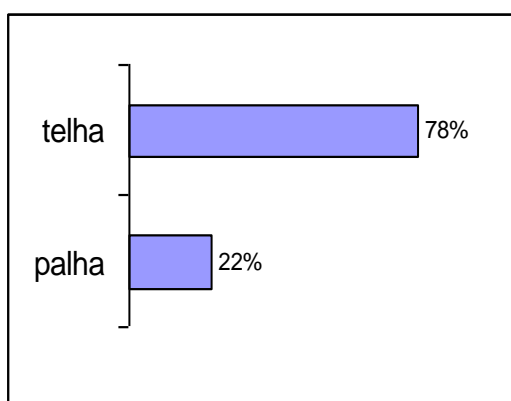


Gráfico 2: Tipo de material usado para cobertura das casas.

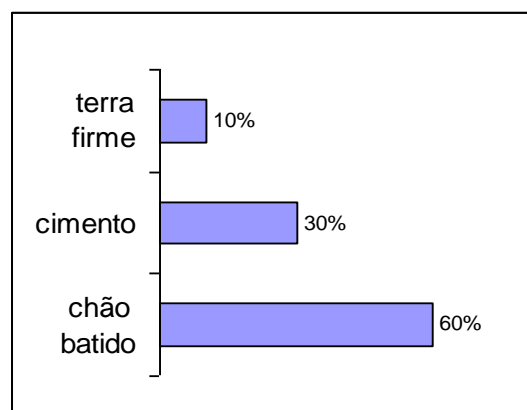


Gráfico 3: Tipo de material usado no piso das casas

Os gráficos mostram que as casas da maioria das famílias foram construídas de barro (60%). As construções de madeira e alvenarias também foram encontradas, porém em minoria (10% e 30%, respectivamente). Isso pode ser explicado porque a vegetação secundária ou capoeira predomina na paisagem dos estabelecimentos, por isso, nestes casos, o uso da

capoeira fica limitado à extração de cipós e capoeira fina para utilizar como lenha nas construções de casas de farinha e viveiros para pequenos animais, pois são estruturas mais leves. Haja vista que, para construir uma casa de madeira, é preciso matéria-prima resistente e em grande quantidade. Além disso, o material para a construção de casas de alvenaria é mais caro e precisa ser comprado nas cidades próximas e transportado até à comunidade, por isso é inviável ao orçamento familiar da maioria dos informantes.



Foto 1: Fachada de uma casa de barro de uma família da comunidade São João.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.



Foto 2: Vista lateral de uma casa de barro de uma família da comunidade São João.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.



Foto 3: Exemplo de uma casa de barro e telhado de palha de uma família da comunidade São João
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Como o serviço de iluminação pública não existe naquela comunidade, as famílias usam principalmente lâmparinas para iluminarem suas casas, por vezes intercalando-as com bateria, motor ou energia solar, conforme mostra o gráfico 4.

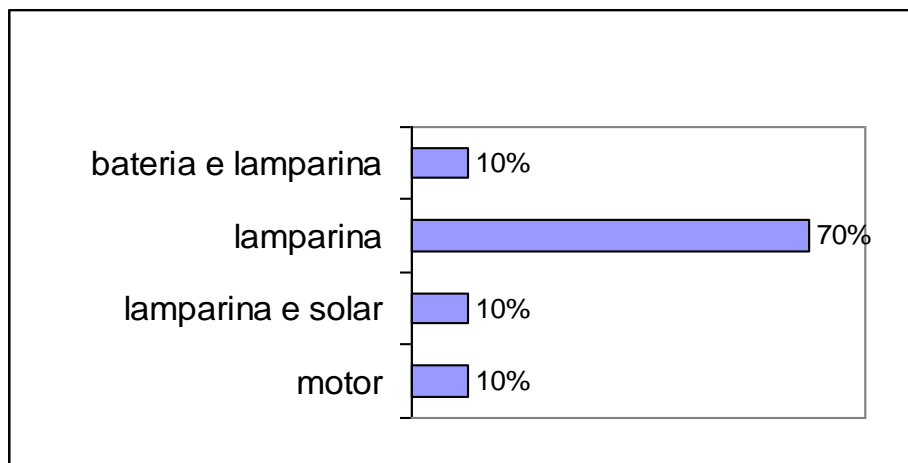


Gráfico 4: Alternativas energéticas usadas pelos agricultores.

Além disso, não existe serviço de saneamento básico, como, esgotamento sanitário, tratamento da água e de lixo público. A água usada para o consumo doméstico e agricultura é retirada diretamente dos igarapés pela maioria das famílias. E para facilitar o transporte da água, quando o igarapé fica muito distante, constroem poços simples, para retirada manual de água, perto das casas. Apenas uma moradora tem na sua casa água encanada, que foi instalada com recursos próprios. Porém seu uso é restrito e controlado porque a caixa d'água funciona por meio de energia solar e por isso limita bastante o consumo.



Foto 4: meninos tomando banho no igarapé.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Como não existe tratamento de esgotamento sanitário na comunidade São João 80% dos banheiros das casas das famílias são constituídos por fosse negra, conforme está apresentado na foto 4 a seguir.



Foto 5: Banheiro.
Fonte: Trabalho de campo, 2009.



Foto 6: Fossa negra
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

De acordo com os relatos das pessoas entrevistadas e as observações feitas durante minha permanência na comunidade, a questão do destino do lixo chamou atenção.

A oportunidade de conviver durante a pesquisa com as famílias, que compõem o caso estudado, possibilitou-me entrar em várias casas e conhecer o ambiente interno delas. Ali vivenciei vários momentos cotidianos e, por várias vezes, apreeci o almoço, o cafezinho ou o jantar preparado com o máximo de capricho, pude perceber como eles usam os recipientes de vidro, metal e plásticos no ambiente doméstico.

A partir de um olhar mais “disciplinado”, conforme ressaltou Oliveira, R. (2000), notei embalagens plásticas de agrotóxicos sendo reutilizadas como depósitos de água e recipientes para usos diversos, assim como potes de vidro armazenando grãos e transformados em copos.

Porém, quando perguntava se eles sabiam que é inadequado reutilizar embalagens de agrotóxico para uso doméstico, a maioria mostrou desconhecimento do fato e justificou sua atitude por conta da ausência de coleta de lixo na comunidade. E ainda relataram gostar das embalagens por conta de sua utilidade prática e eficiente no âmbito doméstico, conforme disse uma agricultora e dona de casa durante uma conversa sobre esse tema: “*É bom de usar, porque é grande e vem com tampa, dá até pena de jogar fora*”.

As famílias não fazem tratamento químico na água para beber e a maioria destina inadequadamente o resíduo produzido pela família. Conforme mostra o quadro 1.

TIPO DE RESÍDUO	DESTINO DOS RESÍDUOS INORGÂNICO
Vidro	Reutiliza, enterra, vende e joga na capoeira
Plástico	Joga na capoeira, , queima, reutiliza, vende
Metal	Joga na capoeira

Quadro 1: Destino dos resíduos inorgânicos produzidos pelas famílias
Fonte: trabalho de campo, 2009.

As embalagens de vidro e plástico, quando não reutilizadas, são vendidas ou jogadas na área da capoeira do estabelecimento agrícola. Mas, quando isso não acontece, as embalagens plásticas são queimadas, as de vidros são enterradas e as embalagens de metal são jogadas preferencialmente na capoeira.

Diante das condições socioambientais na comunidade São João mostradas até aqui, as mesmas eram desfavoráveis à qualidade de vida das famílias, desmotivando as suas permanências no local, conforme foi apontando pelos informantes. Buscaremos analisar a questão acrescentando os dados demográficos, que serão apresentados a seguir.

4.3 ENTRE O CAMPO E A CIDADE: AS ESTRATEGIAS FAMILIARES DE REPRODUÇÃO SOCIAL⁶

Nesta parte do capítulo, será feita uma abordagem demográfica das 15 famílias que integram o caso estudado, sobre a idade, o sexo e o número de membros que compõem as famílias e suas principais ocupações, examinando o fluxo migratório do campo para a cidade. Esta realidade foi apontada pelos informantes como uma tendência atual na comunidade São João, ao contrário do que aconteceu no passado para a formação da comunidade São João onde o fluxo migratório predominante aconteceu da cidade ao campo.

⁶ Considero estratégias familiares as ações do grupo familiar para sua reprodução social visando à melhoria nas condições de vida e superação das adversidades socioeconômicas numa perspectiva futura.

4.3.1 Sobre os aspectos demográficos das famílias

Durante a realização dessa pesquisa foi possível perceber que dentre as famílias existiam experiências com estratégias de reprodução social, baseadas numa complementaridade do trabalho rural e urbano entre alguns membros.

Os dados a respeito das principais características demográficas das famílias serão apresentadas na tabela 2.

Tabela 2: Número de membros das famílias estudadas na comunidade São João no ano de 2009.

Famílias	Nº de membros das famílias por local de residência						TOTAL
	Residem no estabelecimento			Não residem no estabelecimento			
Nomes	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1	8	4	4	7	4	3	15
2	2	1	1	4	2	2	6
3	4	3	1	1	1	0	5
4	4	3	1	1	1	0	5
5	1	1	0	2	1	1	3
6	2	1	1	5	1	4	7
7	3	3	0	12	6	6	15
8	12	6	6	0	0	0	12
9	3	2	1	0	0	0	3
10	0	0	0	6	3	3	6
11	2	1	1	0	0	0	2
12	4	2	2	5	0	5	9
13	0	0	0	7	3	4	7
14	0	0	0	5	3	2	5
15	0	0	0	4	2	2	4
Total	45	27	18	59	27	32	104

Fonte : Trabalho de campo, 2009.

Como vimos, apenas três famílias são composta por mais de 10 membros (de 12 a 15 membros) e quase metade das famílias, cerca de 47%, é composta por no máximo 5 membros. Assim ficou evidenciado o tamanho reduzido das famílias neste estudo. Corroborando a tendência nacional de redução no tamanho das famílias progressivamente ao longo do tempo (NASCIMENTO, 2009 apud BATISTA, 2009).

Com relação à distribuição de homens e mulheres e o local de suas residências, a tabela 2 mostra um contingente maior de membros das famílias residentes nos estabelecimentos agrícolas do sexo masculino num percentual de 60% comparado a 40 % de mulheres.

Além disso, chama atenção, na tabela 2, que em 80% das famílias estudadas existe pelo menos um membro da família residindo fora do estabelecimento agrícola. Com efeito, o maior contingente, 54 %, de residentes fora do estabelecimento, é do sexo feminino quando comparado ao de masculino, equivalente a 46%.

Analisando os percentuais mostrados, ficou evidente a existência de estratégias familiares para reprodução social baseada na migração dos estabelecimentos agrícola principalmente das mulheres.

Tabela 3: Faixa etária dos pais segundo local da residência.

VARIÁVEIS	TOTAL		Reside no estabelecimento		Não reside no estabelecimento	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Faixa etária	26 a 65 anos	23 a 69 anos	26 a 65 anos	23 a 69 anos	39 a 62 anos	36 a 60 anos
< 35 anos	7 %	14%	36 %	11%	50 %	20%
35 a 59 anos	53%	71%	55 %	67 %	50%	80%
≥ 60 anos	40%	14%	9 %	22 %	0%	0%

Fonte: trabalho de campo, 2009.

Conforme mostra a tabela 3, a maioria dos idosos das famílias são do sexo masculino e nenhum dos pais e mães com idade acima dos 60 anos de idade reside fora do estabelecimento. Entre os casais que moram fora a maioria das mães, 80%, e metade do número de pais, 50%, estão na faixa etária entre 35 a 59 anos.

Considerando a faixa etária dos casais que residem e não residem nos estabelecimento foi possível perceber que a maioria das mulheres e homens que migraram para a cidade está na idade produtiva em relação ao mercado de trabalho. E em relação às pessoas com idade próxima àquela que dá direito ao benefício da aposentadoria e que teriam mais dificuldade de ser absorvida no mercado de trabalho, a permanência é maior.

Tabela 4: Faixa etária dos filhos segundo local de residência.

Variáveis	TOTAL		Moram no estabelecimento		Não moram no estabelecimento	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Faixa etária	4 a 44 anos	7 a 47 anos	4 a 35 anos	9 a 31 anos	9 a 44 anos	7 a 47 anos
≤ 10 anos	18%	6 %	29 %	11 %	9 %	4 %
10 a 17 anos	15 %	19 %	18 %	33 %	14 %	15 %
18 a 30 anos	46 %	56 %	41 %	44 %	50 %	63 %
> 30 anos	21 %	19 %	12 %	11 %	27 %	19 %

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

A tabela 4 mostra que maioria dos filhos, tanto do sexo masculino quanto feminino, está faixa na etária de 18 a 30 anos, correspondente à fase adulta. Assim como os que residem no estabelecimento de ambos os sexos estão em torno de 40% dentro dessa faixa etária. Mas, fazendo um comparativo com os filhos que residem fora do estabelecimento, prevalece o sexo feminino com 63% entre 18 a 30 anos.

As crianças do sexo feminino, independentemente do local da residência, são a minoria nas famílias. Mas, comparando o percentual de crianças com o local da residência, elas são a minoria dos filhos, principalmente dos casais que residem fora do estabelecimento agrícola familiar.

Considerando a totalidade estudada e a relação da composição das famílias e local de residência dos membros, foi possível identificar que:

- 1) Nenhum membro reside no estabelecimento: acontece em 27% das famílias
- 2) Todos os membros residem no estabelecimento: acontece em 20% das famílias;
- 3) Repartição dos membros entre os que residem fora e dentro do estabelecimento: acontece em 53% das famílias.

Diante da dinâmica populacional apresentada pelos dados das Tabelas 2, 3 e 4, é possível observar uma diversidade social na realidade das famílias estudadas, prevalecendo como estratégia de reprodução social a repartição dos membros entre os que residem fora e dentro do estabelecimento. Então, quais seriam as estratégias das famílias? Por que isso ocorre?.

É provável que a migração para núcleos urbanos seja a principal causa da saída de alguns membros das famílias ou até mesmo de toda a família. Seria essa uma estratégia das famílias visando a melhorar as condições de vida dos seus membros?

Esse tipo de migração para as sedes dos municípios foi denominado por Santos (1989 apud LIMA, 2005 p. 356) de “urbanização interiorana”. Segundo a autora, nessa forma de migração, a proximidade social e geográfica entre as áreas de origem e de destino confere segurança aos migrantes, que podem eventualmente dispor dos recursos deixados para trás.

Para o estudo das famílias em questão, as colocações feitas acima por Lima (2005) são pertinentes. Para entender o porquê disso, será mostrado a seguir na tabela 6 outras características demográficas das famílias estudadas visando a analisar o que elas expressam em relação às estratégias de migração das famílias.

Tabela 5: A distribuição populacional de homens e mulheres das famílias por escolaridade, local de residência e ocupação dos membros. Ano 2009.

VARIAVEIS	FILHOS		PAIS	
	HOMEM (%)	MULHER (%)	PAI (%)	MÃE (%)
ESCOLARIDADE DOS MEMBROS				
≤ fundamental	79	64	93	93
≤ médio	18	25	7	7
≤ superior	3	11	0	0
	-	-	-	-
LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS MEMBROS	HOMEM(%)	MULHER (%)	PAI (%)	MÃE (%)
Estabelecimento agrícola	44	26	73	64
Belém	21	17	7	7
Igarapé Açu (sede municipal)	18	37	20	29
Castanhal ((sede municipal)	10	6	-	-
Marapanim (sede municipal)	5	-	-	-
Santa Maria (sede municipal)	3	3	-	-
Abaetetuba (sede municipal)	-	3	-	-
Macapá – AP (sede municipal)	-	3	-	-
Outeiro (sede municipal)	-	6	-	-
	-	-	-	-
PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DOS MEMBROS	HOMEM(%)	MULHER (%)	PAI (%)	MÃE (%)
Estudante	37	29		-
Agricultor	24		80	-
Vendedor (a)	13	14		7
Agricultor e vendedor	3		6,6	-
Funcionário (a) pública (a)	3	3	-	-
Estudante e agricultor (a)	8	11	-	-
Pedreiro	5	-	-	-
Lavador de carro	3	-	-	-
Mestre de obra	3	-	-	-
Motorista	3	-	-	-
Agricultor + trabalho agrícola assalariado	-	-	6,6	-
Agricultora e dona de casa	-	-	-	71
Agricultora/dona de casa/vendedora	-	-	-	7
Dona de casa	-	14	-	14
Empregada Doméstica	-	22	-	-
Professora	-	6	-	-
Engenheira civil	-	3	-	-
Mecânico de avião	-	-	6,6	-

Campo vazio na tabela indica que a variável é nula para aquela categoria.

Fonte: trabalho de campo em 2009.

Considerando os dados da tabela 5, é possível inferir que o ensino fundamental é o nível de escolaridade da maioria dos membros das famílias, tanto dos pais quanto dos filhos do sexo feminino ou masculino. E entre os que não concluíram o ensino fundamental, este foi cursado até a 6^o série.

O índice de analfabetismo dos membros das famílias está em torno de 5%, 2,7%, 13%, 14% para filhos, filhas, pais e mães, respectivamente.

O ensino médio foi cursado na maioria dos casos pelos filhos, destacando-se o sexo feminino com 25%. Já, o nível superior não foi cursado por nenhum dos pais e mães das

famílias. Apenas alguns filhos dos casais concluíram ou estavam estudando no ensino superior no momento da pesquisa de campo. Sendo que, no caso do sexo feminino isso foi superior ao masculino.

Quando ocorre a permanência da família na comunidade rural, em geral ela é formada pelos pais e filhos homens. Isso pode estar relacionado à preferência dos filhos homens para a socialização no trabalho agrícola e por isso a maior permanência deles quando comparados às irmãs.

O percentual apontado na tabela 5 mostra que as cidades de Belém e Igarapé Açu foram os principais destinos da maioria dos membros das famílias que residem fora do estabelecimento agrícola. Ainda foi perceptível uma tendência de migração maior de filhos do sexo feminino com relação aos outros membros das famílias.

Correlacionando a distribuição dos membros das famílias que residem fora do estabelecimento com suas principais ocupações, foi possível perceber que o tipo de atividade realizada pelos membros das famílias esta relacionada ao local de sua residência. Assim, para os pais que residem no estabelecimento, a atividade de agricultor prevalece. A partir do momento que ele migra para as sedes municipais, passa a complementar sua renda com uma atividade assalariada relacionada ou não à agricultura.

No caso das mães das famílias que não residem no estabelecimento, consta, na tabela 5, que a maioria é dona de casa. Em dois casos foi relatado que as mães trabalhavam como vendedora em Igarapé Açu e Belém. A mãe que trabalha como vendedora em Belém ainda administra o estabelecimento agrícola na comunidade São João.

As estratégias dos filhos que moram fora do estabelecimento agrícola são mais complexas. Não sendo possível afirmar o motivo real e sim apenas o aparente que os levou a residirem fora do estabelecimento agrícola. Mas, considerando que grande parte está na fase adulta, existe a possibilidade de apontar como causas principais a busca de melhores condições de vida, por conta de um casamento com pessoas de fora da comunidade ou para completar os estudos.

De fato, a tabela 6 mostra que a maioria dos filhos do sexo masculino e feminino quando não residem no estabelecimento, se ocupa estudando na cidade. E entre as principais ocupações remuneradas realizadas pelas mulheres está o trabalho como empregada doméstica seguida também da função de vendedora.

Os filhos homens, quando moram no estabelecimento agrícola, trabalham principalmente como agricultor somando a mão de obra da família. Alguns dividem suas

jornadas diárias, entre as atividades de agricultor e estudante, e outros privilegiam os estudos, principalmente as crianças e adolescente.

Os filhos que não moram no estabelecimento trabalham, na maioria das vezes, como vendedor em Castanhal e Belém ou são estudantes, principalmente aqueles em idade infanto-juvenil.

4.3.2 A trajetória das famílias

Sobre a naturalidade dos casais, o gráfico 5 apresenta as seguintes informações principais.

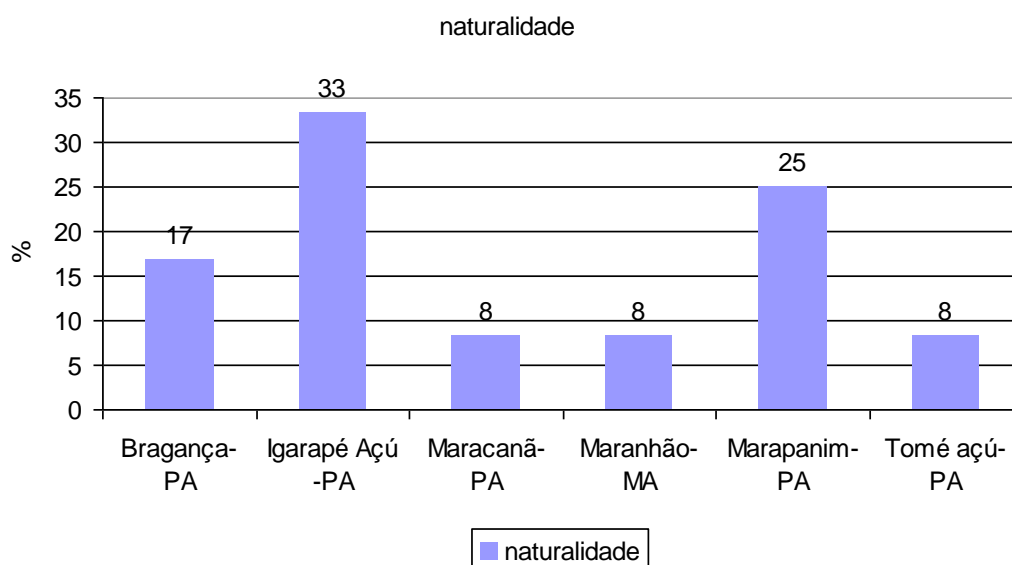


Gráfico 5: Naturalidades dos casais das famílias estudadas

Conforme mostrado no gráfico 5, a maioria das famílias é composta por paraenses, sobretudo, nascidos em Igarapé Açú e Marapanim. Uma vez que a história de trajetória das famílias apontou um fluxo migratório dos pais entre esses municípios, principalmente quando aconteceu a formação das famílias com o casamento e o nascimento dos filhos.

Dentro do conjunto das famílias estudadas o acesso à terra na comunidade São João aconteceu principalmente pela compra de terra, conforme mostra o gráfico 6.

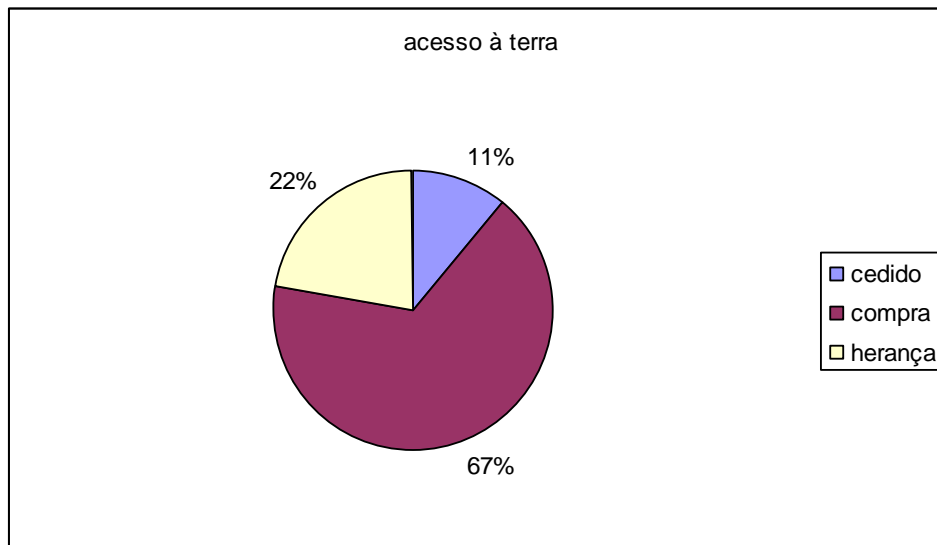


Gráfico 6: Percentual de formas de acesso às terras das famílias

Em menor proporção estão as outras formas de acesso à terra, por heranças ou cessão de direito. Porém a regularização fundiária não aconteceu de forma significativa, uma vez que detinha o título definitivo da terra segundo informação apenas uma família. A maioria apresenta como documento de propriedade da terra o recibo de compra, a declaração de cessão de direito, ou protocolo de INCRA ou ITERPA (instituto de terras do Pará).

O fluxo de compra e venda de lotes, que já acontecia desde o começo da história de formação da comunidade São João, continuou vigorando ao longo dos 24 anos de ocupação das terras, conforme mostrado no gráfico 4.

Considerando o conjunto das famílias estudadas, o tempo de aquisição das terras varia de 6 a 18 anos. A minoria teve acesso à terra na comunidade há 18 anos. O maior percentual de tempo de aquisição da terra das famílias foi 7 anos, 22%, e 12 anos, 33%.

Assim, é possível observar que, levando em consideração o tempo de existência da comunidade, o conjunto das famílias estudadas teve acesso às terras recentemente.

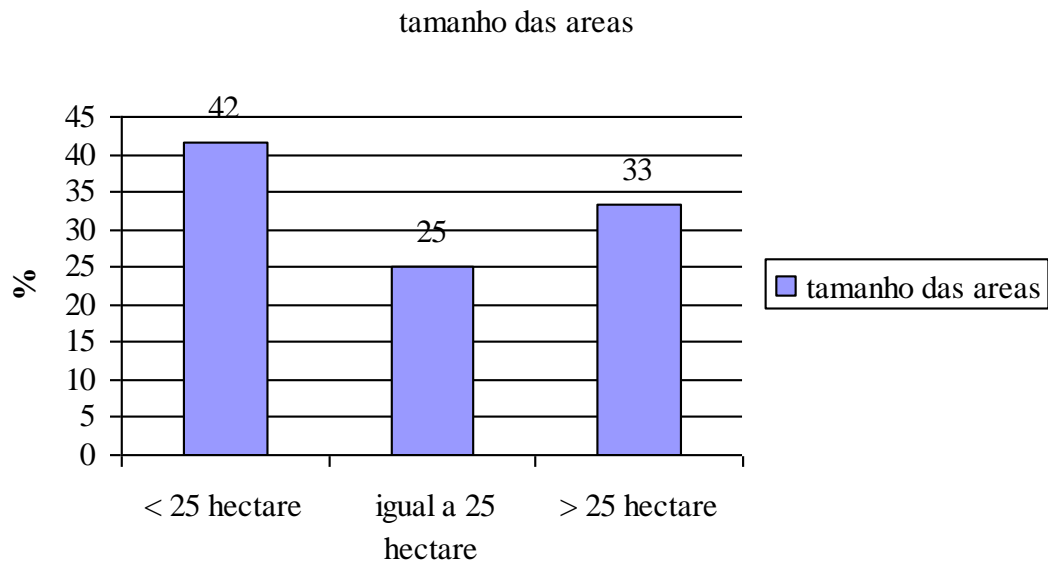


Gráfico 7: tamanho das áreas dos estabelecimento familiares.

O gráfico 7 mostra, em valores percentuais, o tamanho das áreas de terra do conjunto das famílias estudadas. O intervalo dos tamanhos das áreas de terras é de 9 hectares até 37 hectares. Contudo a maioria dos estabelecimentos agrícolas das famílias mede até 25 hectares que equivale a 1 lote, conforme as palavras de alguns agricultores.

4.4 OS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS FAMILIARES: TRABALHO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Na concepção biológica da divisão social do trabalho, a legitimação da divisão sexual do trabalho se justificativa pela distinção entre o trabalho masculino e feminino como consequência de fatores inerentes à "natureza" dos homens e das mulheres, em que “o homem, idealizado como provedor da família, foi designado para o trabalho da produção e a mulher, designada para o trabalho de reprodução, ocorrendo uma separação entre o público (masculino) e o privado (feminino)” (STANCKI, 2003, p. 2)

Com a emergência do conceito de gênero que, segundo Scott (1995 apud STANCKI, 2003) é um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino, as análises sobre as relações entre homens e mulheres apontaram que os papéis masculinos e femininos são construções sociais nas quais as relações de poder e hierarquia

estão presentes. Nessa concepção “a divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, mas como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres (STANCKI, 2003, p. 3).

De acordo com o autor citado, a consideração da categoria gênero nas análises das relações de trabalho permite entender melhor a relação, haja vista que o mundo do trabalho está fortemente marcado pela variável gênero.

Neste estudo de caso é importante abordar a divisão sexual do trabalho para entender como as atividades dentro do estabelecimento são organizadas e a quem são atribuídas as tarefas produtivas e reprodutivas, considerando a composição das famílias.

Paralelamente a isso, será feita uma caracterização geral dos principais sistemas de produção agrícola das famílias estudadas.

4.4.1 A mandioca

Nos estabelecimentos agrícolas das famílias estudadas, a principal atividade agrícola geradora de renda e também de consumo é o cultivo da mandioca, em monocultivo ou consorciada com frutícolas, olerícolas e culturas alimentares que, somadas ao cultivo de pimenta do reino, consorciado ou não com frutícolas e essências florestais, compõem os sistemas de produção que prevalecem nos estabelecimentos agrícolas das famílias estudadas.

O cultivo de mandioca, consolidado na Amazônia através das sociedades indígenas, é umas das principais produções agrícolas das pequenas propriedades rurais. A mandioca é “uma planta forte e nutritiva que se adapta bem aos trópicos e aos seus solos lixiviosos” (WAGLEY, 1988, p. 84).

Acompanhando essa argumentação, Prudêncio e Al-Hassan (1994 apud ADAMS et al., 2006, p.295) atribuem o sucesso da mandioca, nessas condições, ao fato de a planta crescer facilmente nos solos pobres dos trópicos, podendo permanecer na terra por longos períodos, constituindo uma fonte confiável de energia para as populações que, de outra forma, não teriam como garantir sua segurança alimentar.

Entretanto não é apenas na Amazônia que a importância da mandioca é reconhecida. Em outro contexto, como, no Nordeste do Brasil, sua relevância foi ratificada, conforme mostrou os estudos feitos por Heredia (1979).

Heredia (1979, p. 127) analisou a organização interna de unidades de produção camponesa na zona da mata pernambucana e ressaltou entre os resultados do seu estudo a importância da mandioca para o consumo daquelas famílias, pois a falta de mandioca para o consumo familiar “significa, para o pequeno produtor, ficar totalmente submetido às conjunturas externas a ele e, conseqüentemente, correr o risco de não ter possibilidade de manter-se na sua condição de pequeno produtor independente.”

Neste estudo de caso as atividades agrícolas relacionadas ao cultivo da mandioca envolvem a participação de todos os membros das famílias, cujas atribuições se diferenciam de acordo com a composição demográfica interna de cada família. Conforme mostra a quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Sistemas de produção da mandioca nos estabelecimentos e as atividades realização pelos membros das famílias

Família	Sistemas de produção	Área ha	Atividades realizadas pelos membros das famílias			
			Preparo de área	Plantio	Colheita	Beneficiamento
Família 1*	Mandioca + feijão	2	Pai e filho	Pai e filho	Pai e filho	Pai, mãe e filhos
Família 2*	Mandioca, milho, jerimum, abobora, abacaxi e limão	1	Pai e irmão	Pai e irmão	Pai e irmão	Pai, mãe e filhos
Família 3*	Mandioca+milho+feijão	3	Pai e filho + mão obra contratada	Pai e filho + mão obra contratada	Pai e filho	Pai, mãe e filhos
Família 4*	Mandioca	1	Pai	Pai	Pai	Pai, mãe e filhos
Família 5*	Mandioca	0,3	Pai e filhos	Pai e filho	Pai e filho	Pai e filhos
Família 6*	Mandioca+milho+feijão	1	Pai e filho+ mão de obra contratada	Pai e filho+ mão de obra contratada	Pai e filho+ mão de obra contratada	Pai, mãe e filhos + mão de obra contratada
Família 7*	Mandioca+milho+feijão	5	Pai e filho+ mão e obra contratada	Pai e filho +mão de obra contratada	Pai e filho +mão de obra contratada	Pai, mãe e filhos + mão de obra contratada
Família 8*	Mandioca	1	Pai	Pai	Pai + vizinho	Pai+vizinho
J Família 9**	Mandioca +milho	5	Pai e filho	Pai e filho	Pai e filho	Pai, mãe e filhos
Família 10**	Mandioca	0,5	Pai e filho+ mão de obra contratada	Pai e Filho+ mão de obra contratada	Pai e filho+ mão de obra contratada	Pai, mãe e filhos
Família 11**	Mandioca	0,3	Pai e filho	Pai e filho	Pai e filho	Pai, mãe e filhos
Família 12***	Mandioca+milho	13	Pai e filho + mão obra contratada	Pai e filhos + mão de obra contratada	Pai e filho + mão de obra contratada	Pai e filho
	Mandioca+açaí	0,5	Pai e filho + mão obra contratada	Pai e filho + mão obra contratada	Pai e filho + mão obra contratada	Pai e filho
Família 13***	Mandioca+milho+feijão	2	Filho+mão de obra contratada	Filho+ mão de obra contratada	Filho+mão de obra contratada	Filho+mão de obra contratada
Família 14***	Mandioca	1	Pai + mão de obra contratada	Pai + mão de obra contratada	Pai+ mão de obra contratada	Pai+ mão de obra contratada
Família 15***	Mandioca	0,7	Mão de obra contratada	Mão de obra contratada	Mão de obra contratada	Mão de obra contraditada

*Repartição dos membros das famílias que residem e não residem no estabelecimento;

***nenhum membro da família reside no estabelecimento

** todos os membros das famílias residem no estabelecimento

Fonte: Trabalho de campo, 2009

Nos casos estudados, o preparo de área manual feito com o corte e queima da vegetação secundária, é uma atividade onde prevalece a presença masculina, pois segundo os homens e as mulheres das famílias, essa atividade é muito desgastante fisicamente por isso durante essa fase as mulheres ficam incumbidas de preparar o almoço dos homens que estão trabalhando. As crianças são orientadas a ficarem afastadas da área que está sendo queimada para evitar possíveis acidentes com o fogo.

Existe também o preparo mecanizado de área realizado por uma máquina trituradora de capoeira secundária disponibilizada aos agricultores que atuam no projeto Raízes da Terra por meio de uma parceria com o projeto Tipitamba. Neste caso nenhum membro da comunidade participa do manuseio da máquina, quem o faz é um operador designado pelo projeto Tipitamba. A maioria dos agricultores faz preparo de área tanto manual, através do corte e queima, como o mecanizado. Porque, segundo eles, esperar a máquina de trituração pode atrasar os plantios e prejudicar a produção e o consumo, principalmente da farinha. Além disso, a permanência com a prática tradicional de preparar a área através do corte e queima foi justificada pela maioria deles assim: “*não gosto de queima mas o bom é porque acaba com o mato*”, “*porque não to me dando bem no projeto da máquina*”, “*porque só a trituração não dá conta, porque a área que eles trituram é pouco, na queima fica limpo e é bom pro milho saí bonito*”. Portanto o preparo de área com a trituração depende tanto dos aspectos operacionais quanto culturais dos agricultores, conforme mostra o gráfico 8.

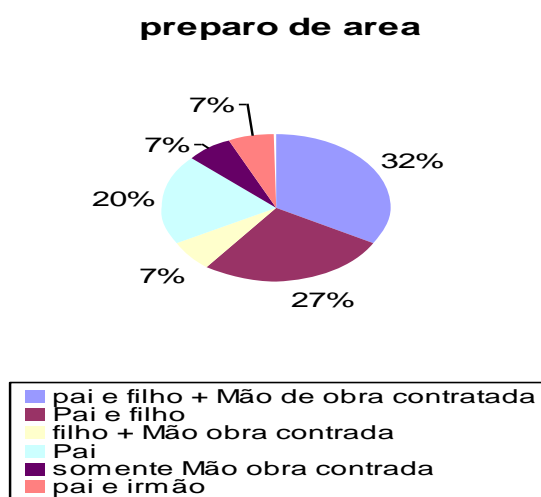


Gráfico 8: Preparo de área manual realizado pelos membros das famílias

Conforme mostra o gráfico 8, o trabalho de preparo de área manual é realizado pelos pais e filhos com adição de mão de obra contratada em 32 % das famílias

O preparo de área começa com o corte da vegetação, seguido da queima e depois pode ser feito o plantio. Se o agricultor tiver recursos financeiros para fazer a aração e gradagem mecânica da terra antes do plantio, ele acha vantajoso porque facilita o trabalho dentro do roçado, pois *“a terra fica macia e sem toco no meio”*, conforme contou um agricultor.

No caso estudado, nenhum agricultor possui esse maquinário, mas eles contaram que existe uma máquina aradora da prefeitura que presta esse serviço mediante pagamento. A maioria dos agricultores informou que prepara a área manualmente durante os meses de dezembro e janeiro, considerando o período chuvoso para o plantio. Nesse mesmo período, eles esperam a máquina trituradora, caso o preparo de área seja feito com a trituração da vegetação. O tempo médio indicado pelos agricultores para o preparo de área manual variou de 5 a 30 dias, dependendo do tamanho da área e da disponibilidade de mão de obra. Na etapa de preparo de área manual as principais ferramentas agrícolas e materiais usados pelos agricultores são terçado, foice, machado, fósforo, palha e gravetos.

Após o preparo de área, a terra fica pronta para ser plantada. Neste caso, os agricultores durante o ano fazem em torno de 2 plantios de mandioca, geralmente um no período chuvoso e outro no verão, para garantir a renda com a venda da farinha e outros alimentos para família. Contudo o número de plantios da mandioca ao longo do ano agrícola pode variar de acordo com a necessidade de consumo e venda da farinha, conforme relatou um agricultor: *“eu planto os talos e enterro não muito fundo pra num ficar ruim de arrancar”*. No caso a parte cortada da planta para o plantio é aquela localizada entre a parte herbácea da planta e a base que serve de apoio na hora da colheita.

O plantio e a colheita da mandioca são as atividades que envolvem, direta ou indiretamente, todos os membros das famílias. Porém as crianças muito pequenas ou que não têm habilidade no manuseio de enxada, terçado e foice são poupadas pelas famílias.

Dependendo da(s) espécie(s) plantada(s) *no meio da roça*, o espaço ocupado é denominado de acordo com arranjo formado, como, a *“roça de milho”*, a *“roça de feijão”* que equivalem às plantações de mandioca e milho e à mandioca e feijão, respectivamente, conforme mostrou o quadro 2.

As diversas formas de plantar a mandioca surpreendem sob o ponto de vista agrônômico e social. As estratégias traçadas retratam, sobretudo, a importância da farinha, o produto beneficiado, para a segurança alimentar das famílias. Mesmo que todos os outros alimentos da casa sejam comprados com o dinheiro arrecadado pela venda da farinha, a

ausência dela no cardápio diário ou a necessidade de adquiri-la através da compra denota incapacidade de quem administra o estabelecimento. Daí fica evidenciado o seu valor para além do econômico.

Adams et al. (2006, p. 305) estudaram o consumo alimentar de populações de várzea estuarinas no sudeste da ilha do Marajó no município de Ponta de Pedras no Pará e de várzea estacional na ilha de Ituqui no baixo Amazonas, e apontaram, nos seus resultados, a importância nutricional da mandioca na dieta dessas populações. Segundo os autores, ela foi a principal fonte de calorias em ambas as populações cujo consumo aconteceu principalmente na forma de farinha e também de beiju, tapioca, crueira ou farinha de tapioca.

Para os autores a importância da mandioca e dos seus derivados para as populações amazônicas “vai além de uma fonte segura de calorias ou alimento de emergência” e teria se transformado “num elemento essencial do *habitus* da cultura cabocla que, segundo Bourdieu, (1983 apud ADAMS et al., 2006, p. 305) é “um sistema de predisposições mantidos e reproduzidos por atores sociais; é ao mesmo, um conjunto de disposição transponíveis e a matriz de experiências passadas traduzidas em percepções, apreciação e práticas”.

Segundo essa lógica Murrieta (2001a, p. 54 apud ADAMS et al., 2006, p. 313) argumenta que a mandioca vem se transformando por construção social num “gosto adquirido, intimamente conectado às rotinas da vida cotidiana, às regularidades dos ciclos sociais e ecológicos, e a um certo sentido de lugar”.

A colheita da mandioca, nos estabelecimentos agrícolas estudados, é uma das etapas em que predomina a presença masculina, conforme mostra o gráfico 9, pois exige muita força física, segundo os informantes. O processo é chamado pelos agricultores de “arrancar a mandioca”, ou seja, colher do solo as raízes. Os agricultores deixam as raízes amontoadas em pontos do terreno onde foi plantada para facilitar o transporte.

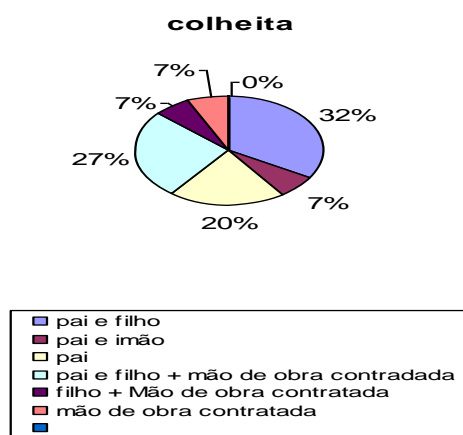


Gráfico 9: Atividade da colheita realizada pelos membros das famílias

Quanto às relações de gênero neste caso estudado, ficou notória uma divisão do trabalho por sexo principalmente durante as fases do preparo de área e a colheita da mandioca, em que prevaleceu a presença masculina nas atividades ratificando a construção social de que o homem detém o domínio sobre as praticas agrícolas exigentes em força física.

Após a colheita, a mandioca é destinada ao beneficiamento, ou seja, o preparo da farinha. Alguns agricultores armazenam a mandioca colhida em sacos de pano e colocam mergulhados no igarapé até o dia do preparo, quando, beneficiada, será denominada de farinha d'água.

beneficiamento

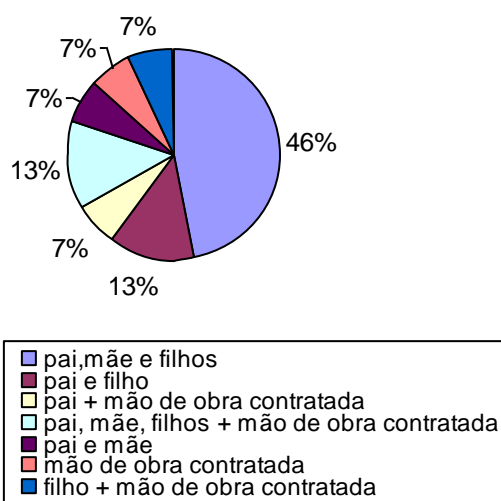


Gráfico 10: Preparo da farinha pelos membros das famílias

A atividade de fazer farinha envolve homens, mulheres e crianças conforme mostra o gráfico 10 e a [quadro 2](#).

O beneficiamento acontece na casa de farinha, lugar construído com madeira ou barro que fica localizado próximo às moradias das famílias.



Foto 7: Casa de farinha.
Fonte: trabalho de campo, 2009.

A preparação da farinha, ou “*fazer farinha*” mobiliza todos os membros das famílias, que moram no estabelecimento, parentes, vizinhos e outras pessoas contratadas. A distribuição das atividades durante as etapas de descascar, prensar e torrar a farinha é estabelecida pela pessoa que tem mais experiência na tarefa, geralmente o pai ou a mãe, sem restrição de sexo ou idade dos membros das famílias. Mas as crianças presentes são orientadas e supervisionadas pelos adultos durante o manuseio de material cortante.

A diferença na divisão do trabalho da família durante o beneficiamento da farinha em relação ao preparo de área e o plantio da mandioca se deu porque esta atividade é considerada compatível com as habilidades de homens, mulheres e crianças por não exigir um esforço físico demasiado como nas outras atividades.

Entre as famílias estudadas, 20% não possuem casa de farinha dentro do estabelecimento, por isso precisam emprestá-la ou alugá-la de vizinhos ou parentes, dependendo das relações sociais e familiares construídas na vizinhança. Se afinidade e confiabilidade não estão consolidadas, a forma de aquisição será através do aluguel cujo pagamento pode ser feito com dinheiro, de acordo com os dias alugados, ou a farinha produzida, que será calculado proporcionalmente à quantidade produzida.



Foto 8: Vizinhos fazendo farinha em casa alugada.
Fonte: trabalho de campo, 2009.



Foto 9: Vizinhos fazendo farinha em casa alugada.
Fonte: trabalho de campo, 2009.

Existe a possibilidade também de usar a casa de farinha da Associação São João, que foi construída ao lado da sede da associação. Lá está disponível uma estrutura suficiente para o beneficiamento da mandioca. Mas a maioria das famílias que não possuem casa de farinha dentro do seu estabelecimento, e conseqüentemente tem maior necessidade, mora bem distante dali, por isso tem dificuldade de acesso o que inviabiliza o usufruto pleno do espaço.

Além disso, quando as famílias precisam adicionar mão de obra durante o plantio ou colheita da mandioca, mas não têm condições de pagá-la, a moeda de pagamento é a própria mandioca produzida, ainda não colhida, ou beneficiada na forma de farinha. Ou seja, parte da farinha produzida é repassada para aquele que prestou o serviço como forma de pagamento. A quantidade cedida equivale ao trabalho executado dentro do acordo estabelecido entre as partes. Isso também acontece algumas vezes como condição para transportá-la, em veículos automotivos, ao comércio local.

A farinha é comercializada em Igarapé Açu e Marapanim diretamente no comércio, feira livre ou para um atravessador que pega o produto na porta dos agricultores e paga em torno de R\$ 40,00 a saca de 60 kg. Através da venda direta é possível vendê-la por R\$ 80,00.

Além disso, a mandioca poder ser vendida ainda plantada, “*vendida no pé*”, como denominam os agricultores. Neste caso o comprador vai até o local do cultivo compra e colhe a mandioca, ou já beneficiada sob a forma de farinha. A responsabilidade para comercialização é do pai e da mãe ou, na ausência deles, de um membro adulto da família.

O casal responsável pela comercialização da mandioca, enquanto uma relação de gênero, mostra que nesta atividade não existe divisão do trabalho baseada no sexo dos

membros, uma vez que não exige o emprego de força física e sim a habilidade de negociação do produto, compatível, assim, com pessoas adultas de ambos os sexos.

4.4.2 Os quintais: espaços de produção e consumo

Os quintais dos estabelecimentos agrícolas das famílias estudadas se configuram como espaço produtivo e reprodutivo. O quintal, que também é chamado de sítio, fica no entorno das casas como se fosse a extensão delas, quando as famílias fazem suas refeições nas mesas construídas debaixo das árvores ou recepcionam vizinhos ou visitas. Funciona como área de lazer para adultos e crianças, farmácia natural, floricultura, “feira viva” e também o lugar gerador de renda suplementar, adquirida pela venda dos produtos e do consumo das famílias.

Antes de conhecer a casa das famílias estudadas, a primeira paisagem encontrada no caminho percorrido foi o quintal do estabelecimento, que parece imprimir, à primeira vista, as características demográficas das famílias, principalmente quanto à residência de mulheres e crianças nos estabelecimentos. Porque é um dos lugares do estabelecimento agrícola onde elas mais transitam.

Nos estabelecimentos em que residem todos os membros das famílias ou uma parte deles, a movimentação nos quintais é intensa devido às atividades para mantê-lo vigoroso, colorido e bonito pra quem vê todo dia ou para as visitas que chegam. Para isso, todos os membros se envolvem nas atividades de limpeza, plantio das sementes e mudas, colheita dos frutos e os cuidados com os pequenos animais, conforme mostra a quadro 3.

Quadro 3: Trabalho dos membros das famílias nos quintais dos estabelecimentos

Atividades realizadas	Membros das famílias que realizam as atividades			
	Homens		Mulheres	
	Adultos	Crianças	Adultas	Crianças
Plantio	X	X	X	X
Limpeza	X	X	X	X
Adubação	X	X	X	X
Alimentação dos animais	X	X	X	X
Aplicação de vacinas e remédios nos animais	X	X	X	X
Coleta de ovos	X	X	X	X
Comercialização	X		X	

Fonte: trabalho de campo, 2009.

É no quintal dos estabelecimentos das famílias estudadas que as crianças dão seus primeiros passos rumo ao conhecimento sobre agricultura e são socializadas para o trabalho agrícola e as mulheres montam suas floriculturas e farmácias naturais expressando a delicadeza de um saber construído socialmente, demarcando a presença feminina nos estabelecimentos das famílias.

Conforme consta na tabela 8, no quintal, todos os membros das famílias trabalham e entre as principais tarefas está a limpeza diária da área durante a troca de folha das árvores, a realização de tratamentos culturais para manter o vigor das plantas, o plantio de semente e mudas, a colheita dos frutos e os cuidados com os pequenos animais, como aves e suínos e equinos.

As atividades realizadas nos quintais pelos membros das famílias acontecem constantemente quando mora no estabelecimento apenas o casal; o casal com filhos ou toda a família. Porque o trânsito das pessoas no quintal é mais frequente. Nas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento agrícola a manutenção do quintal é mais esporádica quando não existe um interesse para a comercialização dos produtos. Caso contrário a principal estratégia dessas famílias é contratar mão de obra.



Foto 10: Meninos capinando o quintal do estabelecimento da família

A comercialização dos produtos do quintal, por exemplo, coco e cupuaçu, acontece durante a safra dos produtos no mercado local e quando a quantidade produzida for suficiente

para a venda, viabilize o custo benefício e exceda o consumo das famílias. Caso contrário, ocorre esporadicamente.

Tabela 6: As principais espécies cultivadas nos quintais das famílias no ano 2009.

Principais plantas encontradas nos quintais das famílias	Nº de famílias	%
Coqueiro	15	100
Laranjeira, Pupunheira	12	80
Cajueiro, Mangueira, Cupuaçuzeiro	11	73
Limoeiro, Abacateiro	10	67
Bananeira, Jaqueira, Ingazeiro	9	60
Cacaueira	7	47
Gravioleira	6	40
Urucuzeiro, Muricizeiro, Goiabeira, Mamoeiro	5	33
Cafeeiro, babosa, Açaizeiro	4	27
Lima, Cana, tangerineira	3	20
Anador, Boldo, Malvarisco, Aceroleira, Sucuuba, Bacaba, Ameixeira, Paricá, Mogno, Maxixe, Pimentão, Boldo, Elixir paregórico, Hortelã, Cedro	2	13
Bacurizeiro, Arruda, Azeitona, Amor Crescido, Pimenta, Manjerição, Favação, Japana, Verônica, Castanha-do-Pará, Tabereba, Angelim, Jatobá, Araçá, Andiroba, Canela, Ananim, Amapá, Algodão, Melancia, Capim Marinho Tatajuba, Teca	1	7

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

A responsabilidade de comercializar os produtos é dos adultos das famílias. Geralmente o pai negocia a venda direto com os comerciantes locais ou vende no próprio estabelecimento agrícola para o comprador interessado e capaz de transportar a mercadoria por sua conta. Se o pai não pode fazer a tarefa, ficará na incumbência da mãe ou dos filhos adultos.

A diversidade de espécies nos quintais dos estabelecimentos das famílias estudadas é muito grande, conforme mostra a [tabela 6](#). Este espaço é um laboratório livre para suas experimentações, principalmente quando não conhecem uma determinada espécie adquirida através de doação, de mudas ou sementes, dos vizinhos ou parentes.

Os quintais são fontes de renda complementar para 50% das famílias estudadas. Na, na [tabela 9](#), ficou evidenciado que o coqueiro é a palmeira encontrada em todos os estabelecimentos. O motivo apontado foi a utilidade paisagística da planta e comercial dos frutos. As pessoas das famílias apontaram o mercado local “aquecido” para o fruto e a facilidade de comercialização sendo aspectos propícios para obtenção de renda extra. A maioria dos interessados se desloca até o estabelecimento dos agricultores e compra na porta pagando em torno de R\$ 0,50 pela unidade do coco.

Além do coco outras rendas “sazonais” provêm da venda de pupunha, cupuaçu e abacate em 67 % a 80% dos estabelecimentos das famílias estudadas. A comercialização do açaí e do abacate também é feita por unidade e custa R\$ 0,50 e R\$ 0,30, respectivamente cada um.

Um agricultor consorcia maxixe e pimentão no seu quintal em uma área de 1 hectare e comercializa a produção em Igarapé Açu. O produto é vendido por saco de 60 kg, que custa R\$ 30,00.

Além disso, nas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento e existe uma produção no quintal voltada para o consumo, como ocorre em 75% delas, existe a contratação de mão de obra adicional para as atividades de limpeza, plantio e colheita.

4.4.3 Os outros cultivos

Além dos quintais, 80% das famílias estudadas possuem espaços nos seus estabelecimentos agrícolas destinados a outras atividades agrícolas. São produções destinadas principalmente à comercialização visando a complementar a renda da família.

Esses cultivos são feitos antes, depois ou dentro do roçado de mandioca, dependendo da disponibilidade de terra do agricultor. Eles explicaram que a após a colheita da mandioca o mecanismo de retirada das raízes deixa o solo vulnerável à degradação física e química, conforme as palavras de um agricultor: *“o arranquio da roça deixa a terra meio fraca depois”*. Por isso, acontece a rotação do cultivo da mandioca dentro do estabelecimento e a distribuição dos outros cultivos, no caso da maioria que não dispõe de terra suficiente para deixar as áreas em pousio para o restabelecimento florístico e pedológico.

Os principais cultivos identificados nos estabelecimentos agrícolas foram os de maracujá, (47%), pimenta do reino, (33 %), e abacaxi (27%). A maioria das famílias utiliza o sistema de monocultivo para essas culturas.

O quadro 4 mostrará quais as principais atividades agrícolas realizadas nesses cultivos e quem as realiza dentro do estabelecimento agrícola.

Quadro 4: Atividades agrícolas realizadas pelos membros das famílias nos cultivos de abacaxi, pimenta do reino e Maracujá.

Tipo de cultivo	Tipo de atividades realizadas	Quem realiza as atividades agrícolas segundo a composição das famílias
Pimenta do reino	Preparo de mudas, Adubação, Manejo de pragas e doenças	-Homens adultos da família -Homens adultos das famílias + Mão de obra contratada
	Colheita	-Adultos e crianças das famílias -Somente homens e mulheres -Somente Homem da família +Mão de obra contratada
	Comercialização	O pai ou um adulto da família
Maracujá.	Preparo de mudas, Adubação, Manejo de pragas e doenças	- Homens adultos da família -Homens adultos das famílias + Mão de obra contratada
	Colheita	- Adultos e crianças das famílias - Somente homens e mulheres
	Comercialização	O pai ou um adulto da família
Abacaxi	Preparo de mudas, Adubação, Manejo de pragas e doenças	- Homens adultos da família - Homens adultos das famílias + Mão de obra contratada
	Colheita	- Homens adultos da família - Homens adultos das famílias + Mão de obra contratada
	Comercialização	O pai ou um adulto da família

Fonte: trabalho de campo, 2009.

De acordo com o quadro 4, as atividades de preparo de mudas, adubação e manejo de pragas e doenças, realizadas no cultivo do maracujá, pimenta do reino e abacaxi, são essencialmente masculinas independentes da composição das famílias.

Neste caso, todos os homens das famílias apontaram que essas tarefas são muito pesadas para as mulheres e crianças, principalmente, a colheita do abacaxi por conta da vulnerabilidade aos ferimentos nas mãos. E as mulheres ratificaram as informações. Porém, a colheita da pimenta do reino e do maracujá é considerada pela maioria das famílias uma atividade compatível à força física de mulheres e crianças e por isso elas são mobilizadas durante essa fase.

Nas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento, existe a contratação de mão de obra desde o preparo das mudas até a colheita. No geral a disponibilidade de mão de obra para esse trabalho é de no máximo dois membros da família, um pai ou um filho homem.

A comercialização é feita direto no comércio de Igarapé Açu ou a compradores na porta do estabelecimento agrícola. O maracujá e a pimenta do reino são vendidos por R\$ 0,60 e 2,50 por kg, respectivamente. O abacaxi é vendido pela maioria dos agricultores por R\$ 0,20 a unidade.

4.4.4 O Trabalho doméstico: tarefa de homem e de mulher

No caso estudado o trabalho doméstico está relacionado à composição da família e ao local da residência dos membros.

Os homens adultos que residem no estabelecimento agrícola com seus pais e irmãs realizam atividades domésticas somente quando suas mães e irmãs não estão presentes na casa, pois, segundo eles, essa é uma atribuição feminina socialmente construída desde a infância.

Nas famílias em que a mãe reside no estabelecimento, os afazeres domésticos são de sua responsabilidade. Ela organiza o trabalho cotidiano da casa, como preparar os alimentos e cuidar da limpeza e também conduzir os filhos pequenos até a escola, buscá-los e depois ajudá-los nas tarefas da escola.

As filhas adultas que residem nos estabelecimento com os pais e irmãos quando não estudam dividem o seu tempo entre os estudos, a agricultura e os serviços domésticos da casa junto a mãe.

Nas famílias em que existe a repartição dos membros entre os que residem dentro e fora do estabelecimento agrícola, acontece constantemente um deslocamento dos membros da família, principalmente das mulheres, que moram no estabelecimento agrícola, em direção à zona urbana onde fica a outra casa da família. A ausência delas leva, pai e filho, ao trabalho doméstico como, a preparação do alimento na casa da família no estabelecimento agrícola na comunidade São João.

As atividades das crianças estão relacionadas aos cuidados de aves e suínos, a colheita de frutas do quintal, conforme foi mostrado na tabela 10, e a assistência aos membros

da família durante o trabalho na roça, tais como levar água ou uma ferramenta agrícola até o lugar do cultivo. São atividades socializadoras para o trabalho agrícola.

Os pais consideram importante a ajuda dos filhos, tanto no âmbito doméstico como no agrícola, pois prezam o valor dos seus conhecimentos sobre tais atividades e consideram importante ensiná-los para que eles respeitem e valorizem o empenho dos pais em criá-los e educá-los.

4.4.5 Relações de trabalho entre as famílias

Entre as famílias estudadas existem relações de trabalho para realização das atividades agrícolas nos estabelecimentos onde ocorre a mobilização de pessoas para adicionar mão de obra ao trabalho da família na forma de serviços pagos ou doados.

A contratação de mão de obra para realização das atividades agrícolas nos estabelecimentos acontece sob a forma de diária ou empreita, principalmente na etapa de preparo de área manual, plantio e colheita, sobretudo naquelas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento agrícola; ou quando poucos membros das famílias residem no estabelecimento; ou o casal é idoso e mora sem filhos; ou a maioria dos filhos são crianças. Nessas situações acontece uma insuficiência na distribuição de mão de obra familiar, acarretando uma sobrecarga de trabalho sendo assim necessário dividir as atividades agrícolas com outras pessoas externas à família.

As pessoas contratadas para prestar serviço são parentes ou conhecidas das famílias. A contratação é feita através de empreita, em que fica previamente estabelecido o valor em dinheiro a ser pago pelo serviço e o tamanho da área que será trabalhada, ou diária, em que o cálculo se baseia pelo dias trabalhados. O custo para a empreita de uma tarefa de mandioca chega a ser de R\$ 80,00 e uma diária acima de R\$ 10,00.

Outra relação de trabalho existente entre as famílias estudadas é denominada por elas de "*troca dias*" de serviços agrícolas entre vizinhos e parentes. Na maioria das famílias onde existe esse tipo de ajuda mútua, as pessoas são parentes, esta ajuda consiste em trabalhar para alguém e ser retribuído com o trabalho da pessoa para quem se trabalhou numa proporção equivalente ao tipo de atividade agrícola executada, o esforço dispensado ou a quantidade de dias trabalhados.

Sabourin (2006, p. 13.) analisou as forma de ajuda mútua baseado em diversos autores e concluiu que:

a relação de ajuda mútua depende de laços sociais, sentimentos e até simbólicos e se diferenciam da troca ou do intercâmbio mercantil primeiro por que não implica numa retribuição equivalente ou monetária que livraria o beneficiário da sua dívida. De fato existe uma expectativa de retorno da ajuda, encorajada pela pressão social e por valores de honra e prestígio, mas, essa devolução não é contratual e nem obrigatória. Pode ser definida com o tempo, assumida por outro membro da família e se traduzir também, por prestação de natureza diferente do trabalho, uma dádiva de sementes, um gesto de amizade, uma presença pessoal num momento de necessidade.

Na troca de dias entre as famílias estudadas o trabalho agrícola recebido é retribuído da mesma forma, porém não necessariamente para a mesma tarefa agrícola da qual a pessoa foi beneficiada.

4.5 OS PROJETOS DAS FAMÍLIAS: A COMPLEMENTARIDADE RURAL- URBANO

As estratégias familiares são os exercícios da adaptabilidade dos grupos e dos indivíduos visando a “assegurar a reprodução social do grupo familiar e a sua prosperidade, das quais se subentende uma intencionalidade e uma avaliação das oportunidades e das pressões (econômicas e sociais) pelos atores sociais” (GRANCHAMP, 2000, p. 43).

O nosso estudo de caso parece indicar que as famílias construíram estratégias de adaptação às condições socioambientais na comunidade, uma vez que os dados demográficos mostraram que a cidade está presente na história de vida das famílias devido ao fluxo migratório evidenciado. Conforme foi visto, existe uma relação entre a composição das famílias com o local de residência.

Em 75% das famílias em que nenhum membro reside no estabelecimento agrícola, ele se configura como o lugar de trabalho dos pais que retornam, diária ou semanalmente, após as atividades agrícolas no estabelecimento, à casa da família na zona urbana do município de Igarapé Açu onde moram esposa e filhos. Estes estabelecimentos são administrados somente pelo pai. Em apenas uma família o estabelecimento é administrado integralmente por uma mulher, neste caso, a mãe. Em todos os casos existe contratação de mão de obra para a realização das atividades agrícolas e no estabelecimento administrado pela mulher ela é feita

para todas as atividades agrícolas adicionada ao trabalho do filho mais velho que mora na comunidade vizinha.

Em 27% das famílias em que todos os membros residem no estabelecimento, os casais, apenas dois deles com filhos, trabalham e moram no estabelecimento onde os filhos também realizam atividades agrícolas somadas ou não aos estudos.

Na maioria das famílias, (53%), existe a repartição dos membros entre os que residem fora e dentro do estabelecimento agrícola, nestes casos existem casais com filhos, casais sem filhos, pai e filhos homens e somente um homem divorciado que mora e trabalha no estabelecimento agrícola. Os filhos que moram com os pais no estabelecimento também realizam atividades agrícolas complementando ou não aos estudos.

Os projetos das famílias para o futuro estão relacionados à permanência ou não no estabelecimento agrícola familiar. Naquelas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento, o pai ou a mãe trabalha no estabelecimento, retorna diariamente ou aos finais de semana para a casa da família na zona urbana, onde moram os outros membros, não existe desejo maior em continuar mantendo o estabelecimento e lá continuar exercendo as atividades agrícolas. Os motivos são as dificuldades de transporte dentro da comunidade, a falta de infraestrutura e a frequente necessidade de adição de mão de obra para realização das atividades agrícolas apontada por alguns agricultores. Exemplo disso é o de um senhor que pretende vender o seu estabelecimento e com o dinheiro comprar um carro e usufruir com a família na cidade, pois vai se aposentar.

Dentre as famílias em que todos os membros moram no estabelecimento ou somente alguns membros, prevalece a vontade de permanecer morando e trabalhando ou apenas trabalhando no estabelecimento da comunidade, principalmente os casais (pai e mãe). Entre os idosos, que demonstraram cansaço da labuta agrícola, existe a vontade de permanecer morando na comunidade conforme retratou um agricultor “*quero viver da agricultura enquanto tiver saúde*”.

A maioria dos pais das famílias que compõe o grupo familiar considera a agricultura uma atividade muito desgastante fisicamente, principalmente naquelas em que nenhum membro mora no estabelecimento, só trabalham e retornam periodicamente à casa da família na zona urbana de Igarapé Açu ou em Belém. Por outro lado, essa avaliação é um pouco diferente quando vêm dos pais das famílias em que todos ou alguns membros moram e trabalham no estabelecimento, num percentual de 64%. Suas satisfações estão relacionadas à independência, à segurança alimentar e ao conhecimento adquirido por meio da agricultura. Apesar das diferentes posturas, é quase consenso entre eles o desejo de que seus filhos não

sejam agricultores. Preferem que estudem e tenham oportunidades de seguirem outros caminhos profissionais, pois o *“serviço da roça é pesado, quero que meus filhos estude, seja alguma coisa na vida”*, conforme relatou um agricultor pai de 2 crianças.

É possível que a insatisfação com a atividade agrícola por parte dos que não moram no estabelecimento tenha influenciado a migração das suas famílias para a cidade. Mas, embora esse índice de satisfação tenha sido demonstrado principalmente pelos pais que moram no estabelecimento, eles mesmos em 73% dos casos desejam que seus filhos estudem e sigam profissões não relacionadas com as ciências agrárias ou florestais. Os outros 27% desejam que seus filhos trabalhem na agricultura, porém depois de concluído o ensino acadêmico das ciências agrárias e se graduem em agronomia ou engenharia florestal para trabalhar no estabelecimento das famílias.

Grande parte dos agricultores considera o trabalho agrícola no estabelecimento familiar uma atividade mais independente do que o trabalho assalariado sob o domínio de um patrão. Pois, segundo eles, além da *“liberdade em trabalhar na agricultura”* é possível pleitear financiamento no banco sendo agricultor familiar. Porém a segurança alimentar da família nem sempre consegue coadunar-se com essa dinâmica, conforme um agricultor relatou durante uma conversa: *“gosto do trabalho na roça, sim, porque trabalho por conta própria, e é fácil de pegar financiamento por aí, sou independente sim, mas fiquei dependente da agricultura pra comer”*.

E os projetos das famílias em relação aos sistemas agroflorestais implantados nos seus estabelecimentos com a intervenção do projeto Raízes da Terra?. Quando os agricultores foram indagados sobre isso, a maioria respondeu assim: *“acho que os vários cultivos vão dá várias coisas”, “quero esperar o retorno”, “penso no futuro dos meus filhos pra eles estudarem e se quiserem voltar e não quero cortar as árvores”, “continuar com o plantio de açaí e laranja”, “quero tocar esses plantios aí”, “tô vendo os pé crescer bora vê no que dá”, “ah, é esperar né, pra poder vender as fruta”, “hum, o cupu tá bem vingado, agora é paciência né”*.

Neste sentido, a implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos gerou em alguns agricultores o vislumbramento de novas possibilidades de futuro na agricultura ou de permanência como proprietário, principalmente no seio daquelas famílias que residem no estabelecimento agrícola. Talvez isso possa até mesmo ratificar suas permanências na comunidade.

Contudo não foi possível apontar como uma tendência entre as famílias estudadas essa perspectiva de futuro na agricultura. Para isso seria necessário uma abordagem mais profunda

e um período de investigação muito longo que no caso do objetivo e prazos dessa dissertação era impossível fazê-la com êxito.

Mas, de maneira geral, a maioria dos agricultores informou que as “árvores”, cultivadas possibilitarão aumentar a produção quando foram colhidas e, além disso, vão significar todo um conhecimento adquirido a cada ano de crescimento.

Entretanto os agricultores informaram que entre os possíveis desafios futuros está o de conseguir escoar a produção das frutas ou armazená-la no estabelecimento agrícola, quando acontecer em escala maior, por causa da dificuldade de transporte e a falta de energia elétrica na comunidade.

Nesse sentido, os agricultores acreditam na possibilidade de que a comunidade seja contemplada com a energia elétrica, pois a presidente da associação vem articulando isso na prefeitura de Marapanim. Também, alguns agricultores mencionaram que os idealizadores do projeto providenciarão o escoamento da produção a partir de parcerias com empresas interessadas como, a Natura.

Assim, após ter apresentado as famílias e suas condições de vida na comunidade São João, será abordado, adiante, no capítulo 5º, o contexto de implantação dos sistemas agroflorestais via Projeto Raízes da Terra.

5 AS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE SÃO JOÃO E OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

No capítulo anterior foi retratado o modo de vida das famílias, que compõem o estudo de caso nessa pesquisa, na comunidade São João. Com isso foi possível saber os principais aspectos relacionados às condições de vida das 15 famílias que participaram do projeto Raízes da Terra.

Nesse capítulo será analisado o contexto em que ocorreu a implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos das famílias estudada. Para isso utilizei dados primários e secundários.

5.1 A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA E A AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE O REFLEXO NO SISTEMA TRADICIONAL DE USO DA TERRA

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico da Amazônia refletiram na dinâmica do espaço rural tanto na realidade de grandes latifúndios e empresas agroindústrias, como de agricultores familiares. Essa problemática permeou os estudos dos pesquisadores sobre os impactos socioambientais de tais planos de desenvolvimento para a Amazônia.

Estudos sobre as políticas para o desenvolvimento econômico da Amazônia, na década de 80, mostraram que houve um aparato institucional voltado para o crescimento de setores considerados estratégicos para este objetivo, tais como, o mineral, agropecuário e o hidrelétrico. Este momento amazônico foi denominado por Costa (2000p. 50) de “*fúria modernizadora da ditadura militar nos anos 80*”.

Hurtiene (2001) ressalta que nos últimos 35 anos a estrutura econômica, demográfica e ecológica da região Amazônia sofreu alteração significativa devido à execução dos programas governamentais de desenvolvimento, uma vez que:

a construção de rodovias, os programas de colonização oficiais e privados, a migração espontânea e os incentivos fiscais levaram ao desmatamento de

mais ou menos 14% da área amazônica e à criação de paisagens agrárias variadas perto de eixos viários, onde se concentra a maioria de sua população rural (HURTIENE, 2001, p. 177).

Para Monteiro e Coelho (2004, p. 10), esse modelo de desenvolvimento econômico repercutiu “nas dinâmicas sociais e ecológicas da região, acelerando a substituição das florestas e a ampliação da concentração fundiária no Estado do Pará, desencadeando, então, problemas ambientais e sociais”.

Segundo Oliveira, M. e Araujo (2003), instituições como, a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e os projetos de exploração de recursos minerais (Carajás, Trombetas, Jarí, dentre outros) foram criados para incentivar o desenvolvimento econômico da região amazônica. Mas os autores apontam a problemática de que, nos espaços rurais, a relevância da agricultura familiar foi sistematicamente ignorada pelos governos, embora as constatações feitas pelos movimentos sociais e estudos realizados em outros países e no Brasil demonstrem que no processo de desenvolvimento rural os agricultores familiares são importantes atores.

Coadunando com os autores citados acima, Santos (2000), baseado nas análises feitas por Fearnside (1998, 1997, 1990); Projeto CUT/CONTAG (1998) e Serrão et al. (1998), ressaltou que:

os planos de desenvolvimento da Amazônia foram direcionados para favorecer a implantação dos “grandes projetos”, através de subsídios e incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal e do acesso facilitado as terras para grandes grupos privados, que causaram profundas transformações ao meio ambiente.

O mesmo autor ressalta que a introdução da pecuária no final dos anos 60 foi patrocinada também pelos incentivos governamentais através da SUDAM e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), segundo os quais “privilegiaram os empreendimentos pecuários com a isenção do imposto de renda e financiamentos diretos para formação de pastagens e desmatamentos” (SANTOS, M., 2000, p.10).

Os argumentos do autor apontam que, na contrabalança dos privilégios, a agricultura familiar, baseada no modelo da agricultura itinerante, teve saldo negativo. No final dos anos 80, segundo Costa (1998b apud SANTOS, M., 2000) aconteceu uma crise relacionada à falta de recursos para financiar a produção agroindustrial e o “debate sobre a possibilidade de outro modelo de desenvolvimento para região foi a tona”.

Segundo Hurtiene (1999, 2001), o modelo de agricultura itinerante ou migratória, praticado tradicionalmente por agricultores familiares (foi a base da agricultura familiar no nordeste paraense nos anos 50), grupos indígenas e extrativistas na Amazônia, simbolizava uma atividade econômica primitiva cuja principal tecnologia para preparo da área e fertilização do solo era o sistema de corte e queima da vegetação.

Essa característica foi atrelada ao subdesenvolvimento socioeconômico da Amazônia, embora seja identificada como o sistema de uso da terra mais importante e responsável por 80% da produção de alimentos da região que é desenvolvida por “600.000 pequenos agricultores, produzindo, principalmente, feijão, mandioca, arroz, milho, malva, juta, frutas e algodão em todos os produtos” (HOMMA, 1998; KITAMURA 1994, 1997 apud SANTOS, M., 2000, p. 11)

Hurtiene (2001) analisou, através de dados do censo agropecuário do IBGE no ano de 1998, a complexidade e interdependência dos sistemas de uso da terra da agricultura familiar amazônica e constatou que, embora ela seja predominante nos estados da região Norte, ficou numa situação inferior às empresas capitalistas e grandes latifúndios em relação à ocupação de terras privatizadas e ao valor da produção pecuária. O que predominava até então era a ideia de atraso das formas diversas da agricultura familiar. Mas, os dados revelaram contraste com essa visão e mostraram superior eficiência na utilização de terras, no Pará, pela agricultura familiar em relação aos fazendeiros e grandes empresas, cujo valor da produção por hectare foi de R\$ 240,00, R\$ 71,00 e R\$ 40,00, respectivamente

Ainda que para Hurtiene (2001) o significado da maior eficiência na utilização das terras pela agricultura familiar sobre o uso da terra e sua relação com o desmatamento seja controverso, é possível analisar, através desse estudo, que considerando essa vertente de pensamento, o debate sobre os problemas ambientais e, por conseguinte a culpabilidade dos diferentes atores envolvidos, foi problematizado e evidenciado.

Segundo Hurtiene (2001), os enfoques dominantes da modernização agrária acusaram os camponeses de serem agricultores itinerantes poucos eficientes e com um grande impacto destrutivo sobre os ecossistemas primários. Nessa vertente são ressaltadas as dúvidas sobre a viabilidade da agricultura de subsistência e a possível tendência ao declínio por conta das diminuições da expansão da fronteira agrícola devido às restrições aos desmatamentos (WALKER, 1998; HOMMA, 1998; KITAMURA, 1994 apud SANTOS, M., 2000).

Na visão dominante do ciclo de fronteira da agricultura itinerante, a insustentabilidade é apontada tanto no nível econômico, quanto no ecológico. Dentre os condicionantes estão: 1) os ecológicos relacionados a solos pobres e ácidos, chuvas fortes com alto potencial de

lixiviação, invasão de ervas daninhas e pragas; 2) econômicos - falta de infraestrutura, alto custo de comercialização devido à interligação dos mercados de fatores e produtos via venda na folha, falta de acesso ao crédito e à assistência técnica e os 3) jurídicos - falta de títulos de propriedade e sociais - tradições agrícolas adaptadas. Esses condicionantes citados “permitem somente sistemas de produção simples e de curta permanência devido à queda da fertilidade do solo e à demanda por terra já derrubada por novos agentes mais capitalizados” (HURTIENE, 2001, p. 192).

Como exemplo, pode ser citado o estudo de Cardoso et al. (2003, p. 279) sobre a prática do feijão do abafado como alternativa agroecológica à agricultura familiar para eliminar a etapa da queimada no cultivo de milho no sistema de plantio direto no resíduo da capoeira. Para esses autores, a “agricultura familiar na Amazônia se caracteriza pelo emprego de práticas tradicionais como o sistema de corte e queima feito manualmente, acarretando desgaste do solo, poluição ambiental e grande dispêndio físico dos agricultores.”. Ao mesmo tempo em que eles consideram essa prática mais acessível aos agricultores, interpretam como inconvenientes:

a poluição ambiental causada pela liberação de gases para atmosfera quando da queima da vegetação, a perda de matéria orgânica e de nutrientes, principalmente nitrogênio e enxofre, a possibilidade de fogo adentrar em outras áreas com cultivos perenes e causar sérios prejuízos; a drástica redução da atividade microbiana na camada arável do solo, além de tratar-se de um trabalho muito penoso com grande desgaste físico do agricultor, pois todas as etapas são feitas manualmente (CARDOSO et al., 2003, p. 295).

Na outra vertente estão os críticos às políticas de modernização da Amazônia que identificavam os agricultores familiares como vítimas nas várias fronteiras agrárias, condenados à expulsão pela pecuária ou por outros sistemas modernos (HURTIENE, 2001). Na contraposição a visão dominante do ciclo de fronteira sustenta a tese de uma estabilização relativa dos camponeses nas diversas fronteiras no Pará, cujos dados da pesquisa mostram que:

a pequena produção se baseia cada vez mais na complexação dos sistemas de produção (integração pelo menos econômica de culturas perenes, pequena criação e gado) e, por isso, na superação do *shifting cultivations* como forma predominante”(COSTA, 1994 apud HURTIENE, 2001, p. 193)

Essa perspectiva de análise está relacionada à história de ocupação da terra. No caso do Estado do Pará existem tendências diferentes para as Zonas de colonização mais antigas e

mais recentes, naquelas prevalece a da estabilização relativa, e nesta, provável maior validade do ciclo de fronteira (HURTIENE, 2001).

Além disso, considerando os aspectos culturais dos agricultores familiares, vale ressaltar a análise antropológica de Woortmann e Woortmann (1997). Os seus estudos mostram o significado simbólico e prático do fogo que ultrapassa o consenso de degradação ambiental, pois a queima permite a transição do espaço natural para o cultural onde o fogo doma a terra, uma vez que:

Concluído o aceio, inicia-se a queima, momento crucial na transição do espaço ainda natural para um espaço cultural, onde se constituirá pelo trabalho, a terra de cultura (cultivos). É o fogo que opera essa mediação entre natureza e cultura, como que lhe atribuindo um significado simbólico comum a outras culturas o que nada diminui seu sentido prático (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 57).

Schmitz (2007) estudou a transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas de produção e sintetizou os principais entraves e possibilidades identificados desse sistema de uso da terra na Amazônia. O autor considera a agricultura itinerante:

econômica em termo de trabalho e ecológica em termos de manutenção da fertilidade do solo enquanto os períodos de pousio ficam mantidos por tempo suficiente. Porém, quando se usa a terra por mais tempo e o período de pousio diminui, observa-se uma perda de fertilidade do solo e um aumento da infestação com "ervas daninhas" (vegetação espontânea, mais adaptada ao lugar que nem sempre prejudica a cultura plantada), tornando-se necessário mais tempo de trabalho para a produção da mesma quantidade de alimentos básicos (SCHMITZ, 2007, p. 2).

Se de um lado existe a vertente de pensamento que correlaciona a agricultura familiar ao desmatamento por causa da tendência à insustentabilidade ambiental, outra análise considera a diversidade das formas de uso da terra das agriculturas familiares amazônicas e ligados a diferentes graus de sustentabilidade ambiental em que a maioria dos estabelecimentos agrícolas familiares possui sistemas de produção agrícolas complexos que incluem culturas perenes, árvores frutíferas, extração vegetal de produtos florestais não madeireiros e pequenas criações (HURTIENE, 1998; COSTA, 1992, 1994 apud HURTIENE, 2001, p. 185).

Assim, é possível traduzir que as principais críticas ao modelo político de desenvolvimento agrário na Amazônia se fundamentaram nos insucessos ambientais e sociais, tais como, a degradação ambiental, perda de recursos naturais com as atividades madeireiras,

mineradores e pecuárias, a concentração de terra, êxodo rural e os conflitos agrários. Estes, direta ou indiretamente, provocaram alterações nas dinâmicas agrárias e refletiram negativamente no contexto dos agricultores familiares amazônicos que de forma geral não foram favorecidos com as estratégias desenvolvimentistas do governo naquele momento.

Segundo Albaladejo e Veiga (2002, p. 1), as consequências dos problemas ambientais desse modelo de desenvolvimento agrário na Amazônia foram evidenciadas no cenário nacional e internacional e “são alvo de múltiplas e diversas traduções, sobretudo por atores que não se encontram nos lugares do debate, mas que estão, ao menos alguns dentre eles, envolvidos em relações de força, tendo a questão agrária como pano de fundo.”, entre os quais estão instituições como:

O Ministério do Meio Ambiente, e o estado federal de maneira geral; a imprensa; as instituições de pesquisa (brasileiras e estrangeiras; diferentes organizações não governamentais; sindicatos de trabalhadores rurais; os grandes proprietários de terra (ALBALADEJO; VEIGA, 2002. p.2).

Neste quadro, como por exemplo, a ECO 92, a problemática da destruição dos recursos naturais foi visibilizada.

Então, começou a se apostar em cultivos diversificados dentro de uma abordagem ecológica, já que era preciso desacelerar o desmatamento, que foi um dos principais problemas ambientais divulgados. Assim, um aparato institucional foi criado tanto para fiscalizar e punir, como, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), quanto para pesquisar a introdução de novos sistemas de produção diversificados, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Nas entrelinhas, essa atuação do governo está voltada para corresponder às expectativas da opinião pública mundial e à pressão dos governos dos países desenvolvidos sobre a Amazônia (COSTA, F., 1992).

Costa, F. (1992, p.73) ressaltou que o pressuposto da nova atuação do governo é agir sob marketing da repressão policial e burocrática ao desmatamento e desincentivo à pecuária na Amazônia. Segundo o autor, essa é a “lógica do ecologismo”, que se tornou elemento de mediação política e ideológica em favor da propriedade latifundiária da terra no embate que se trava entre camponeses e latifundiários no Brasil, no contexto da privatização de terras na Amazônia.

5.2 OS PROGRAMAS AGROFLORESTAIS INSTITUCIONAIS: OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. A NOVA REVOLUÇÃO VERDE?

Dentro desse cenário de debates sobre o modelo da política de modernização agrária da Amazônia dos anos 80 e sua insustentabilidade socioambiental nos espaços rurais, principalmente onde atuam os agricultores familiares, existem correntes de pensamentos que preconizam a possibilidade de mudanças nos sistemas de uso da terra através de uma transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável, ou seja, menos dependente dos recursos naturais e mais acessíveis e praticáveis por agricultores familiares descapitalizados. Será um modelo idealizado de uma nova revolução verde?.

Esse novo debate ambiental se iniciou nos anos 90, teve abrangência mundial e baseava-se em críticas ao modelo de desenvolvimento destrutivo e excludente. Sobre isso Reis (2005, p. 32) argumentou que:

Em 1992, os debates ambientais mundiais e a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis, culminaram com a realização de primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Eco 92) no Rio de Janeiro, que teve em seus resultados a elaboração da Agenda 21 pelos países participantes, visando um novo modelo de desenvolvimento.

Segundo Reis (2005), nos debates e nas preocupações ambientais recorrentes, foram evidenciados os modelos de desenvolvimento que se instalaram na Amazônia para “beneficiar as elites econômicas e políticas, ameaçando a biodiversidade natural e cultural” (REIS, 2005, p. 33).

A partir dessa mobilização mundial, “surgem no Brasil, por exemplo, experiências ambientais alternativas que se multiplicaram, principalmente nos anos 90, propondo conjugar a preservação da biodiversidade com as demandas populares locais (REIS, 2005 p. 33). Destas, os programas agroflorestais, e no caso o projeto Raízes da Terra, são exemplos.

No âmbito dessa abordagem temática estão os programas agroflorestais das instituições governamentais e não governamentais na Amazônia para a difusão da tecnologia agroflorestal através do sistema de cultivo agroflorestal que vem crescendo em todas as regiões do país. Instituições governamentais como o Ministério do Meio Ambiente, Embrapa,

universidades e congressos científicos têm espaço reservado ao debate e do tema. Uma rede de organizações não-governamentais debatem o tema e vêm articulando o desenvolvimento de espaços para discussão, pesquisa, divulgação e experimentação da tecnologia agroflorestal tanto no Brasil como no exterior. Em destaque entre as organizações não governamentais de âmbito mundial está o *Center for Research In Agroforestry* (ICRAF) sediado na África, atuando internacionalmente em regiões que têm florestas tropicais (ICRAF, 2008).

A tecnologia agroflorestal através dos sistemas de cultivo agroflorestal está inserida na problemática do manejo sustentável dos sistemas de produção. Visando a isto, surgiram pesquisas para promover alternativas à transição da agricultura tradicional (migratória) para uma agricultura permanente “intensiva” (maior tempo de uso na mesma área), por exemplo: sistemas melhorados com pousio da capoeira, que continuam praticando a agricultura itinerante, sistemas de agricultura permanente com o uso da mecanização nas operações agrícolas de enriquecimento (trituração da capoeira), uso da tração animal e destoca seletiva e sistema agroflorestal (SCHMITZ, 2007; HURTIENE, 1999).

O programa florestal da Embrapa-CPATU/PNPF (Amazônia Oriental), iniciado no Brasil em 1979, partiu de preocupações com o avanço da exploração florestal na Amazônia, objetivando tentar recompor áreas degradadas e abandonadas em decorrência das atividades agrícolas e pecuárias (SANTOS, M., 2000). Os estudos desse projeto foram concentrados no Estado do Pará nas cidades de Santarém, Capitão Poço, Tomé Açu e Belterra, a partir de 1980. Para isso, primeiro foram identificados os sistemas usados pelos agricultores da região e após algumas modificações foram introduzidos no campo os experimentos com as espécies consideradas potenciais para serem utilizadas em sistemas agroflorestais na Amazônia conforme os diferentes sistemas de cultivos associados, como, os cultivos de ciclo curto, cultivos de ciclo médio, cultivos perenes e espécies florestais (SANTOS, M., 2000, p. 24).

Santos (2000, p. 24) ressalta que os sistemas agroflorestais são “técnicas para o aproveitamento contínuo do solo altamente potenciais para a região Amazônia”, embora recomende bom-senso na aplicação e que é preciso analisar cada situação.

A partir de 1990, a Embrapa Amazônia Ocidental (CPAA), sediada em Manaus, instalou quatro experimentos com sistemas agroflorestais diferentes no seu campo de experimento (SANTOS, M., 2000, p. 24).

5.2.1 Os Sistemas Agroflorestais: um olhar sobre as principais características relacionadas à história ao uso na Amazônia e às definições

Miller e Nair (2006), pesquisando sobre a história dos sistemas agroflorestais indígenas na Amazônia, mostraram que esta forma de uso da terra vem-se desenvolvendo desde períodos pré-colombianos com os conhecimentos tradicionais e persiste até hoje com a herança cultural dos povos indígenas. Desde o passado, os índios já cultivavam frutas somadas aos produtos alimentícios. E nos arredores das suas moradias, existiam os quintais constituídos como espaço para o exercício da diversificação de cultivos. Segundo eles:

Os sistemas agroflorestais dos povos indígenas atuais da Amazônia representam um grande estoque de conhecimentos sobre plantas cultivadas, que foi aprimorado ao passar de séculos, se não milênios. Provavelmente estes sistemas agroflorestais representam tecnologias que evoluíram passo a passo com a domesticação de plantas silvestres e da sua incorporação em sistemas de produção de alimentos (MILLER; NAIR, 2006, p. 6).

O termo “agrofloresta” surgiu na Amazônia no fim da década de 70 e se popularizou no início da década de 90 (VAN LEEUWEN et al., 1994; CURRENT et. al., 1995b; DUBOIS, 1996; CANTO et. al., 1997 apud SANTOS, M., 2000, p. 20).

Os sistemas agroflorestais são agroecossistemas ou ecossistemas complexos (formas de uso e manejo da terra) que permitem a combinação de árvores ou arbustos em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais numa mesma área de maneira simultânea ou numa sequência temporal. Visa a otimizar os efeitos benéficos das interações que ocorrem entre os componentes agrícolas, florestais e animais, obter a maior diversidade de produtos para diminuir as necessidades de insumos externos, reduzir os impactos negativos das práticas agrícolas e trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais aos agricultores (DUBOIS, 1996; GLIESSMAN, 2001; ICRAF, 2008).

No campo teórico, principalmente no âmbito acadêmico da agroecologia, brotam estudos que evidenciam a possibilidade de uma agricultura sustentável, ou seja, a construção de um padrão produtivo menos degradante ao ambiente (solo, água, flora, fauna, ar) sem desfavorecer os agricultores. Para isso, a literatura específica recomenda o manejo sustentável dos agroecossistemas pela adoção de práticas pautadas nos princípios da agroecologia (PRIMAVESI, 1980; GLIESSMAN, 2001, ALTIERI, 2002,).

Os sistemas agroflorestais são considerados importantes para os ecossistemas tropicais e assim adequados à região amazônica (DUBOIS, 1996; GLIESSMAN, 2001; ICRAF, 2008). Têm sido recomendados como uma solução e/ou alternativa para a recuperação de áreas degradadas, com potencial de gerar maior produtividade agrícola, florestal e pecuária, e como mecanismo redutor de risco para o agricultor (VILAS BOAS, 1991; MONTAGNINE *et al.* 1992 apud SANTOS, M., 2000, p. 11).

5.2.1.1 Classificação dos sistemas agroflorestais

Existe uma classificação para os diferentes tipos de sistemas agroflorestais baseada nos critérios de arranjo espacial e temporal, na importância e no papel dos componentes, no planejamento da produção ou na produção do sistema e suas características socioeconômicas. O principal propósito dessa forma de classificação foi o de fornecer subsídios práticos que facilitassem sintetizar e analisar as informações sobre os diversos sistemas existentes e a possibilidade de inovação dos mesmos (PASSOS, 1997; NAIR, 1985b, 1993 apud SANTOS, M., 2000).

Segundo Huxley (1983, p. 14 apud SANTOS, M., 2000), os sistemas agroflorestais podem ser classificados de acordo com:

1) A natureza dos componentes - existem três categorias de sistemas agroflorestais :

- a) Agrossilviculturais-culturas, arbustivas/trepadoras e árvores;
- b) Agrossilvipastoris: culturas, pastagens/animais e árvores;
- c) Silvipastoris: pastagens e animais.

2) Os arranjos dos componentes:

- a) arranjo espacial: sistemas mistos adensados: quintais caseiros e os agrossilvipastoris;
- b) sistemas zonais ou em faixas: ruas ou fileiras alternadas;
- c) macrozonais e contínuos: plantio cobrindo toda a área;
- d) arranjo temporal: sistemas silvipastoris com rotação de cultivo de gramíneas com plantio de árvores.

Outra classificação dos sistemas agroflorestais é feita baseada em critérios socioeconômicos de escala de produção e nível tecnológico de insumos. Neste caso são agrupados em comercial, intermediário e subsistencial (LINDGREN, 1982 apud SANTOS, M., 2000).

Nos sistemas agroflorestais comerciais, o principal objetivo é a produção voltada à comercialização no mercado, como, os plantios de culturas perenes, como o coco, borracha e dendê, voltados para a produção de alimentos, que podem ter uma integração com pastagem animais (HUXLEY, 1983 apud SANTOS, M., 2000, p.14.).

Nos sistemas agroflorestais intermediários a produção e o manejo são voltados tanto para a comercialização quanto para a subsistência da alimentação familiar (SANTOS, M., 2000).

Quando o sistema agroflorestral é manejado pela família e destinado principalmente ao consumo do que é produzido, fica caracterizado como de subsistência (BANDY et al., 1994 apud SANTOS, M., 2000).

A agricultura itinerante enquadra-se na categoria de sistema agroflorestral de subsistência cuja maioria é praticada em várias partes dos países em desenvolvimento. (CANTO et al., 1991 apud SANTOS, M., 2000, p. 15).

No sistema de uso do solo da agricultura itinerante, a cobertura vegetal é derrubada e queimada e logo cultivada com espécies alimentícias na forma de intercultivos por 2 a 3 anos na mesma área que depois é abandonada para a regeneração (pousio que pode variar de 5 a 20 anos), variando de acordo com a cultura utilizada, as condições locais e a densidade populacional (SANTOS, M., 2000).

A agricultura itinerante é o sistema de cultivo mais usado na África e América Latina e oferece uma base para a agricultura de subsistência, para a manutenção dos valores culturais e para a estabilidade social das pessoas que vivem em regiões de florestas úmidas e de baixa densidade populacional. Quanto maior a pressão populacional, menor será o período de pousio e assim haverá maior necessidade de áreas agricultáveis (SANTOS, M., 2000).

Com a redução no período de pousio, o sistema de uso da terra da agricultura itinerante torna-se degenerado, resultando em sérios danos causados por erosão dos solos, queda na fertilidade e produtividade do solo. O uso desse sistema está baseado no ciclo de nutrientes e na eliminação das pragas durante o período de pousio (NAIR, 1993; BANDY et. al., 1994 apud SANTOS, M., 2000, p. 17).

Os quintais caseiros são tipos de sistemas agroflorestais formados por um complexo de plantas perenes ou semiperenes, utilizados por pequenos agricultores com uma superfície na

ordem de um hectare e que se encontram próximos às suas casas (RUTHEMBERG, 1980 e PRICE, 1989 apud SANTOS, M., 2000, p. 19). São espaços destinados à diversificação de cultivos e produção doméstica (cultivos de hortaliças e frutas, plantas medicinais e criação de pequenos animais), predominantes em regiões tropicais e subtropicais, administrados pela mão de obra familiar e funcionam também como espaço de lazer e saúde e como fonte de alimentação para a família (SABLAYROLLES, 2008).

5.2.1.2 Viabilidades dos sistemas de cultivo agroflorestais: algumas traduções

Os diversos pesquisadores dos sistemas agroflorestais apontam nos seus estudos aspectos favoráveis e desfavoráveis dessa prática, principalmente, no que refere à biologia de tais sistemas (DUBOIS, 1996; ALTIERI, 2002; KATO, 2008).

Segundo Santos (2000), diante dos impactos da utilização por vários agricultores, as viabilidades biológicas dos sistemas agroflorestais foram apontadas, baseadas no ponto de vista agrônomo, as quais são indicadas por Kato (2008); Santos (2000); Glover e Beer (1996, apud SANTOS, M., 2000, p. 21) da seguinte forma:

a) propriedades físicas, químicas e biológicas do solo: as árvores têm sistemas radiculares desenvolvidos e por isso exploram melhor o solo e assim conseguem capturar os nutrientes do solo e se desenvolver melhor. O sistema radicular das espécies perenes se distribui em camadas mais profundas do solo promovendo ciclagem de nutrientes desde as camadas mais profundas do solo para as camadas superficiais via translocação de nutrientes e também podem evitar sua a lixiviação, melhorando a absorção e armazenamento;

b) conservação do solo: a consorciação com espécies que ocupam diferentes estratos de copa podem reduzir os impactos das chuvas e assim permitir o controle da erosão do solo e assim ajudar a manter ou melhorar a capacidade produtiva da terra devido a proteção do solo contra erosão e também melhorar a atividade biológica do solo, retenção de umidade e adubação orgânica do solo pela matéria orgânica das árvores;

c) possibilidade de aumento da renda familiar na sua fase de plena produção e assim contribuir para a melhoria da alimentação dos agricultores através dos produtos dos quintais;

d) ajuda ao agricultor a manter-se na terra e organizar melhor sua vida, assim como melhorar sua qualidade de vida com a conservação da floresta, devido à possibilidade de manter as fontes de água potável, continuar a caça e pesca, o equilíbrio climático da região e a conservação da biodiversidade;

e) menor risco para os produtores, devido a uma maior diversificação da produção em casa própria;

f) melhorar distribuição de mão de obra ao longo do ano, nas tarefas de implantação, manejo e manutenção, quando comparado aos cultivos agrícolas anuais ou bianuais;

g) mais conforto no trabalho na roça, pois na maioria dos sistemas agroflorestais o agricultor trabalha na sombra, diminuindo assim o cansaço do agricultor que trabalha em regiões de pleno sol, melhorando o seu desempenho.

Quanto aos aspectos desfavoráveis ao sistema de cultivo agroflorestal, Kato, (2008) e Santos, M. (2000, p. 23) apontam as seguintes:

a) competitividade entre os componentes vegetais: competição por nutrientes, espaço de crescimento, luz e umidade podem prejudicar a produtividade das plantas perenes e anuais. O componente florestal pode diminuir o rendimento dos cultivos agrícolas e pastagens dentro do sistema e a mecanização fica dificultada;

b) prejuízos causados pelo componente animal: no caso de uso de sistemas agrossilvipastoris pode ocorrer desequilíbrio na interação entre plantas e animais;

c) alelopatia: inibição da germinação e crescimento de plantas por compostos liberados naturalmente por raízes ou parte aéreas de outras espécies;

d) aumento dos riscos de erosão: o componente arbóreo apresenta um dossel muito alto e o sombreamento interfere na vegetação rasteira e ocorre acúmulo de água das chuvas em grande quantidade nas folhas cujas partículas podem provocar erosão quando caem diretamente em solo desprotegido;

e) conhecimentos limitados dos agricultores, técnicos e pesquisadores sobre sistemas agroflorestais;

f) o manejo é mais complicado do que os cultivos de espécies anuais ou de ciclo curto, ainda como o custo de implantação e do processo de certificação é alto.

Posso concluir que os sistemas agroflorestais em relação aos aspectos agronômicos, florestais e ecológicos possuem notória viabilidade enquanto sistema de cultivos alternativos e sustentáveis. Ainda que os benefícios agroecológicos apresentados possam ser refletidos também na realidade social dos agricultores, é fundamental aprofundar os estudos socioeconômicos para entender melhor as práticas agroflorestais dos agricultores e considerar seus pontos de vistas e conhecimentos.

5.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO RAÍZES DA TERRA NA COMUNIDADE SÃO JOÃO

Os sistemas agroflorestais foram implementos nos estabelecimentos agrícolas familiares na comunidade São João via projeto Raízes da Terra.

O contexto regional mostra características propícias às estratégias elaboradas em projetos de desenvolvimento como é o caso do projeto Raízes da Terra.

O nordeste paraense, região do Estado do Pará onde fica localizado o município de Marapanim e a comunidade São João, é caracterizado por uma imigração antiga cuja colonização aconteceu desde o início do século XX na zona bragantina, onde a agricultura itinerante de pousio foi a base do campesinato, e serviu como exemplo clássico para a validade do ciclo de fronteira, de alta instabilidade econômica e insustentabilidade ambiental. (HURTIENE, 2001, p. 201).

A agricultura itinerante, principal sistema de uso da terra de agricultores familiares do nordeste paraense, foi interpretada ao longo da história de forma pessimista e depreciativa. A visão predominante apontava esse tipo de agricultura como empírica e irracional e causadora de desequilíbrio ambiental e social, onde a tendência ao aumento populacional na região a inviabilizaria. (HURTIENE, 2001).

Assim, a própria história de colonização da região do nordeste paraense e os seus reflexos nas dinâmicas agrárias apontam um cenário amazônico minado de interpretações

baseadas em estudos, principalmente aqueles relacionados ao desmatamento da Amazônia. Por isso, essa característica regional pode ser traduzida como sendo “naturalmente” propícia às estratégias elaboradas em projetos de desenvolvimento, ações de programas de pesquisa e extensão para introdução de novos sistemas agrícolas, por exemplo, o Projeto Raízes da Terra.

5.3.1 A dinâmica da comunidade São João e implantação dos sistemas agroflorestais pelo projeto Raízes da Terra.

Desde o início, há pouco mais de 20 anos, do processo de imigração interna para o povoamento local que formou a comunidade São João, o principal sistema de uso da terra praticado pelos agricultores foi a agricultura itinerante.

A partir da década de 90, alguns agricultores daquela comunidade vêm experimentando, nos seus estabelecimentos, alternativas ao sistema tradicional de corte e queima para o preparo de área através de uma parceria com a Embrapa apoiada pelo governo Alemão através do projeto que usa a tecnologia da trituração mecanizada da vegetação secundária com um trator de alta potência acoplado a um implemento responsável pelo corte e trituração da vegetação secundária “sem destruir o sistema radicular, ao mesmo tempo em que o material triturado é distribuído uniformemente sobre o solo formando uma cobertura morta ou *mulch*”(OLIVEIRA, C., 2002, p. 36).

O projeto apontava a possibilidade de estudos sobre a adoção de tecnologias inovadoras alternativas ao sistema de uso da terra tradicional de corte e queima, baseadas no pressuposto de insustentabilidade agroecológica (OLIVEIRA, C., 2002).

A partir dessa experiência, a interlocução entre agricultores da comunidade São João e também das comunidades localizadas no município de Igarapé Açu e os pesquisadores da Embrapa, passou a ser construída no âmbito da qual foi elaborado e aprovado o projeto Raízes da Terra em resposta a um edital do programa piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A sua execução se deu tanto por pesquisadores da Embrapa quanto por profissional contratado para prestar assistência técnica e apoio administrativo.

O projeto Raízes da Terra pretendia responder às características do edital do programas piloto e do interesse das instituições financiadoras que apoiavam iniciativas inovadoras da sociedade civil organizada e dos governos em termos de manejo dos recursos

naturais na busca do desenvolvimento sustentável e, principalmente, na diminuição do ritmo do desmatamento na Amazônia.

A equipe do projeto Raízes da Terra trabalhou com agricultores familiares de 5 comunidades localizadas entre os municípios de Marapanim e Igarapé Açu, num total de 42 famílias. E previa o seguinte:

a) instalação, monitoramento e avaliação de alternativas que evitassem o desmatamento, o uso do fogo no preparo de área, a degradação ambiental e aquelas iniciativas que promovessem a recuperação de áreas degradadas, baseadas na implantação de sistemas agroflorestais, o enriquecimento de capoeira com essências florestais, o melhoramento de capoeira com leguminosas arbóreas e/ou arbustivas como cobertura, o enriquecimento de quintais e culturas de subsistência;

b) definição dos instrumentos agroambientais sustentáveis, ou seja, implantar viveiros de produção de mudas, campo de multiplicação de sementes de leguminosas;

c) organização, definição e realizar atividades de difusão dos resultados obtidos entre e dentro das comunidades e na região através de dias de campo e intercâmbio.

A equipe do projeto Raízes da Terra procurou uma aliança com os agricultores que mantinham parceria com a Embrapa nas comunidades em que as atividades foram desenvolvidas, tanto no município de Marapanim como na de Igarapé Açu. Por isso, a primeira mobilização e a construção do diálogo foram facilitadas, uma vez que os agricultores atuantes no projeto Raízes da Terra estavam direta ou indiretamente integrados à rede social.

Para participar do projeto “Raízes da Terra”, os agricultores interessados deveriam ser sócios formalizados de uma associação que representasse a sua comunidade e mostrassem disponibilidade para atuar em atividades coletivas como uma tentativa de estimular e fortalecer a organização social e nas comunidades envolvidas.

O projeto foi apresentado aos agricultores em 2005 na oficina denominada “Diagnóstico rural participativo inicial” realizada na cidade de Igarapé Açu, no campus da Fazenda Escola da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) cuja pretensão era realizar um diagnóstico agroecológico e econômico do lugar para obter um quadro panorâmico dos recursos naturais e os principais sistemas de produção. O evento foi organizado pela equipe técnica do projeto e dois representantes do Ministério do Meio Ambiente e como convidado estava um técnico da EMATER do município de Marapanim e eu enquanto

estagiária de iniciação científica Embrapa/UFRA. Nesta ocasião, os objetivos e a fonte dos recursos foram informados aos agricultores presentes.

As principais metodologias usadas nesta fase foram: entrevistas (estruturadas), reuniões e procedimentos para coletar informações em grupo como o diagrama de Venn e o diagrama de fluxo, que serviram para construir os mapas dos recursos naturais e dos sistemas de produção. Esses últimos foram trazidos pelos dois representantes do MMA, que ensinaram aos pesquisadores e à técnica do projeto como utilizá-los em outras ocasiões.

A partir desse primeiro evento, outros diagnósticos foram feitos nos estabelecimentos agrícolas familiares nas comunidades, reproduzindo o mesmo formato da primeira oficina com entrevistas individuais, seminários e reuniões. O objetivo da equipe técnica era montar um plano de utilização individual e coletivo do SAF de acordo com as características agroecológicas e sociais de cada comunidade.

Assim, entre reuniões, seminários e visitas aos estabelecimentos as propostas foram construídas progressivamente com os agricultores. Em eventos os agricultores de comunidades diferentes obtinham as informações coletadas e os pesquisadores restituíam e atualizavam os conhecimentos.

Durante esse processo de consolidação do planejamento foram discutidas as atividades, os tipos de espécies, os arranjos dos cultivos e o tamanho da área para implantação dos sistemas agroflorestais.

A etapa para escolha das espécies para o cultivo foi muito demorada, pois cada agricultor foi consultado individualmente sobre como desejava compor seu sistema. As informações eram obtidas por meio de entrevistas com os agricultores e através de discussões em reuniões nas comunidades, em espaços públicos, como a sede da associação e o salão de reunião das igrejas. Além disso, outro método utilizado pela equipe técnica do projeto para identificar as preferências dos agricultores era representá-la em desenhos e quadros esquemáticos.

Assim, brotaram arranjos complexos e enriquecidos de espécies, verdadeiros “universos de possibilidades”. Essa complexidade retratava o desejo em melhorar a gestão dos recursos naturais para manter a produtividade agrícola e sua importância para a reprodução familiar, uma vez que os agricultores traçam estratégias diversas ligadas a fatores sócio-culturais e históricos (CASTELLANET et al., 1994 apud CASTELLANET; HÉBETTE, HENCHEN, 2000).

A equipe técnica do Projeto Raízes da Terra propôs aos agricultores que seria viável economicamente escolher uma espécie que integrasse a composição de todos os arranjos

agroflorestais dos estabelecimentos. Na concepção dos propositores, essa estratégia viabilizaria a inserção do produto no mercado local conforme a demanda.

A grande demanda de açaí, apontada pela equipe técnica, estimulou o interesse dos agricultores da comunidade São João a cultivá-lo nos estabelecimentos agrícolas. Por isso, essa planta foi a escolhida por todos como carro-chefe para facilitar a comercialização dos seus frutos no futuro, quando produzidos em grande escala pelos agricultores.

Além do açaí, espécies frutíferas como limão, mamão, cupuaçu, cacau, laranja e caju, dentre outras, fizeram parte da composição dos arranjos agroflorestais, juntamente com o açaizeiro, os sistemas agroflorestais nos vários tipos de espaçamentos e tamanho de áreas.

As espécies escolhidas poderiam ser plantadas em consórcio com outros sistemas de cultivos preexistentes, na capoeira ou nos quintais dos estabelecimentos. Por isso não houve um modelo uniforme de sistema agroflorestal.

De acordo com as informações coletadas no trabalho de campo em 2009, com a equipe técnica, o projeto Raízes da Terra estava previsto para ser executado em 36 meses podendo ser prorrogado por igual período, dependendo do desempenho das atividades nesse período, a ser avaliado pelo MMA.

No próximo capítulo, será analisada a organização do trabalho para a implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas das 15 famílias que compõem o estudo de caso da pesquisa.

6 O TRABALHO DA FAMÍLIA NA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS.

No capítulo anterior foi mostrada a estrutura de funcionamento do Projeto Raízes da Terra e a convivência das famílias com a proposta agroflorestal. Neste capítulo será analisado como as famílias da comunidade São João organizaram o trabalho, segundo as atividades agrícolas realizadas e os instrumentos de trabalho usados durante o processo de implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas dos agricultores que atuam no projeto Raízes da Terra.

Para isso, utilizei dados primários obtidos durante a realização do trabalho de campo no ano de 2009 através de entrevistas (aberta e semiaberta) com homens (pais ou filhos adultos), observação e conversas informais com homens, mulheres e crianças.

6.1 OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS: AS ESPÉCIES E ARRANJOS IDENTIFICADOS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS

Nos estabelecimentos agrícolas das famílias estudadas foram identificadas 22 espécies (4 temporárias e 18 permanentes) cultivadas nos sistemas agroflorestais dos agricultores como mostra o gráfico 11

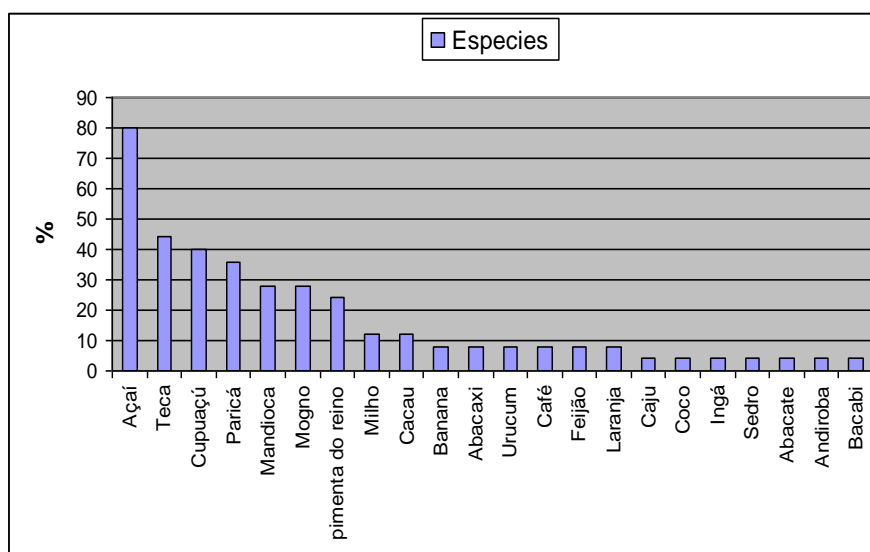


Gráfico 11: Espécies cultivadas nos sistemas agroflorestais implantados nos estabelecimentos.

O gráfico 11 mostra que dentre 4 espécies temporárias anuais, a mandioca foi a mais cultivada nos sistemas agroflorestais dos estabelecimentos agrícolas das famílias estudadas. Isso ratifica a importância da farinha na geração de renda e para a segurança alimentar daqueles agricultores, conforme foi indicado no capítulo 4.

Todos os agricultores que cultivaram mandioca nos mesmos espaços onde foram implantados os sistemas agroflorestais informaram que utilizaram essa estratégia para aproveitar o espaçamento dos arranjos das espécies frutíferas e as essências madeireiras para otimizar a produção agrícola enquanto a produção daquelas não acontecia.

Dentre as fruteiras arbóreas, o açaí foi a espécie mais frequente nos sistemas agroflorestais, seguido do cupuaçu. A literatura indica que os sistemas agroflorestais de agricultores familiares da Amazônia são compostos, em geral, por espécies frutíferas. HOMMA et al., 1999; ALMEIDA et al., 2002; BRILHANTE et al., 2004 apud VIERA et al., 2007). Mas, no caso estudado, a predominância do cultivo do açaí nos sistemas agroflorestais está relacionada à intervenção da equipe técnica do projeto Raízes da Terra que apontou a existência de demanda no mercado local e orientou os agricultores a escolhê-lo para compor os arranjos agroflorestais, de modo que, para escoar a produção, era preciso que o açaí fosse produzido em escala satisfatória para o abastecimento do mercado local. Todos os agricultores aceitaram essa proposta com expectativa na prospecção da comercialização do Açaí e também dos outros produtos. Naquele momento, existia a possibilidade de que a equipe técnica do projeto Raízes da Terra negociasse o escoamento da produção das frutas à uma Empresa de cosmético. Conforme mostra as falas seguintes:

- *“olha agente aceita o que é bom pra gente né, se vai dá pra vender...”*;

- *“porque eu sempre quis uns pé de açaí aqui, mas não tinha como, quando disseram isso, foi bom”*;

- *“ó eu, pra mim, gosto de me meter nas coisas nova que vem pra cá, se num vou gastar nada e vai ter venda pra nós, faço na hora”*;

- *“quero vê no que dá, se num for como tão falando, a gente amassa os caroços por aqui mesmo”*;

- *“achei que o açaí era um planta boa né, por isso eu dei o acordo do açaí”*.

Segundo Costa (2006b apud VIERA, et al., p. 551, 2007), “o açaí, a pupunha, e o coco, são espécies que se adaptaram em sistemas agroflorestais em decorrência de possuírem copa aberta, talo ereto, fácil propagação, auto-poda e serem de uso múltiplo”.

Dentre as essências madeireiras, a Teca e o Paricá foram as espécies mais cultivadas nos sistemas agroflorestais dos agricultores estudados. E 80% dos agricultores informaram

que cultivaram essas espécies porque houve a facilitação, incentivo e orientação da equipe técnica do projeto Raízes da Terra. Conforme contaram “*agente num planta pau aqui, eu mermo num sabia como faz. Nem sei o que vou fazer, é tanto tempo pra crescer né*”, “*o pessoal da Embrapa achou de dá um pouco pra cada um pra planta no meio aí, é bom pra fazer reflorestamento né*”.

A maioria dos agricultores informantes ainda não resolveu qual o destino dessas espécies quando atingirem um nível de crescimento de valor econômico no mercado da madeira por conta da problemática ambiental sobre o desmatamento e da exigência de certificação da madeira pra venda, conforme pode ser apreendida da seguinte fala de um agricultor: “*ah, moça, sei não ... Quando esses pau aí tiverem grande, ixi tem que ta tudo certinho pra vender sem bronca*”.

As espécies madeireiras, temporárias e frutíferas foram cultivadas nos estabelecimentos das famílias em diferentes arranjos agroflorestais, conforme mostra a tabela 7.

Tabela 7: Os arranjos agroflorestais dos estabelecimentos das famílias estudadas

SAF	Arranjos agroflorestais
1	Teca+ Paricá+ Caju+Açaí
2	Açaí e Ingá
3	Açaí+Cupuaçu+Teca+ Mogno+ Paricá+ Pimenta do Reino
4	Cupuaçu+ Açaí+ Teca+ Mogno+ Paricá+ Roça
5	Cacau+ Açaí e Banana e Pimenta do Reino
6	Milho+Mandioca+Coco+Pimenta+Açaí+Paricá
7	Açaí + Cupuaçu+ Mandioca
8	Mogno + Paricá e Teca
9	Cacau e Açaí dentro da capoeira
10	Abacaxi+ Urucum+ Açaí+ Cedro+ Mandioca Café e Pimenta do Reino
11	Açaí e Cupuaçu+ Teca+ Paricá e Mogno
12	Feijão+ Mandioca+ Gliricidia
13	Milho+ Mandioca e Café
14	Limão+ Açaí+ Maracujá+ Milho+ Mandioca e Feijão
15	Açaí+ Laranja+ Mogno+ Teca e Paricá
16	Açaí+ Cupuaçu e Cacau
17	Açaí+Cupuaçu+ Pimenta do Reino+ Teca e Mogno
18	Açaí +Cupuaçu
19	Cupuaçu+Açaí+Mandioca
20	Açaí+ Abacate e Laranja
21	Açaí + Cupuaçu
22	Pimenta do reino+ Paricá+ Teca+ Abacaxi
23	Açaí+ Cupuaçu+Teca+ Paricá e Mogno
24	Banana + Andiroba
25	Açaí+ Bacabi

Fonte: trabalho de campo, 2009.

A tabela 7 mostra que foram cultivados nos estabelecimentos familiares 25 tipos de sistemas agroflorestais entre as 15 famílias estudadas.

A maioria das espécies que formaram os arranjos foi indicada pelos técnicos do projeto e negociada com os agricultores conforme foi discutido no capítulo 5. Mas, 2 agricultores aproveitaram a área destinada ao sistema agroflorestal para diversificar o cultivo plantando Ingá e Banana entre o espaçamento do açaí e andiroba, respectivamente. Segundo eles: “ *meu irmão trouxe uma mudas de banana pra mim eu eu plantei no meio*”; “ *hum, eu tinha um ingazinho aí e vi que tinha espaço no plantio do projeto e fui botando as sementes no meio...é maneiro de fazer*”.

Os 25 tipos de sistemas agroflorestais identificados nos estabelecimento agrícolas indicam que a maioria das famílias cultivou até 2 tipos de sistemas agroflorestais. Somente uma família cultivou 3 tipos de sistemas agroflorestal. Os arranjos florestais mais recorrentes nos estabelecimento das famílias foram: Cupuaçu+Açaí e Cupuaçu + Açaí + Teca + Paricá+ Mogno, todas de valor econômico no mercado de produtos madeireiros e não madeiros.



Foto 11: Pimenta do Reino + Paricá + mogno
Fonte: Trabalho de Campo, 2009



Foto 12: Cupuaçu+ açaí+ teca + mogno
Fonte : Trabalho de campo,2009



Foto 13: Cacao plantado na capoeira
Fonte: Trabalho de campo, 2009



Foto 14: Açaí + Banana+Cupuaçu+Urucum
Fonte: Trabalho de campo, 2009

6.2 IMPLANTAÇÃO E MANEJO DOS SISTEMAS AGROFLORETAIS: O TRABALHO DA FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS

Dentro dos sistemas de produção analisados, as atividades agrícolas cotidianas nos estabelecimentos agrícolas dependem da composição da família e local de residência dos membros, conforme foi visto no capítulo 4. Nos sistemas de cultivo agroflorestal isso não foi diferente, conforme será analisado a seguir.

6.2.1. Preparo de área

O preparo de área para implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas das famílias aconteceu de forma manual e mecanizada conforme mostra o gráfico 12.

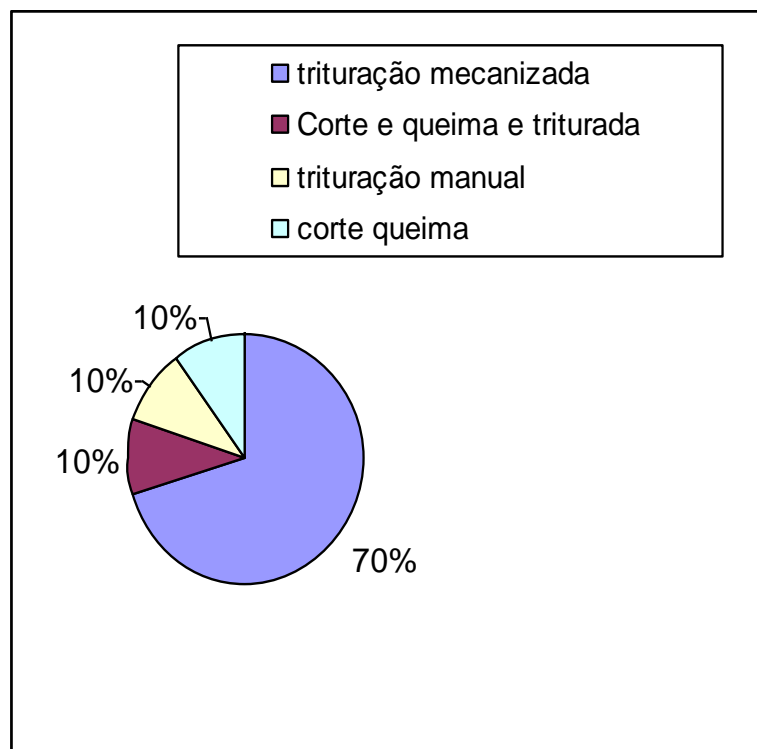


Gráfico 12: O preparo de área realizado nos estabelecimentos

Conforme mostra o gráfico 12, na maioria dos estabelecimentos estudados, o preparo de área foi feito mecanicamente por meio de trituração da capoeira, conforme está exemplificado na foto abaixo, uma prerrogativa aos participantes do projeto Raízes da Terra, conforme informou um agricultor.

A máquina trituradora, denominada de TRITUCAP, fez a trituração da vegetação secundária e com isso a etapa do corte e queima foi eliminada pela maioria das famílias. Com o uso da tecnologia, os membros das famílias escolheram as áreas, e a máquina operada por uma pessoa habitada e treinada para a tarefa fazia o serviço. Os idealizadores desse projeto acreditam que o preparo da área com a trituração da capoeira minimiza o uso do fogo pelos agricultores, ameniza a degradação do solo nesta etapa e proporciona melhorias na produtividade (OLIVEIRA, C., 2002)

O preparo de área através de corte e queima ou trituração manual da vegetação aconteceu na minoria dos estabelecimentos e segundo os agricultores foi efetuado porque a máquina não foi disponibilizada em janeiro, período do ano destinado a essa atividade. E também porque no cultivo do milho, é favorável ao seu desempenho, pois *“pega a cinza da terra”*, *“na queimada o milho dá melhor”*.

6.2.2. Preparo das mudas

Antes da etapa do plantio, a equipe técnica do projeto mobilizou os agricultores para a construção de viveiros de mudas na comunidade porque não existiam na época. A principal finalidade era estimulá-los e dar condições para eles produzirem suas próprias mudas. Para isso, foram construídos dois viveiros na comunidade São João em pontos estratégicos de maneira que todos tivessem acesso facilitado.

Quadro 5: Distribuição dos viveiros de produção de mudas na comunidade São João.

Viveiro	Tamanho	Distância dos estabelecimentos aos viveiros			Nº de estabelecimentos próximos ao viveiro
		Mínima	Máxima	Média	
1	17m x 11 m	150 m	3000m	1495m	10
2	14m x 11m	150 m	3500m	1125m	5

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Os viveiros foram construídos dentro do estabelecimento agrícola de dois agricultores. A intenção da equipe técnica do projeto era que todas as famílias participassem desse trabalho, mas isso não aconteceu porque segundo foi informado poucos agricultores se envolveram nesse trabalho.



Foto 15: Viveiro 1 de produção de mudas
Fonte: Trabalho de campo, 2009



Foto 16: Viveiro 2 de produção de mudas
Fonte: Trabalho de campo, 2009

Para a manutenção dos viveiros como, a irrigação das plantas e limpeza, os técnicos do projeto propuseram aos agricultores que houvesse uma organização de trabalho para realização dessas atividades periodicamente de maneira que todas as famílias próximas aos viveiros participassem.

Apesar disso, as pessoas informaram que essa proposta não se desenvolveu bem nos 2 viveiros da comunidade São João conforme foi idealizado, pois prevaleceu a preferência pela preparação de muda individualmente dentro do estabelecimento agrícola, porque eles não conseguiram se adaptar ao trabalho coletivo. Muitos não compareciam nos dias marcados para produção das mudas e por isso aqueles que estavam presentes achavam desvantagem produzir grande quantidade de muda para usufruto dos outros que compareciam. Assim, preferiam produzir somente a quantidade necessária para a sua produção, no viveiro ou no estabelecimento agrícola. Por isso, a proposta de trabalhar coletivamente na comunidade São João na produção de mudas e em outras atividades relacionadas à manutenção dos viveiros não aconteceu conforme foi idealizado pelos organizadores do projeto, pois conforme foi dito, a finalidade dessa proposta era que eles fossem estimulados a trabalhar coletivamente na comunidade e assim fortalecer a organização social do grupo. Essa dificuldade foi maior para aqueles que moram longe do local onde os viveiros foram instalados por conta da necessidade de deslocamento periódico.

As dificuldades de adaptação ao trabalho coletivo para a construção dos viveiros ocasionaram atrasos na produção das mudas de acordo com a técnica do projeto. E por isso foi necessário comprar mudas das espécies frutíferas e madeireiras usadas na composição dos arranjos agroflorestais dos estabelecimentos agrícolas para não prejudicar o calendário de atividades do primeiro semestre.

Dentre as mudas preparadas pelos agricultores, 30% foram produzidos nos viveiros coletivamente, envolvendo 11 pessoas de diferentes famílias, e 70% nos estabelecimento agrícolas das famílias com a participação somente dos membros de cada família. Esta etapa aconteceu entre os anos de 2006 e 2007. As principais mudas produzidas foram as de: Cacau, Açaí, Teca, Mogno, Cupuaçu, Abacaxi, Ingá, Caju e Paricá. Tanto nas mudas produzidas no viveiro coletivo como nos estabelecimentos houve a participação de homens e mulheres, segundo contam os agricultores:

- *“ah, eu chamava os meninos tudinho e a mulher pra encher os sacos e colocar as sementes”;*

- *“eu dava os sacos pra eles, contava e mostrava, aí pronto”;*

- “aqui em casa era a gente enchendo os sacos pros muleques colocar a semente e aguar”;

- “até meu menorzinho fazia, mas do jeito dele nè!, demorava quicó. É maneiro da de ele fazer sim...”

Assim, a etapa de preparo das mudas mobilizou todos os membros das famílias inclusive as crianças, pois segundo os pais, essa atividade é compatível, pois não exige um esforço físico demasiado e também é uma importante ferramenta para o aprendizado agrícola dos filhos.

6.2.3 Plantio

Os cultivos agroflorestais dos estabelecimentos agrícolas dos agricultores estudados aconteceram entre os anos de 2005 e 2009. Conforme mostra o gráfico 13.

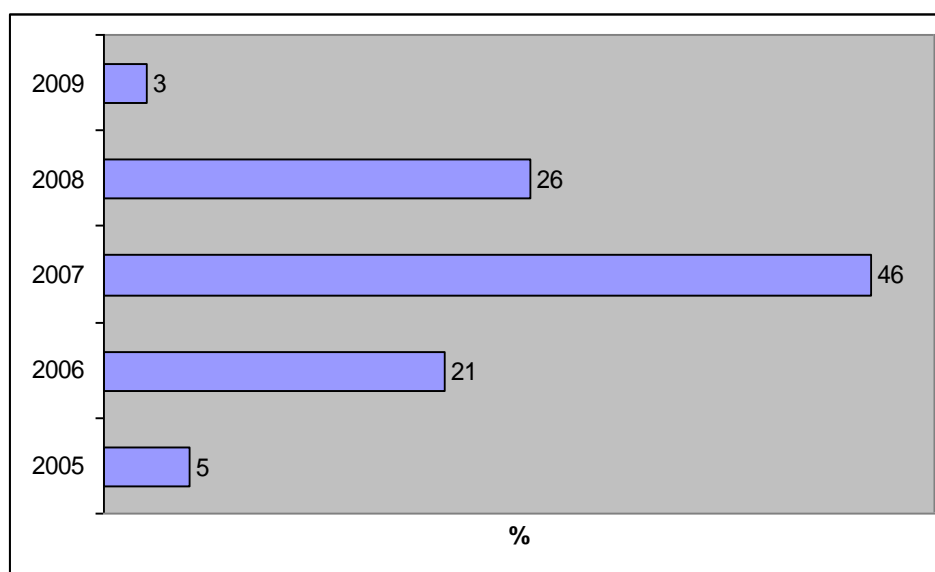


Gráfico 13: Os cultivos agroflorestais entre os anos de 2005 e 2009.

Conforme indicado no gráfico 13, grande parte dos arranjos agroflorestais foi implantada nos estabelecimentos agrícolas durante o ano de 2007. O fato se deve pela disponibilidade das mudas ter acontecido de forma mais abrangente durante este ano. Conforme mencionado anteriormente, as mudas cultivadas o ano de 2005 foram compradas e

disponibilizadas aos agricultores, porque, segundo a técnica do projeto, nesse ano os recursos para isso foram limitados.

Em relação à época do plantio das mudas que formaram os arranjos agroflorestais estes aconteceram de janeiro a junho, conforme mostra o gráfico 14, meses do ano com alto e baixo índice pluviométrico, respectivamente.

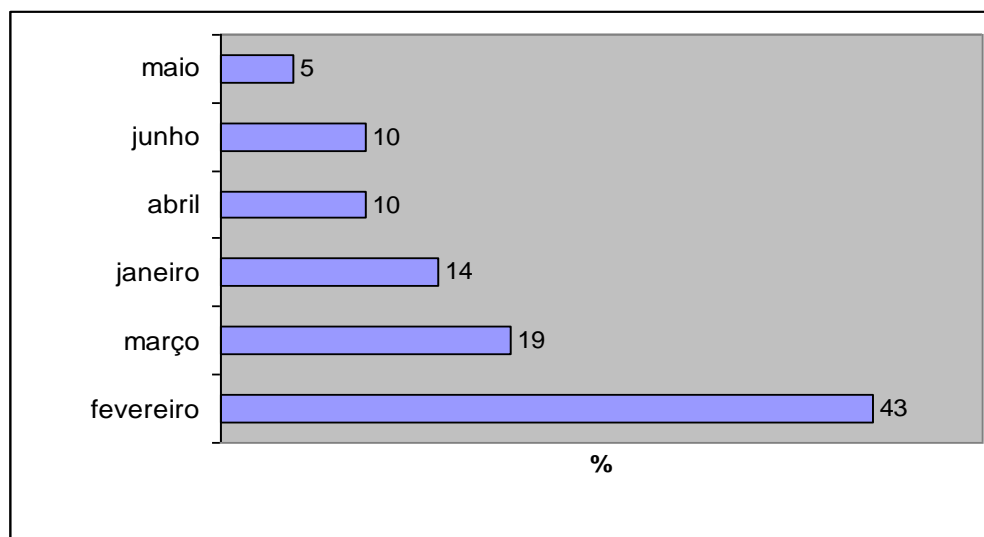


Gráfico 14: Meses que ocorrem os cultivos agroflorestais nos estabelecimento das famílias.

A maioria dos arranjos agroflorestais foi plantada nos estabelecimentos durante o mês de fevereiro, como mostra o gráfico 14. Quando questionados sobre essa prática os agricultores explicaram que se basearam na resistência da espécie ao verão, ou seja, para evitar estresse hídrico em plantas com maior exigência hídrica. Como mostram os seguintes extratos de conversas com dois agricultores que cultivaram nessa época: “*sim, as plantas gosta de água né, se num chuve elas fica tudo miada e num vinga nada não*”; “*esses paus e as frutas mana precisa de água, por isso fizemo assim...senão como que eu ia agué?*”.

Outro fator determinante para época do plantio foi a disponibilidade de mudas. E o calendário agrícola precisou ser adaptado a essa nova variável. Os agricultores que receberam as mudas prontas iniciaram primeiro o seu plantio, ao contrário daqueles que receberam as sementes para produção das mudas onde o plantio foi posterior. A operacionalidade na distribuição das mudas e sementes era atribuição do corpo técnico do projeto e dependeu de orçamento para esse fim. Contudo, não foi possível identificar realmente quais os critérios usados para distribuição das mudas entre os agricultores, pois não houve oportunidade de aprofundar essa questão junto ao corpo técnico do projeto.

Diante de um atraso na distribuição das mudas e pouca disponibilidade de terra, era preciso readequar as roças tradicionais ao sistema de produção vigente. Se não fosse possível resguardar uma área no estabelecimento para esperar a vinda das mudas para formar o sistema agroflorestal, o calendário agrícola era seguido e por isso muitos arranjos foram plantados por entre as roças de mandioca, milho ou feijão.

Em grande parte dos estabelecimentos agrícolas os sistemas agroflorestais foram cultivados em áreas próximas às casas das famílias, o que não exigia um percurso longo durante o deslocamento e permitia o fácil acesso aos membros das famílias.

De modo geral, o plantio foi realizado manualmente e mobilizou principalmente os membros do sexo masculino das famílias, como mostra o gráfico 15.

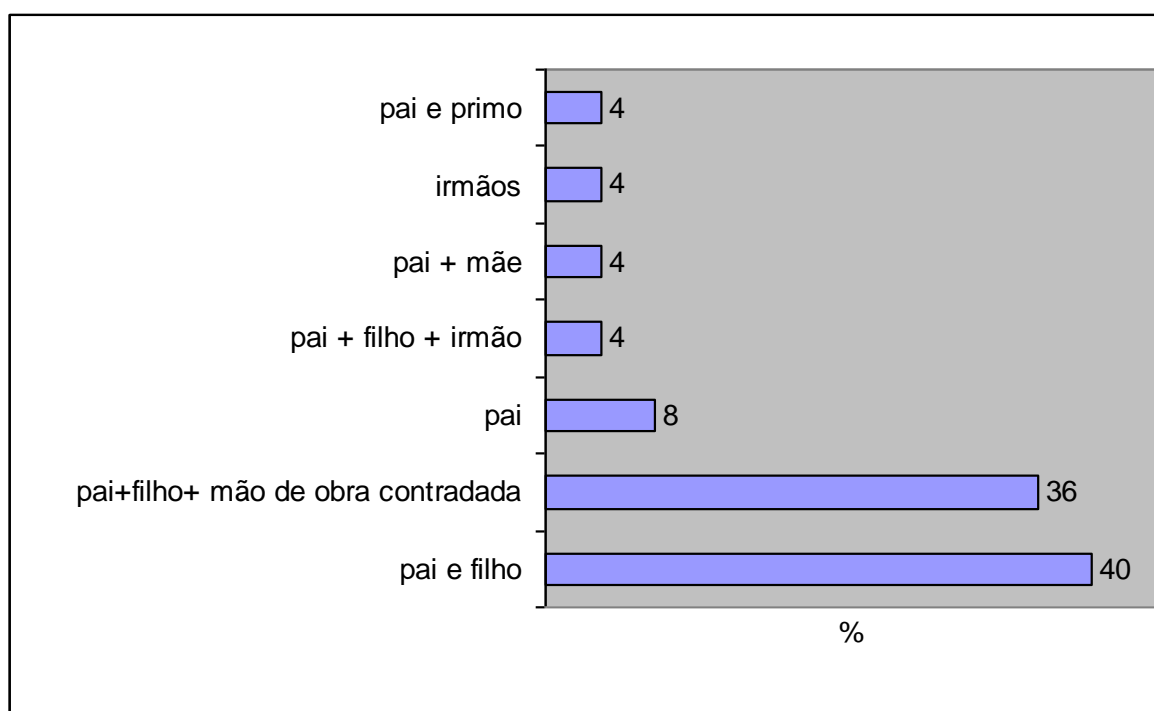


Gráfico 15: Os membros das famílias que participaram do plantio e adubação das mudas dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos.

Para o plantio dos arranjos agroflorestais, a presença feminina só aconteceu em uma família que é composta por um casal e dois filhos em idade infantil. Neste caso, o homem organizou as tarefas e contou que: “ *eu trouxe as mudas no carrinho de mão pra cá e a mulher foi medindo as larguras pra botá, aí eu cavava os buraco e ela ia colocando e tapando... e pronto, assim foi rapidinho, olha!*”.

Em 40% dos arranjos florestais plantados nos estabelecimentos foi utilizada mão de obra contratada, para os diferentes arranjos agroflorestais, os quais estão apresentados na tabela 13.

Quadro 6: Os tipos de arranjos agroflorestais em que houve contratação de mão de obra pelas famílias.

SAF	ARRANJOS AGROFLORESTAIS
1	Açaí+ Bacabi
2	Açaí e Ingá
3	Cupuaçu+Açaí+Mandioca
4	Açaí+ Abacate e Laranja
5	Açaí+ Laranja+ Mogno+ Teca e Parica
6	Açaí+ Cupuaçu e Cacau
7	Feijão+ Mandioca+ Gliricidia
8	Cacau+ Açaí e Banana e Pimenta do Reino
9	Milho+Mandioca+Coco+Pimenta+Açaí+Paricá
10	Açaí + Cupuaçu+ Mandioca

Fonte: trabalho de campo, 2009.

Conforme foi visto, 90% desses sistemas eram compostos pelo açaí, e também de cupuaçu e mandioca, em 30 e 40 %, respectivamente.

Os instrumentos usados para cultivo das mudas que formaram os sistemas agroflorestais são simples, pouco variados e operados manualmente, basicamente os mesmo utilizados nos outros plantios do estabelecimento das famílias. Entre as ferramentas agrícolas de trabalho as mais utilizadas foram: draga, enxada, enxadeco, terçado e “tico- tico”. As três primeiras servem para cavar um buraco no solo que é também chamado de “cavar a gaveta” quando feito com uma draga. O terçado e a enxada são utensílios cortantes de serventia múltipla e são utilizados principalmente para plantar mandioca. O “tico-tico” é uma plantadeira manual que possui um bico dosador que é acionado com movimentos das mãos de abrir e fechar nos dois cabos que o compõe, é usado para plantar feijão e milho.

A draga foi a ferramenta agrícola usada predominantemente pelos homens para “abrir uma gaveta” para acomodar a muda, em 80% dos arranjos agroflorestais implantados. Sua operação exige um esforço físico intenso se o solo estiver muito “duro” para penetrá-lo. O costume é deixar essa tarefa para o homem ou realizá-la com o auxílio de uma enxada que, além disso, serve para fazer a capina da área, ou seja, limpar o mato que invade a roça. Um exemplo de como são plantadas as mudas está presente na seguinte fala de um agricultor que plantou açaí: *“a gente faz o buraco na terra, nessa marca aqui 5x10. Aí, leva a muda pra perto do buraco, aí rasga o saco da muda, rasga, ele direitinho né pra terra num virar, aí coloca nu buraco, depois tapa direitinho e deixa lá. É rápido o prantio de cupu e açaí. Nós, eu e meu irmão, fizemo. Foi mais ou menos, um palmo e meio de fundura. Aí vem a Teca, paricá e mogno e banana. 2 meses depois nós comecemos. A gente já sabia como era pra plantar porque já tava o espaço do açaí e cupuaçu e foi mais rápido.”*

De forma geral, os agricultores plantaram primeiro as espécies fruteiras e depois as essências madeireiras, conforme mostrou a fala do agricultor acima.

Segundo as informações dos agricultores, a quantidade de espécie madeireira nos arranjos agroflorestais foi disponibilizada em menor quantidade do que as fruteiras em virtude da orientação técnica ter indicado espaçamentos maiores para essas espécies e assim a necessidade das mudas pela área ser menor. Como mostram, a seguir, as falas dos agricultores, *“eu e meu irmão trabalhamos aqui, olha tinha que ser tudo balizado, foi uma chatura, mas nós fizemos”, “ ah, tinha que medir tudinho e colocar na linha certo do açai, senão ficava errado, difícil num, é sabe, é um serviçuzinho que eu mermo num gosto”, “ olha, o serviço de cavação eu num estranho não, é fácil pra mim viu, égua, agora ficar calculando os tamanho demora”, “ ó, esse nosso serviço aqui é isso, mas o negocio de ficar daqui aculá balizando o terreno cansa que só”*.

Estes agricultores estão retratando a exigência dos espaçamentos dos arranjos agroflorestais enquanto orientação técnica do projeto. Com relação ao trabalho no sistema agrolforestal, essa foi uma das principais dificuldades apontadas. Pois, no cultivo da mandioca, a principal atividade econômica das famílias, o espaçamento entre as plantas não é padronizado, é um saber dos agricultores construído socialmente que dá liberdade na forma de plantar, conforme conta um agricultor: *“olha o plantio da roça eu gosto de fazer eu mesmo, mesmo que eu pague uma pessoa pra me ajudar numa diária, mas eu gosto d’eu mesmo prantar minha roça...porque se você for da uma empreitada pra uma pessoa plantar, ele vai querer ganhar o dinheiro, aumentar o salário dele, a diária dele, aí faz um serviço mal feito e pode perder muito perca de maniva, pau que num vai nascer na roça, debaixo da terra né, e aí?, aí eu mermo vou cortando e alguém vai plantando, eu sei qual é a maniva que eu corto, tudo direitinho”*.

Considerando todos os sistemas de produção dos estabelecimentos a maioria das informantes considera que o cultivo da mandioca é o mais trabalhoso porque exige muitos tratos culturais, conforme disse um agricultor *“da muito mato e exige muita capina, em torno de 3 a 4 por ano”*.

Essa questão do desgaste físico foi muito salientada e valorizada por eles. Entretanto a possibilidade de retorno financeiro com a comercialização da farinha, principalmente, se configura como uma recompensa para o esforço no primeiro momento. Quando isso não acontece vem a tona o valor imensurável do trabalho e o qualitativo. Consta nos relatos de agricultores que o sistemas agroflorestal implantado trouxe mais trabalho, pois embora receba os mesmos *“cuidados agrícolas”* dos outros cultivos presente no estabelecimento, ainda não

obteve nenhum retorno financeiro: “ *não consegui vender nada, e só comer. Mando limpar mas ainda não veio retorno*”; “ *olha, no projeto aí é mais dinheiro gasto, plantei roça no meio do projeto, já fez várias farinhas... Se fosse só laranja e pau era prejuízo. Acho que num vô colher nada, porque até lá tô mais velho e ninguém vai cuidar do resto*”.

Trocando em miúdos sobre o que foi dito pelos agricultores, é possível interpretar que eles não estejam vendo o seu trabalho empregado no sistema agroflorestal se materializar em retorno financeiro, como acontece com os outros cultivos do estabelecimento. Principalmente para os idosos que não têm o mesmo tempo para esperar as plantas se desenvolverem por longos anos até produzirem, como as pessoas mais jovens.

Os agricultores denominam suas atividades agrícolas no estabelecimento de serviço, que eles relacionam principalmente ao esforço físico. Assim, as atividades realizadas na roça são chamadas de *serviço na roça*, as realizadas no quintal, *serviço no quintal*, e as realizadas em casa, *é serviço de casa*.

Assim, durante o serviço de plantio das mudas, os agricultores fizeram a adubação de “*cova ou de gaveta*”, como nas palavras deles, utilizando adubos químicos e orgânicos. Entre os adubos orgânicos os principais usados foram mamona e esterco de galinho, e químico foi o NPK.

O tempo para realização do plantio variou de 1 a 23 dias e dependeu do tipo de arranjo agroflorestal implantado e da disponibilidade de mão de obra para o serviço. Conforme mostra o quadro 7.

Quadro 7: Quantidade de dias trabalhados para o cultivo dos arranjos agroflorestais

TIPO DE ARRANJO AGROFLORESTAL	TRABALHO	
	QUEM REALIZOU	DIAS
Açaí e Cupuaçu+ Teca+ Paricá e Mogno	Irmãos	1
Açaí+ Cupuaçu+Teca+ Paricá e Mogno	Pai + irmão	1
Banana + Andiroba	Pai	1
Teca+ Paricá+ Caju+Açaí	Pai e filho	2
Cupuaçu+Açaí+Mandioca	Pai e filho + mão de obra contratada *	2
Mogno + Paricá e Teca	Pai e filho	2
Milho+Mandioca+Coco+ Pimenta +Açaí+Paricá	Pai e filho + mão de obra contratada	3
Açaí e Ingá	Pai e filho + mão de obra contratada	3
Cacau e Açaí dentro da capoeira	Pai e filho	4
Açaí+ Cupuaçu e Cacau	Pai e filho + mão de obra contratada	4
Milho+ Mandioca e Café	Pai	5
Abacaxi+ Urucum+ Açaí+ Cedro+ Mandioca+ café e Pimenta do Reino	Pai e filho	5
Pimenta do Reino + Paricá+ Teca+ Abacaxi	Pai e filho	5
Limão+ Açaí+ Maracujá+ Milho+ Mandioca e Feijão	Marido e mulher	6
Açaí+ Laranja+ Mogno+ Teca e Paricá	Pai e filho + mão de obra contratada	6
Açaí+ Abacate e Laranja	Pai + mão de obra contratada	6
Açaí + Cupuaçu	Pai e filho	6
Açaí+ Bacabi	Pai +mão de obra contratada*	6
Açaí+Cupuaçu+Teca+ Mogno+ Paricá+ Pimenta do reino	Pai e filho	7
Cupuaçu+ Açaí+ Teca+ mogno+ Paricá+ Mandioca	Pai e filho	8
Açaí+Cupuaçu+ Pimenta do Reino + Teca e Mogno	Pai e filho	10
Feijão+ Mandioca+ Pimenta do Reino	Pai + filho+mão de obra contratada	11
Açaí +Cupuaçu	Pai e filho	13
Açaí + Cupuaçu+ Mandioca	Pai + filho+ mão de obra contratada	15
Cacau+ Açaí e Banana e Pimenta do Reino	Pai e filho + mão de obra contratada	23

*parente

Fonte: trabalho de campo, 2009.

A tabela 14 mostra que 72% dos arranjos agroflorestais foram cultivados em até 6 dias, dentre eles, em 39% houve mão de obra contratada. Dentre os arranjos agroflorestais cultivados em mais de 6 dias, de 7 a 23, mais da metade, 57%, foi realizada apenas pelos membros das famílias (pai e filho) sem contratação de mão de obra adicional.

Comparando o percentual de contratação de mão de obra e o número de dias trabalhos entre os diferentes cultivos, a tabela 14 indica que ela foi maior, 43 %, naqueles arranjos agroflorestais que levaram mais de 6 dias para serem cultivados. Sendo assim, sob o ponto de vista quantitativo, é possível entender, nestes casos, que a relação dias trabalhados/ contratação de mão obra foi diretamente proporcional, ou seja, ela aconteceu de forma mais evidente naqueles cultivos agroflorestais realizados no intervalo de 7 a 23 dias.

6.2.4 Os tratos culturais

Após a etapa dos cultivos, os agricultores passaram a fazer os tratos culturais periódicos nas plantas para favorecer os seus crescimentos adequados visando à boa produtividade dela no futuro.

Nesta fase os agricultores fazem a “*capina*”, como nas palavras deles. Esse serviço consiste em fazer uma roçagem manual das ervas daninhas que crescem em volta das plantas. Todos eles apontaram essa atividade como uma das mais trabalhosas nos sistemas de produção, porém não mais do que o trabalho empregado para o cultivo da mandioca.

Para isso, ocorre a mobilização dos membros adultos das famílias do sexo masculino e feminino e também mão de obra contratada adicional. Neste caso, a participação das mulheres é de 40% entre as famílias estudadas e a contratação de mão de obra para essa finalidade acontece em 60% delas, principalmente na forma de empreita e diária.

A capina precisa ser realizada constantemente e exige alocação de tempo, dinheiro e esforço físico dos membros das famílias. Conforme mostram os relatos a seguir:

- *“olha, tem que fazer sim, é, senão o mato toma conta”*;
- *“o projeto ali dá um trabalho pra roçar, égua, o capim vem com força”*;
- *“agora que as plantas tão na terra, agente fiquemos só na capina, direto, ... é serviço viu”*;
- *“uns tempos aí nós num mexemos lá. Pegamos uma venda boa de farinha e passou o tempo ... ,ixi, os mato tava purrudo já, o meu filho quase não vê as mudinhas...”*;
- *“pois é, era na colheita do abacaxi, muito serviço, aí chamei aculá o vizinho pra me ajudar na capina lá, empreitei tudo com ele, eu ia lá olhar o serviço dele pra ver se ele num tinha torado meus coquinhos”*.

6.2.5 As relações de trabalho

Sabourin (1999, p. 1) estudou práticas de reciprocidade e de dádiva em comunidades rurais do sertão nordestino e encontrou tanto relações de intercâmbio mercantil quanto prestações econômicas não mercantis que correspondem à permanência de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas num contexto novo. Para o autor, reciprocidade é “a dinâmica de dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade (*lien social*, em francês), identificada por Mauss (1950/1977, p. 145-279) como prestação total”.

No caso estudado, nas relações familiares também foram identificadas práticas de prestação econômicas mercantis e não mercantis.

As principais formas que assumiram as relações de trabalho agrícola durante a implantação dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas das famílias da comunidade São João foram “*troca de dias*”, “*diária*”, e a “*empreita*”, assim denominado pelos agricultores, conforme mostra o gráfico 16. Essas relações de trabalho também aconteceram nos outros sistemas de produção dos estabelecimento, como na mandioca, nas culturas permanentes e no quintal. Oliveira, C. (2002) e Santos, M. (2006) também identificaram essas relações de trabalho nos estudos feitos com agricultores familiares na comunidade São João.

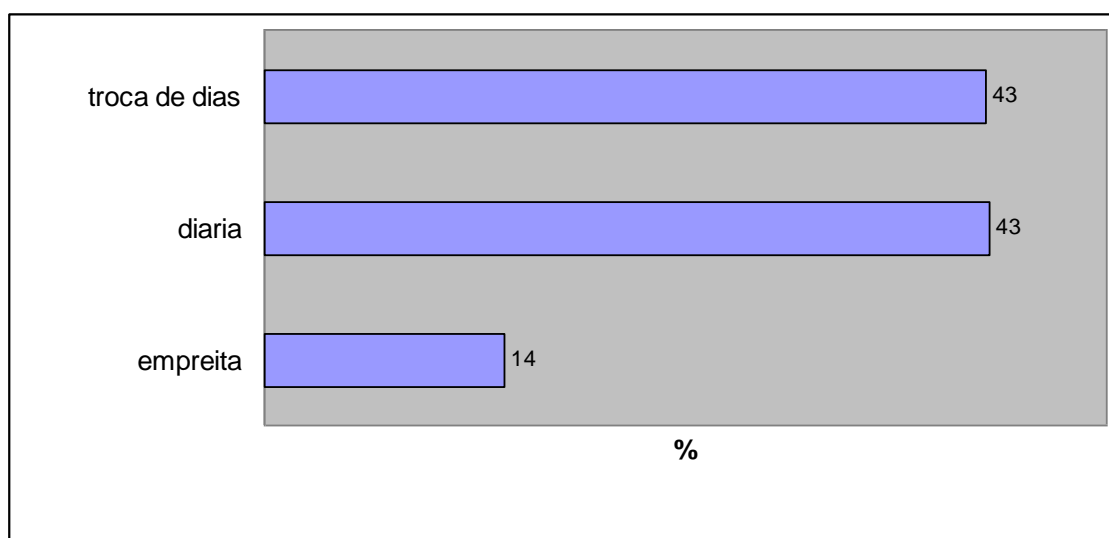


Gráfico 16: Relações de trabalho durante a implantação e o manejo dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos.

Conforme mostra o gráfico 16, a “diária” e a “troca de dias” foram as principais relações de trabalho existentes. No contrato por “diária” e “empreita” ocorre uma remuneração em dinheiro para as pessoas que prestam os serviços, eles são geralmente do sexo masculino, moradores da comunidade São João ou das comunidades vizinhas, conhecidos, vizinhos e parentes, mais esporádico, acostumados a prestar esses tipos de serviços agrícolas. Essas relações se estabeleceram para a realização da etapa do plantio das mudas que formaram os sistemas agroflorestais, como: Açaí, Cupuaçu, Mandioca, Cacau, Banana, Pimenta, Bacabi, Pimenta do Reino, Laranja, Milho, Paricá; e também para os tratos culturais. O custo de cada diária foi de R\$10,00 e da empreita R\$80,00 por aproximadamente 1 ha.

Sobre a composição familiar e sua relação com a contratação de mão de obra, ela foi utilizada geralmente pelo pai acima de 60 anos que reside no estabelecimento com a esposa sem os filhos; ou mora sozinho por motivo de divórcio; ou o casal sem filho. Assim, é possível traduzir o fato como uma tendência à contratação de pessoas para trabalhar pelo sistema da diária e empreita por parte daquelas famílias em que poucos membros residem nos estabelecimentos na comunidade São João. Isso foi expresso por um senhor quando indagado sobre quais as dificuldades encontradas para implantar os sistemas agroflorestais no seu estabelecimento agrícola. Na ocasião estávamos à beira do rio onde ele plantou umas mudas de açaí para testar como se desenvolveriam na área mais alagada do terreno. Sua maior queixa era o esforço físico que a atividade de plantar a muda exigia de seu corpo: “*saiu pouca muda pra mim, porque não posso trabalhar muito, tô com reumatismo, pra mim fazer tinha que deitar no chão pra prantar sabe, cavar o buraco e se abaixar para colocar a muda ao mesmo tempo, cansa muito e dói as costas. Ah, moça, eu já tô velho pra isso. Aí chamei um camarada que trabalhou no meu roçado ano passado pra me ajudar aqui, ele cavava e eu ia colocando*”.

Outro tipo de relação de trabalho identificado em 43% dos arranjos agroflorestais em que os cultivos foram realizados com contratação de mão de obra pelos membros das famílias foi a “troca de dias”. Diferentemente da “diária” e “empreita” a “troca de dias” não envolve pagamento em dinheiro pelo serviço prestado ou “ajuda” prestada. Na “troca de dias” prevalece a reciprocidade entre as partes. Geralmente a solicitação desta colaboração é feita sempre aos parentes do sexo masculino e a posteriormente a sua retribuição proporcional à ajuda prestada quando houver a necessidade dela.

A “troca de dias” foi comumente usada na etapa do plantio das mudas nos sistemas agroflorestais por grande parte das famílias da comunidade São João que participam do

projeto Raízes da Terra, sobretudo aquelas que necessitam de força de trabalho adicional, porque o grupo doméstico era composto por filhos ainda na fase infantil, ou a família possuía poucos membros disponíveis para o trabalho agrícola. Neste caso, a estratégia dos agricultores era recorrer ao parentesco e compadrio para somar à sua força de trabalho.

Entre as espécies dos arranjos agroflorestais em que houve contratação de mão de obra por meio da “diária, “empreita” ou “troca de dias”, a maioria deles era composto por espécies frutíferas, conforme mostra o gráfico 17.

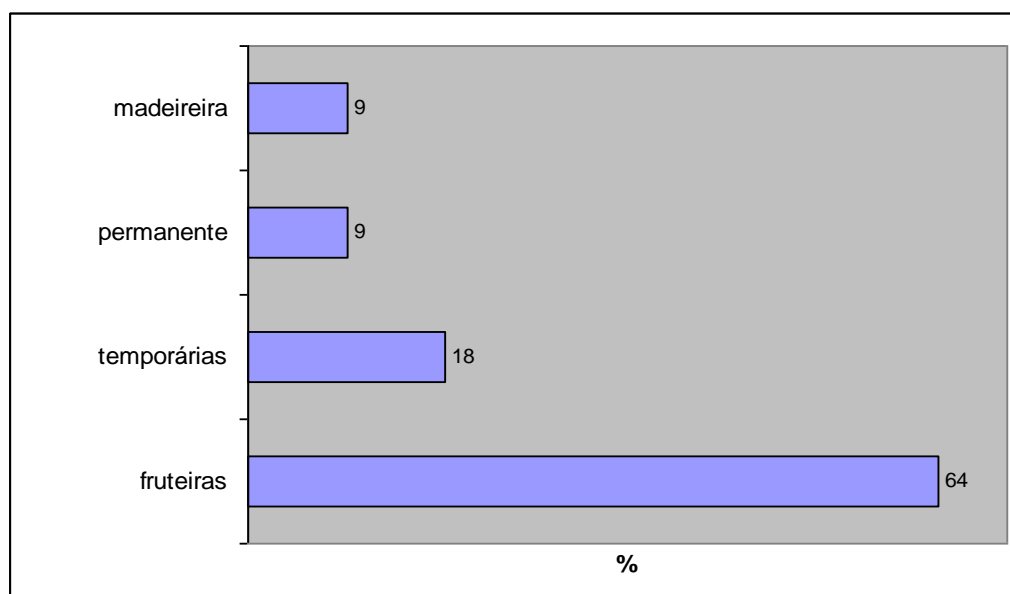


Gráfico 17: As espécies cultivadas nos arranjos agroflorestais e a contratação de mão de obra pelas famílias.

O trabalho das famílias para implantação e manejo dos arranjos agroflorestais, portanto, envolveu tanto os membros das famílias, como também mobilizou pessoas externas ao grupo familiar, através de relações de trabalho cujos serviços eram remunerados ou retribuídos sem pagamento em dinheiro.

Ainda que as etapas de preparo de mudas e capina tenha envolvido direta ou indiretamente o trabalho de mulheres e crianças, ficou evidente também que o homem aparece como principal protagonista durante as atividades agrícolas de implantação e manejo dos sistemas agroflorestais nos estabelecimentos agrícolas das famílias na comunidade São João. Desde a interlocução com a pesquisadora até a organização do trabalho agrícola durante a implantação e manejo dos sistemas agroflorestais, eles detiveram o controle da situação. E não foi possível driblar os padrões hierárquicos estabelecidos, uma vez que apenas uma mulher se considerou apta e assumiu a responsabilidade pelas respostas aos meus questionamentos.

7 CONCLUSÕES

O modo de vida das 15 famílias da comunidade São João que atuaram no Projeto Raízes da Terra está relacionado à dinâmica populacional ocorrida ao longo da história de formação da comunidade. O processo de ocupação das terras foi recente e o acesso a todos os entrevistados aconteceu, principalmente, há sete anos através da compra dos lotes.

A principal característica do processo de ocupação de terras foi a migração de pessoas da sede urbana das cidades de Marapanim e Igarapé Açu em virtude da sensação de que não haveria confronto violento com os proprietários das terras e sim na esperança de trabalho e moradia para a família cujos chefes estavam desempregados nos seus locais de origem.

A dinâmica atual evidenciou que existe uma tendência de retorno das famílias ou parte dos membros às cidades de Igarapé Açu e Marapanim onde nasceu a maioria dos pais das famílias, caracterizando um fluxo migratório inverso, do campo à cidade, em virtude da precariedade das condições de vida na comunidade São João (transporte, saúde, educação, saneamento básico, iluminação pública e telecomunicações), mas também da idade dos filhos que já desenvolvem outro tipo de atividade fora da agricultura e para estudar. Os dados demográficos analisados ratificaram essa tendência e contribuíram ao entendimento de que as estratégias de reprodução social das famílias estudadas estavam baseadas numa complementaridade do trabalho rural e urbano.

Neste sentido, foi identificado que entre as famílias existe uma estratégia de repartição entre os membros, os que moram fora e os que moram dentro do estabelecimento agrícola, o percentual daquelas que todos os membros moram no estabelecimento agrícola é menor.

Quando foi feita uma correlação entre a composição das famílias e o local de residência dos membros, observei que as pessoas que migraram frequentemente foram as mulheres adultas motivadas a trabalhar, estudar ou em virtude de casamentos com pessoas de fora da comunidade; e as crianças de ambos os sexos para estudar. Contudo é importante frisar que a análise das estratégias das familiares identificou os motivos aparentes, haja vista que a compreensão da motivação real é mais complexa e exigiria abordagens profundas sobre o tema e as metodologias específicas. Isso abre caminho para novos estudos.

No geral, as principais ocupações daqueles membros das famílias que migraram para morar nas zonas urbanas de Igarapé Açu, Marapanim e Belém estão relacionadas às atividades não agrícolas, no caso dos adultos. Entre as mulheres, geralmente as mães, a principal ocupação é cuidar da casa, da família na zona urbana.

A realização de atividades domésticas acontece de acordo com o sexo dos membros que residem no estabelecimento agrícola. Se numa família existe a presença de mulheres adultas, a incumbência pelas atividades domésticas fica sob a responsabilidade delas e os homens só as realizam quando elas estão ausentes do estabelecimento agrícola.

Naquelas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento e os pais trabalham e retornam diariamente ou periodicamente à casa da família na cidade, as tarefas domésticas são realizadas somente por eles, principalmente o preparo dos alimentos.

Contudo, entre essas famílias, foi possível perceber que, embora exista o reconhecimento da importância do trabalho doméstico pelos homens, a construção social de que essa é uma tarefa feminina foi evidente, tanto nas posturas de homens, como de mulheres, fruto de uma socialização que privilegia a divisão social do trabalho entre produção e reprodução, associada também ao lugar de residência dos membros das famílias.

Com relação à escolaridade dos membros das famílias se concluiu que a maioria cursou até o ensino fundamental, o índice de analfabetismo é relativamente baixo e ocorreu principalmente entre os pais e as mães das famílias, os quais são na maioria das vezes os que permanecem residindo no estabelecimento quando parte da família migrou para a cidade.

Nos estabelecimentos agrícolas das famílias estudadas, a principal atividade é o cultivo da mandioca, pela alternatividade que permite venda e consumo do seu principal derivado, a farinha, seguida dos cultivos e criações nos quintais, e do maracujá, pimenta do reino e abacaxi. O trabalho nesses sistemas de produção é organizado segundo o sexo, idade do membro da família e o local de residência

Existe entre os membros das famílias uma concepção de serviço pesado e serviço leve, em que as atividades agrícolas que exigem esforço físico e habilidade com instrumentos cortantes são consideradas pesadas e por isso devem ser realizadas pelos homens das famílias que detêm os atributos físicos para tal. Dentre as atividades estão o preparo de área através do corte e queima, a colheita da mandioca e do abacaxi. Já os serviços leves são as atividades agrícolas apropriadas às mulheres e crianças o que é amplamente reconhecido na família, por isso participam principalmente nas atividades que envolvem a manutenção dos quintais e o beneficiamento da farinha.

É principalmente o pai que organiza todas as atividades agrícolas no estabelecimento, mas tudo se redefine se ele está longe do estabelecimento, ocasião em que a esposa ou um filho adulto toma para si essa responsabilidade. Assim também acontece na comercialização dos produtos no comércio de Igarapé Açu e Marapanim ou quando é vendido direto no estabelecimento agrícola.

As estratégias de reprodução social construídas pelas famílias estudadas – sobretudo - quando nenhum membro mora no estabelecimento ou existe a repartição da família entre o campo e a cidade - indicaram que elas visaram a assegurar a qualidade de vida dos membros na cidade. Por isso, a cidade tem evidente relevância no projeto futuro das famílias. Na maioria dos casos estão relacionados direta ou indiretamente com a permanência ou não da família na comunidade.

A insatisfação com a agricultura (pouco rentável, trabalho pesado e imprevisível) e a condição de vida precária na comunidade São João são os incentivadores das migrações. Foi possível concluir que este incentivo está mais presente naquelas famílias em que nenhum membro mora no estabelecimento. Foi relevante o desejo dos pais, mesmo aqueles satisfeitos com a atividade de agricultor, de que seus filhos não sigam o mesmo caminho. A maior vontade deles é investir nos estudos dos filhos e, para isso, é preciso o deslocamento para a cidade. A maioria das migrações é definitiva e o estabelecimento agrícola da família passa a ser o lugar para passar as férias ao lado da família.

Em se tratando dos sistemas agroflorestais, estes foram implantados nos estabelecimentos das famílias através da intervenção do projeto Raízes da Terra, aprovado com metas previamente estabelecidas, idealizado e organizado por agentes externos à comunidade que conheciam a realidade local e trabalhavam anteriormente com os mesmos agricultores.

Para promover a implantação dos sistemas agroflorestais, o Projeto Raízes da Terra disponibilizou insumos, mudas, sementes, máquina de trituração da capoeira, assistência técnica e científica aos participantes.

Os agricultores implantaram o sistema agroflorestal visando a experimentar, “testar”, incrementar os sistemas de produção, aumentar a produtividade agrícola dos seus estabelecimentos. A motivação econômica também consta como elemento central, pois os agricultores não teriam recursos para tal.

Pode-se concluir também que os saberes agroflorestais desenvolvidos nos cultivos de espécies perenes e temporárias nos quintais dos agricultores favoreceram suas adaptações as propostas de intervenção tecnológica agroflorestal do Projeto Raízes da Terra.

No que tange ao trabalho da família na implantação e no manejo dos sistemas agroflorestais, foi possível concluir que as principais atividades são: preparo de área, preparo de mudas, plantio e tratos culturais. O preparo de área foi realizado na maioria dos casos através da trituração da capoeira mecanicamente: a operação da máquina foi feita por pessoa treinada de fora da comunidade. Ainda que o projeto tenha incentivado o trabalho coletivo

para o preparo das mudas com a construção de dois viveiros, a maioria dos agricultores preferiu prepará-las individualmente dentro do próprio estabelecimento com a família, porque não achavam vantagem preparar uma quantidade acima da sua necessidade. Muitos não compareciam nos dias marcados e os presentes se desmotivavam. Assim, nos outros sistemas de produção dos estabelecimentos, as atividades agrícolas estiveram relacionadas à composição da família e ao local de residência dos membros.

A lógica dos agricultores para o plantio das mudas foi baseada na resistência das espécies ao verão, visando a evitar o estresse hídrico, conforme elas eram disponibilizadas pela equipe técnica. No caso dos agricultores que não puderam resguardar uma área no estabelecimento para esperar a vinda das mudas para formar o sistema agroflorestral o calendário agrícola seguia como de costume e, por isso, muitos arranjos agroflorestrais foram plantados por entre as roças de mandioca, milho e feijão.

Sobre os plantios dos arranjos agroflorestrais, conclui-se que foram feitos por homens cuja contratação de mão de obra foi predominante para aqueles compostos por açaí, cupuaçu e mandioca. Os instrumentos de trabalhos usados foram enxadas, terçados, tico-tico, os mesmos empregados nos demais sistemas de produção do estabelecimento e a draga empregada para plantio das mudas.

As principais dificuldades apontadas pelos agricultores quanto ao uso dos instrumentos e a forma de plantio das mudas foram as seguintes: os espaçamentos dos desenhos dos arranjos agroflorestrais, a maneira do movimento de se abaixar para plantar a muda, principal queixa dos agricultores idosos, e, conseqüentemente, a necessidade de contratar mão de obra e o custo disso.

Contudo o manejo dos sistemas agroflorestrais foi considerado a atividade mais trabalhosa pelos agricultores que implantaram os sistemas agroflorestrais. Pois é necessário fazer a capina, serviço de roçagem das ervas daninhas feito por eles manualmente com enxada e terçado, exige periodicidade para não prejudicar o desenvolvimento das mudas plantadas, alocação de trabalho e tempo para o serviço e para supervisionar a mão de obra contratada, de modo que não haja destruição das mudas pequenas, e dinheiro para pagá-la.

Além disso, os agricultores naquele momento da pesquisa ainda não estavam usufruindo da produção e o custo-benefício para manutenção dos sistemas agroflorestrais ainda não havia se materializado. Portanto testando e confirmando a hipótese do estudo.

Como conclusão sobre as formas que assumiram as relações de trabalho agrícola, elas foram para além do âmbito familiar, dentre as principais estão a “troca de dias”, “diária” e

“empreita”. Elas aconteceram tanto nos sistemas agroflorestais, como nos outros sistemas de produção dos estabelecimentos.

Foi surpreendente o grande número de membros das famílias que residem fora do estabelecimento e a contratação de mão de obra. Diante das estratégias de organização do trabalho e de reprodução familiar do caso estudado, levanta-se a pergunta: que agricultura familiar seria esta cujo trabalho dos membros das famílias decresce significativamente?. Assim, qual será o futuro da agricultura familiar na comunidade estudada, se os jovens estão migrando para cidade em busca de trabalho assalariado, inclusive incentivados pelos seus pais, ou para estudar e se qualificar profissionalmente em área do conhecimento diferente da agricultura?.

Por fim, suscito duas pistas para futuras pesquisas onde este estudo de caso foi realizado. 1) analisar as motivações que levaram os agricultores a participar do Projeto Raízes da Terra e a aceitar a intervenção para a implantação de sistemas agroflorestais. 2): Estudar, sob o ponto de vista dos agricultores, como aconteceu a intervenção via Projeto Raízes da Terra naquela comunidade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; SIQUEIRA, Andréia; NEVES, Walter; SANCHES; Rosely. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES; Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 295-323.

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento: na direção de um território cidadão. In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran.(org.). **Agricultura familiar: Pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002, v.1, p.109-137.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável** Guaíba : Ed. Agropecuária, 2002.

BATISTA, M. G. **Trabalho da família-terra de trabalho: estudo de cinco famílias agricultoras no nordeste paraense**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BECKER, Howard S. Observação social e estudo de casos sociais. In: BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 117-135 .

CANTARELLI, Jonhny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. da UFPE, 2006, p.279-299.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Gama da. Novas dinâmicas global/local: trabalho e gênero nos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. In: SCOTT, Parry ; CORDEIRO, Rosineide. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. da UFPE, 2006, p. 79- 99.

CARDOSO, A.; FERREIRA, S.; REIS, M.; GHIRARDI, V.O feijão do abafado: uma alternativa agroecológica para agricultura familiar. In: SIMÕES, Aquilies (org). **Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: Alves Ed., 2003, p.276-290.

CASTELLANET, Christian; HEBETTE, Jean; HENCHEN, M. Os níveis pertinentes para a pesquisa-ação sobre a gestão dos recursos naturais nas regiões de fronteira: o caso da transamazônica. In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran.(org). **Agricultura familiar: Pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2000, p.117-129.

CENTER FOR RESEARCH IN AGROFORESTRY (ICRAF), 2008. Disponível em: <<http://www.icraf.cgiar.org/af1/index.php>>. Acesso: em 15 dez. 2009

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL NORTE (CEPNOR), 2009. Disponível em: <http://www4.icmbio.gov.br/cepnor> Acesso em: 1 dez 2009.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1992.

COSTA. M.S.da ; KATO, M. do S. “Trabalho de homem, trabalho de mulher”: divisão social de trabalho em cinco localidades agrícolas do nordeste do Pará. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 832- 836, fev. 2007.

DUBOIS, Jean. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: REBRAF / Fundação Ford, 1996, v.1, 228 p.

FERREIRA, G. B.; MOREIRA, M. M.; CHAVES, V. C.; SILVA, M. S. L. da; COSTA, M. B. B.da; ALVES, C. de A. A organização do trabalho em Agroecossistemas com Barragens Subterrâneas no Semiárido Brasileiro. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 3669- 3672., nov. 2009.

FIGUEIREDO, L.D. **Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005.199f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 10 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983. v.24.

GRANCHAMP, F. L. Localidade fragmentada e novo vínculo social.Uma análise a partir das relações campo-cidade na transamazônica(região de Altamira-PA). In: ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran.(org.).**Agricultura familiar: Pesquisa formação e desenvolvimento**. Belém:UFPA/CA/NEAF, 2000.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

HEREDIA, Beatriz Ana. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HURTIENE, Thomas. A Agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. Especial, p.442-466, dez.1999.

HURTIENE, Thomas. Agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS; Armim; CASTRO, Edna; HURTIENE, Thomas (org). **Estado e política pública na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém: [s.n.], 2001, p.177-259

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **2006**. Disponível em.< <http://www.ibge.gov.br/pesquisas>. Acesso em: 26 ago, 2009.

_____. **2008**. Disponível em.< <http://www.ibge.gov.br/pesquisas>. Acesso em: 16 fev, 2009.

_____. **2009**. Disponível em.< <http://www.ibge.gov.br/pesquisas>. Acesso em: 10 fev, 2009.

ITABORAÍ, N. R. A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **Revista Antropológicas**, Recife, v.16, n.1, p. 171-196, 2005.

KATO, Osvaldo. **Curso de manejo de sistemas agro florestais**. EMBRAPA-Belém, 2008.

LIMA, Deborah. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. In: LIMA, Deborah (Org). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**, Manaus:IBAMA/ProVárzea,2005, p. 337-386.

MANN, Peter. Pessoas como fonte de dados. In: _____. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.45, n.4, p. 1055-1073, dez. 2007.

MELO, L. A. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em afogados da Ingazeira-Pe.** 2003. 219f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MILLER, R. P.; NAIR P.K.R. Indigenous agroforestry systems in Amazonia: from prehistory to today . **Agroforestry Systems**, v.66, p.151–164 . 2006

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993

MONTEIRO, M.de Abreu.; C., M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

MOTA, D.M. **Trabalho e sociabilidades em espaços rurais.** 2003. 293 f. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MOTA, D.M da; SCHMITZ, H.; FREITAS, M.N. Pesquisa e Agricultura Familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, p. 128–139, jan./dez. 2007.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e produtores de cana.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. 212p.

NEVES, Delma Pessanha. Os agricultores de várzea no médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**, Manaus:IBAMA/ProVárzea, 2005. p.101-156.

NEVES, D. P. Construção sociopolítica do agricultor familiar: a *SBSPEM* cena. **Revista Nera**, São Paulo, v. 7, p.1-11, 2006.

OLIVEIRA, Carlos Douglas de S. **Percepção de agricultores familiares na adaptação do sistema de cultivo de corte e trituração.** 2002. 129 f. Dissertação (Mestrado em agricultura familiar e desenvolvimento sustentável)- Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** 2.ed. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Myrian de; ARAUJO, Claudionisio de Souza. Agricultores familiares e as políticas públicas: o papel do observatório regional de Marabá. In: SIMÕES, Aquilino (org). **Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: Alves Ed., 2003.p-111-122.

OSMARI, E.A.M.; MIORIM, V.M.F. Organização da produção com sustentabilidade na agricultura familiar da região do médio alto Uruguai, RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.1, n. 1 p. 537-539, nov. 2006

PISSINATI, A.; ALVES, J. C.; CLEMENTE, V. C.; BATISTA, L.S. PSICCHIO, R. J.; CORDEIRO, S.M.A.; MACHADO, M.; QUINHONE JÚNIOR, A.; SILVA, C. N.; CAMPANUCCI, F. S. Geração de Trabalho e Renda na Horta Comunitária do Jardim Campos Verdes . **Revista Brasileira de Agroecologia** . v. 4 , n. 2, p. 550- 553.nov. 2009

REIS, Marise. **Arengas e picicas: reações populares à Reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas**. Belém: Instituto de desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.178p.

ROSA, L. dos S.; SILVEIRA, E. de L. .; SANTOS, M. M. dos .; MODESTO, R. da S. .; PEROTE, J. R. S. .; VIEIRA, T. A.. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia** . v. 2, n.2, p. 337- 341.out. 2007

PANTOJA, Maria Ciavatta. A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida. In: LIMA, Deborah (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005, p.157 – 206.

PRIMAVESI, Ana. **O manejo ecológico do solo : agricultura em regiões tropicais** . São Paulo: Nobel, 1980.552p.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, n. 20, p. 41-49, nov. 1999.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2006., Niterói-RJ. **Anais eletrônicos**. Niterói: Rede de estudos Rurais, 2006. 1 CD.

SABLAYROLLES, Maria das Graças Pires. Práticas agrícolas e gestão da biodiversidade por populações ribeirinhas e migrantes do tapajós/ PA. Notas de aula, 2008.

SANTOS, M. **Avaliação econômica de quatro modelos agroflorestais em áreas degradadas por pastagem na Amazônia ocidental**. 2000. 75.f. Dissertação (Mestrado em Ciências agrárias) – Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, L. de O. L. dos. **Percepção de um grupo de agricultores da localidade São João do Município de Marapanim-Pa, sobre o método de corte e trituração como alternativa ao método tradicional de corte e queima da vegetação secundária**. 2006.184f. Dissertação (Mestrado em agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, 2006.

SANGUINO, A. C.; SANTANA, A. C. de.; HOMMA, A. K. O; BARROS, P. L. C. de; KATO, O. K., AMIN, M. M. G. H.. Análise econômica de investimentos em sistemas de produção agroflorestral no Estado do Pará. **Revista de ciências agrárias**. Belém, n. 47, p. 23-47, jan/jun. 2007

SCOTT, P. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. **Revista ANTHROPOLOGICAS**, Recife, v.16, n.1, p. 217-242, 2005

SCHMITZ, Heribert. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

SILVA, S. H; ROCHA, S.. D.. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar na Amazônia: o “não trabalho feminino”. **Revista Eletrônica Mutações**, Manaus, .v.1, n.1. p.1-15, jan./ jul, 2010.

SILVA, M.M.T; BRITO,M.N.S.; SILVA, M.. M. da; SILVA, R. A. R.da; MOURA, H. F.de A Participação das Mulheres no Sistema de Produção no P.A. Assurini – Município de Altamira – Pará . **Revista Brasileira de Agroecologia** , v. 4, n. 2, p. 1584- 1587, nov. 2009.

STANCKI, Nanci. **Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução**, 2003. São Paulo. 12p. Disponível em: <http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf>. Acesso em: 8 jul, 2010.

VERGARA Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, T.A; ROSA, L .S ; VASCONCELOS, C.S; SANTOS, M.M; MODESTO, R.S. Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares em Igarapé Açu, Pará: caracterização florística, implantação e manejo. **Acta Amazônica**. v.37, n.4, p. 549-558, 2007.

VIEIRA, T. A. .; ROSA. L. dos S.; VASCONCELOS. P. C. S.; SANTOS. M. M.dos; MODESTO, R.da S. Adoção de sistemas agroflorestais na agricultura familiar, em Igarapé-Açu, Pará, Brasil. **Revista de ciências agrárias**, Belém, n. 47, p. 9-22, jan/jun. 2007.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3.ed. São Paulo: editora da USP, 1988. 316p.

WANDERLEY, M. DE N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, . Caxambu, MG. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. **Anais ...** Caxambu, MG. OUTUBRO 1996.

WOORTMANN. Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**. Brasília: Ed. UNB, 1997.192. p

WOORTMANN, Klaas. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. **Série Antropologia**, Brasília, n. 293, p.1-28, 2001.